



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GUSTAVO MELO NOVAIS DA ENCARNAÇÃO

IMPERIALISMO, GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO E DESENVOLVIMENTO:
relações globais de acumulação e o caso da Venezuela

SALVADOR

2020

GUSTAVO MELO NOVAIS DA ENCARNAÇÃO

IMPERIALISMO, GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO E DESENVOLVIMENTO:
relações globais de acumulação e o caso da Venezuela

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Desenvolvimento e Governança Global.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elsa Sousa Kraychete.

SALVADOR

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Encarnação, Gustavo Melo Novais da.

Imperialismo, geopolítica do petróleo e desenvolvimento: relações globais de acumulação e o caso da Venezuela / Gustavo Melo Novais da Encarnação. - 2020.

96 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Elsa Sousa Kraychete.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2020.

1. Relações internacionais. 2. Países em desenvolvimento - Relações exteriores. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Venezuela - Condições econômicas. 5. Venezuela - Política e governo. 6. Petróleo - Indústria e comércio - Venezuela. 7. Petróleo - Política governamental - Venezuela. 8. Indústria petrolífera - Nacionalização - Venezuela. I. Kraychete, Elsa Sousa. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 338.272820987

CDU - 338(87)

GUSTAVO MELO NOVAIS DA ENCARNAÇÃO

IMPERIALISMO, GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO E DESENVOLVIMENTO:

relações globais de acumulação e o caso da Venezuela

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em: 13 de março de 2020, Salvador, Bahia, Brasil.

BANCA EXAMINADORA:

Dr.^a Elsa Sousa Kraychete – Orientadora

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal da Bahia

Dr.^a Ana Maria Ferreira Menezes

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia

Universidade do Estado da Bahia

Dr. Antônio Renildo Santana Souza

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal da Bahia



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE **GUSTAVO MELO NOVAIS DA ENCARNAÇÃO**, ALUNO DO CURSO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Aos treze dias do mês de março do ano dois mil e vinte, às nove horas, na Sala 404, do Pavilhão de Aulas V – PAF V, da Universidade Federal da Bahia, a banca examinadora designada pelo Colegiado de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia, composta pelos Professores Dra. **Elsa Sousa Kraychete** (PPGRI-UFBA) orientadora do aluno, Dr. **Antonio Renildo Santana Souza** (PPGRI-UFBA) e Dra. **Ana Maria Ferreira Menezes** (UNEB), se reuniu para avaliar a dissertação, intitulada: "**IMPERIALISMO, GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO E DESENVOLVIMENTO: relações globais de acumulação e o caso da Venezuela**", de autoria de **GUSTAVO MELO NOVAIS DA ENCARNAÇÃO**. Realizada a defesa pública da dissertação o aluno foi submetido à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora, após analisar a defesa da dissertação feita pelo aluno, deferiu a mesma como **aprovada**. Nada mais havendo a ser tratado, esta banca examinadora encerrou os trabalhos do qual lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientadora, pelos demais membros da banca, pela coordenadora do Programa de Pós-Graduação e pelo aluno.

Salvador, 13 de março de 2020.

Prof. Dra. **Elsa Sousa Kraychete** - Orientadora
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Professora da Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. **Antonio Renildo Santana Souza**
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Professor da Universidade Federal da Bahia

Prof. Dra. **Ana Maria Ferreira Menezes**
Doutora em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia
Professora da Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dra. **Denise Cristina Vitale Ramos Mendes**
Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo
Coordenadora do PPGRI-UFBA

Gustavo Melo Novais da Encarnação
Mestrando

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar registrado neste breve espaço alguns singelos agradecimentos. Primeiramente, agradeço à minha família, sobretudo aos meus pais, Ana e Marcos, e ao meu filho, Miguel, composição afetiva fundamental para o meu estímulo durante a pesquisa. Agradeço à Prof.^a Dr.^a Elsa Sousa Kraychete pela orientação, apoio e amizade. Agradeço ao corpo docente e técnico do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia. Agradeço a todos não citados nominalmente aqui que de alguma maneira contribuíram para a minha caminhada durante o curso de mestrado. Finalmente, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia pela bolsa de pesquisa que me permitiu concluir o curso.

ENCARNAÇÃO, Gustavo Melo Novais. Imperialismo, geopolítica do petróleo e desenvolvimento: relações globais de acumulação e o caso da Venezuela. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2020.

RESUMO

A história venezuelana recente foi marcada pelas diferenças entre os processos de desenvolvimento no que tange à utilização das divisas provenientes do setor petrolífero. A problematização da dependência do país em relação ao petróleo já vinha sendo apontada por autores como o economista Celso Furtado, que reconheciam os benefícios do “ouro negro” como potencial fonte de divisas, mas preconizavam sobre a necessidade de cautela referente à falta de diversificação industrial. Sem prejuízo da observação contextual do país, faz-se pertinente a análise das estratégias adotadas pela Venezuela a partir do surgimento da Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA) – referente à utilização das divisas petrolíferas –, buscando compreender qual a relação entre os diferentes projetos políticos que encabeçaram o país a partir de então e as possíveis imbricações com o desenvolvimento venezuelano, observando a relação com o a dinâmica imperialista (enquanto expressão da expansão do processo de acumulação mundial) e as suas implicações nas contradições interno/externo. A pesquisa aqui apresentada tem como objetivo a compreensão, sob a perspectiva histórico-material, de quais os processos no âmbito das Relações Internacionais que levaram a Venezuela à perpetuação da situação de país subdesenvolvido e à crise político-econômica a partir de fatores internos e externos que, combinados, culminaram na impossibilidade de desenvolvimento venezuelano, entre os anos de 1976 e 2013. A revisão bibliográfica realizada a partir da leitura dos teóricos do imperialismo (vinculados à tradição marxista) e das teorias da Cepal constitui importante ferramenta para a compreensão da dinâmica de acumulação do modo de produção capitalista em escala global, assim como as correlações com a indústria petrolífera no âmbito da geopolítica mundial. O desenvolvimento do país passou por diversos obstáculos por conta da baixa diversificação econômica e dependência de um único produto. As perspectivas de ruptura com o subdesenvolvimento foram suprimidas por conta do baixo grau de heterogeneidade industrial e de planos de desenvolvimento nacional irregulares.

Palavras-chaves: Venezuela; Imperialismo; geopolítica do petróleo; desenvolvimento.

ENCARNAÇÃO, Gustavo Melo Novais. Imperialism, oil geopolitics and development: global relations of accumulation and the case of Venezuela. Masters Dissertation - Institute of Humanities, Arts and Sciences Professor Milton Santos, Federal University of Bahia, Salvador. 2020.

ABSTRACT

Recent Venezuelan history has been marked by differences in development processes with respect to the use of foreign currency from the oil sector. The problematization of the country's dependence on oil has already been pointed out by authors such as economist Celso Furtado, who recognized the benefits of “black gold” as a potential source of foreign exchange, but advocated the need for caution regarding the lack of industrial diversification. Without prejudice to the country's contextual observation, it is pertinent to analyze the strategies adopted by Venezuela after the emergence of Petr oleos de Venezuela SA (PDVSA) - regarding the use of petroleum currencies -, seeking to understand the relationship between the different political projects who have headed the country since then and the possible overlapping with Venezuelan development, based on the relationship with the imperialist dynamics (as an expression of the expansion of the process of accumulation in space) and its implications for internal / external contradictions. The research presented here aims to understand, under the historical-material perspective, which processes within the scope of International Relations that led Venezuela to perpetuate the situation of an underdeveloped country and the political-economic crisis from internal and external factors that, combined, culminated in the impossibility of Venezuelan developing, between the years 1976 and 2013. The literature review made from the reading of the theorists of imperialism (linked to the Marxist tradition) and from the CEPAL theories are an important tool for the understanding of the dynamics of accumulation of capitalist production on a global scale, as well as the correlations with the oil industry within the scope of global geopolitics. The development of the country has passed by many obstacles derivated from low economic diversification and the dependency of one singular product. The perspectives of rupture with underdevelopment where suppressed by the low level of industrial heterogeneity and by irregular national development plans.

Keywords: Venezuela; imperialism; oil geopolitics; development.

LISTA DE SIGLAS

AD – *Acción Democrática*

BCV – Banco Central da Venezuela

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CANTV – *Compañía Anónima Nacional de Teléfonos de Venezuela*

CEPAL – Comissão Econômica Para América Latina e Caribe

CFI – Corporação Financeira Internacional

COPEI – *Comité de Organización Política Electoral Independiente*

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

EUA – Estados Unidos da América

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FMI – Fundo Monetário Internacional

GLT – Gás Liquefeito de Petróleo

IED – Investimento Externo Direto

MBR-200 – Movimento Bolivariano Revolucionário 200

MIGA - Agência Multilateral de Garantia de Investimentos

MPC – Modo de Produção Capitalista

MVR – Movimento Quinta República

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PDVSA – Petróleo de Venezuela Sociedade Anônima

PIB – Produto Interno Bruto

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VIASA – *Venezolana Internacional de Aviación*

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01.....	38
GRÁFICO 02.....	40
GRÁFICO 03.....	54
GRÁFICO 04.....	57
GRÁFICO 05.....	57
GRÁFICO 06.....	58
GRÁFICO 07.....	73
GRÁFICO 08.....	74
GRÁFICO 09.....	75
GRÁFICO 10.....	76
GRÁFICO 11.....	77
GRÁFICO 12.....	78
GRÁFICO 13.....	79
GRÁFICO 14.....	81
GRÁFICO 15.....	82
GRÁFICO 16.....	83
GRÁFICO 17.....	83
GRÁFICO 18.....	84
GRÁFICO 19.....	86
GRÁFICO 20.....	88
FIGURA 01.....	80

LISTA DE TABELAS

TABELA 01.....	87
----------------	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. ACUMULAÇÃO, IMPERIALISMO E AS TEORIAS DA CEPAL.....	20
2.1 ABORDAGENS PRELIMINARES.....	20
2.2 O IMPERIALISMO E A ECONOMIA MUNDIAL.....	21
2.3 AS TEORIAS SOBRE O IMPERIALISMO.....	23
2.4 O DEBATE MARXISTA ACERCA DO IMPERIALISMO.....	24
2.5 TEORIAS DA CEPAL.....	34
3. A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO NO SÉCULO XX E A VENEZUELA.....	38
3.1 ABORDAGENS PRELIMINARES.....	38
3.2 IMPERIALISMO E PETRÓLEO: GÊNESE DA INDÚSTRIA.....	44
3.3 SÍNTESE SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA OU A EMERGÊNCIA DOS “POLVOS IMPERIALISTAS”	45
4. O NÓ GÓRDIO DO DESENVOLVIMENTO VENEZUELANO (1976- 2013).....	53
4.1 ABORDAGENS PRELIMINARES.....	53
4.2 BOOM DO PETRÓLEO, DESENVOLVIMENTISMO E DÍVIDA EXTERNA – 1974 A 1984.....	58
4.3 CRISE DA DÍVIDA, POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E REELEIÇÃO DE PÉREZ – 1984 A 1992 A 1992.....	62
4.3.1 BANCO MUNDIAL E A VENEZUELA – NEOLIBERALISMO E SUBDESENVOLVIMENTO.....	63
4.3.2 O SEGUNDO GOVERNO PÉREZ.....	68
4.3.3 O SEGUNDO GOVERNO RAFAEL CALDERA.....	69
4.4 A ELEIÇÃO DE HUGO CHÁVEZ: MUDANÇAS REVOLUCIONÁRIAS OU REFORMISMO?.....	70
4.5 ANÁLISE DAS ESTATÍSTICAS VENEZUELANAS: 1972-2013.....	72
4.5.1 PRODUTO INTERNO BRUTO.....	72
4.5.2 FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO.....	74
4.5.3 COMÉRCIO EXTERIOR.....	76
4.5.4 EMPREGO.....	78

4.5.5	RESERVAS EM MOEDA ESTRANGEIRA, EMPRÉSTIMOS INTERNACIONAIS E DÍVIDA PÚBLICA.....	80
4.6	PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA VENEZUELA (2005-2013).....	84
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92

1. INTRODUÇÃO

Na história, é possível verificar a existência de uma relação substancial entre o desenvolvimento da Venezuela contemporânea (mais especificamente a partir de meados do século XX) e um dos recursos naturais mais cobiçados tanto pelos Estados quanto pelas grandes corporações do setor internacional: o petróleo.

O combustível fóssil galgou a posição como um dos bens primários de maior relevância e que, ao passar pelo processo de industrialização, solidificou-se como o principal produto da matriz energética desde o final do século XIX, devendo, portanto, ter a sua potencialidade observada com o devido escrutínio no que tange o desenvolvimento dos países no âmbito da economia mundial.

A utilização deste recurso energético é documentada na história antes mesmo da ascensão do que hoje se conhece como “modernidade”, tendo servido no Oriente Médio como base para diversas atividades, tais como a pavimentação de estradas, a iluminação de moradias, a manufatura de utensílios domésticos, dentre outras tantas recorrências na vida cotidiana de populações em diversas formações sociais (YERGIN, 1992).

Apesar da sua utilização ser verificada em momentos históricos anteriores, é a partir do século XIX que a exploração petrolífera começa a se intensificar. Com a descoberta de poços na Escócia, nos Estados Unidos da América (EUA) e na região de Baku (YERGIN, 1992, p. 23-24), assim como com a possibilidade de refino do produto e a sua utilização como combustível tanto para a produção industrial quanto para o consumo privado, o incremento em relação ao investimento de capital para o surgimento da indústria petrolífera torna-se visível, principalmente a partir do final do século em questão.

A indústria petrolífera, que ascende justamente no período de formação do capitalismo monopolista¹, constitui-se por meio da ligação por escala com outros setores produtivos, sendo que a tendência à formação de monopólios, à integração industrial, à participação na sociedade de ações, assim como à interrelação entre os bancos e o setor produtivo já no final do século XIX apareciam como determinantes na indústria, principalmente em partes específicas do

¹ O conceito de capitalismo monopolista aqui utilizado foi desenvolvido pelo teórico russo Vladimir Lênin na obra “Imperialismo, etapa superior do capitalismo” para designar as mudanças ocorridas no âmbito do modo de produção capitalista que, a partir de meados século XIX (período de transição entre a livre-concorrência e a ascensão dos monopólios), se reestruturou a partir dos processos de concentração e centralização do capital. A conceituação apareceu anteriormente em Rudolf Hilferding (1985) e em Nikolai Bukharin (1984).

mundo, como nos EUA com o crescimento da Standard Oil e no Reino Unido e na Holanda com a *Royal Dutch Shell*.

O desenvolvimento da indústria supracitada coincide com o avanço do modo de produção capitalista para uma nova fase de acumulação que busca não somente se expandir no espaço, mas se utiliza desta situação para fugir das tendências de crises cíclicas do capital. Essa nova fase de expansão do capital é chamada de imperialismo (BUKHARIN, 1984; LÊNIN, 2011).

Vladimir Lênin, teórico político e figura central na história da revolução soviética, já previa, no início do século XX, que o avanço do desenvolvimento industrial, assim como a concentração da propriedade privada e a produção de conglomerados de caráter monopolista e oligopolista cada vez maiores, marcados pela densidade relacional entre o capital financeiro e o produtivo, constituem características marcantes desse novo período capitalista (LÊNIN, 2011).

Economicamente a Venezuela foi, via de regra, exportadora de matérias-primas. Até o início do século XX, a pauta de exportação do país era liderada por produtos como o cacau e o café (situação similar a diversos países latino-americanos no período, *mutatis mutandis*, como o Brasil, que até a década de 1930 possuía uma pauta exportadora cuja formatação vinculava 70% das receitas ao setor cafeeiro)².

A ruptura com a dependência venezuelana do cacau e do café é datada no início do século XX, quando a intensa exploração das jazidas petrolíferas pelas corporações transnacionais provenientes das potências da economia mundial foi estabelecida no país. Em 1878, já havia a exploração do recurso petrolífero por parte de alguns setores corporativos da Venezuela, apesar da sua exploração e utilização em larga escala só começar em 1907 (SALAS, 2015, p. 60-61).

Durante a primeira metade do século XX, a Venezuela chegou a ser o maior exportador mundial do produto e o segundo maior produtor (ALONSO, 2015, p. 293). A nova dependência configura-se, então, através da exploração de petróleo. Embora detivesse contingente considerável de divisas, não havia retorno direto no que concerne ao desenvolvimento socioeconômico proveniente das rendas petrolíferas para o país durante boa parte do século passado.

² Para maiores informações, ver <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cafe-1>. Acesso em 18/02/2020, às 18:21.

Desde a descoberta das jazidas de petróleo em território nacional, a presença das grandes corporações de caráter transnacional foi de tal intensidade que mais de cem empresas (apesar de nem todas terem, de fato, perpetuado as atividades petrolíferas no país) se registraram para explorar o petróleo venezuelano a partir de 1938 (EGLER e MATTOS, 2012, p. 97).

Essas empresas foram beneficiadas pela exploração do recurso natural geralmente tendo acesso aos incentivos tributários (isenção de impostos sobre lucros, por exemplo), fazendo com que parte da renda proveniente da atividade petrolífera venezuelana fosse produzida internamente, mas encaminhada para os países da centralidade da economia mundial, permitindo a realização, expansão e reprodução do processo de acumulação de capital a nível global.

Em meio a instabilidades institucionais, mudanças de regime e o estabelecimento de marcos regulatórios para o setor petrolífero, ainda na primeira metade do século XX, as condições para o aprofundamento da relação entre a Venezuela e o petróleo foram sendo criadas, culminando na dependência do país no que tange ao recurso.

A partir desse período, a Venezuela inicia uma relação entre o desenvolvimento do país e as rendas provenientes das atividades petrolíferas; outrora, como supracitado, o país foi o segundo maior produtor de petróleo em escala global e hoje possui as maiores reservas do recurso energético.

Nesse bojo, ocorre a consolidação do *Pacto de Punto Fijo* em 1958, que resultou na alternância de poder entre os dois partidos de maior expressão no país: a *Acción Democrática* (AD), de tendência majoritariamente social-democrata, e o *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI), vinculado à democracia-cristã³.

Entre os anos de 1930 e o início da década 1980, houve certo grau de desenvolvimento industrial na Venezuela (com destaque para o período que compreende os anos de 1974-1980), fortalecido por atividades vinculadas diretamente (extração e produção petrolíferas) e indiretamente (construção civil) à exploração do petróleo.

A partir da década de 1970, em um contexto global de ruptura do sistema de *Bretton Woods*⁴ e, conseqüentemente, do padrão dólar-ouro, assim como do fim do chamado regime de acumulação fordista (HIRSCH, 2010), a Venezuela pôde experimentar um processo de crescimento galvanizado pelas rendas petrolíferas que, como supramencionado, duraria até a

³ A *Unión Republicana Democrática*, ou URD, que inicialmente fazia parte do acordo, rompe com o pacto por conta de divergências em relação às posturas adotadas para com o regime cubano pós-revolucionário em 1962

⁴ Em 1944 foram estabelecidos, na cidade de Bretton Woods, acordos para a implementação de marcos regulatórios em relação ao relações econômicas entre os países desenvolvidos. Esses acordos estiveram em vigência até o fim da conversão do dólar em ouro, em 1971.

década de 1980. Diversos autores ainda na década de 1950 (FURTADO, 2008) já apontavam a Venezuela como uma possível potência por conta, dentre outros fatores, do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* venezuelano, um dos maiores dos países periféricos à época.

Durante a vigência do *Pacto de Punto Fijo* o petróleo foi objeto de destaque para a realização do desenvolvimento econômico no país. A crise financeira mundial da década de 1970, assim como os sucessivos choques do petróleo (o 1º, em 1973, e o 2º, em 1979), formularam um cenário no qual o preço do produto atingiu os maiores patamares da história até então.

Essa situação beneficiou o processo de acumulação interno da Venezuela, fazendo com que fosse criada, em 1976, a *Petróleos de Venezuela S.A* (PDVSA), que nacionalizou a produção petrolífera no país, assim como fez frente à situação de oligopólio privado que ocorria no setor dominado, até então, pelas corporações transnacionais.

A utilização da renda proveniente do petróleo não se materializou de forma equânime nos diversos governos que se sucederam no âmbito do território venezuelano ao longo do século XX e início do século XXI. Governos de matriz liberal sustentaram a privatização da exploração petrolífera como de máxima importância para a propulsão do crescimento econômico, enquanto outros – que não destoavam do liberalismo, mas objetivavam, como é verificável através da análise histórica, o desenvolvimento nacional baseado no investimento público – (como Carlos Andrés Pérez, durante o seu mandato na década de 1970, e Hugo Rafael Chávez Frias a partir de 1998), preconizavam a utilização das rendas para superar a condição de país subdesenvolvido (FURTADO, 2008).

Os anos seguintes à criação da PDVSA foram marcados por governos de caráter intervencionista, que utilizavam o controle sobre a política econômica, assim como a priorização do investimento público, como força motriz do processo de desenvolvimento venezuelano. O retorno de divisas pelo processo de exportação do ouro negro possibilitou uma industrialização nas áreas química, petroquímica e metalúrgica. O investimento público em atividades industriais passou de apenas 4% no início da década de 1970, para aproximadamente 45% em meados da década seguinte (SALAS, 2015, p. 113).

A partir deste período, os fatores exógenos se fazem necessários para a discussão sobre a conjuntura da Venezuela. No contexto global de crise, o sistema capitalista necessitava de uma fuga para escoar a liquidez de capital nos países centrais, e viu na América Latina um ambiente propício para a concretização deste feito. Diversos países do continente passavam por ditaduras empresariais-militares, cujos governos tendiam à centralização do poder e ao uso

ostensivo dos aparatos institucionais de repressão, assim como pela tentativa, ao mesmo tempo, de implementar projetos desenvolvimentistas.

Os empréstimos a juros pós-fixados, associados a outros quesitos políticos e econômicos, levaram a América Latina à denominada crise da dívida externa, que trouxe consequências desastrosas para os países a partir de meados da década de 1980; a Venezuela, enquanto país cujo investimento na década de 1970 esteve associado aos empréstimos internacionais, não fugiu a esta condição.

Diga-se de passagem, as medidas estabelecidas na Venezuela em tal período coincidem com outras adotadas por países latino-americanos. Essas medidas foram, na verdade, impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), causando consequências desastrosas para o continente, tendo seu início marcado pela tentativa de superação da crise da dívida, como aponta o economista francês Gérard de Bérnis ao afirmar que “o endividamento se tornou um fardo pesado para as periferias, o que, para nós, acelerou os processos de financeirização, globalização financeira e mundialização.”⁵ (BÉRNIS, 2007, p. 532).

O aumento da desigualdade de renda e da pobreza foram fatores relacionados à vinculação orçamentária do PIB do país ao compromisso do pagamento da dívida pública, como ficará demonstrado através dos gráficos no último capítulo. Colapsos sociais começaram a ocorrer no país, gerando descrédito da população em relação ao Estado interventor, o que possibilitou a ascensão de governos de caráter neoliberal, vinculados ideologicamente à centralidade do capitalismo.

A partir do final da década de 1980, organizações internacionais, tais como o BM e o FMI, impõem ao Estado venezuelano medidas de austeridade com o objetivo de realizar ajustes macroeconômicos, que se inserem na perspectiva de mudança no modo de regulação fordista (HIRSCH, 2010).

O BM, que já vinha concedendo empréstimos à Venezuela desde 1961, começa a agir a partir dessa época com o objetivo de reestruturar e estabelecer limites macroeconômicos aos países devedores que estavam filiados à organização. No caso venezuelano, os processos de ajuste econômico começam a ser impostos no país a partir do governo de Jaime Lusinchi (1984-1989), objetivando o controle da volatilidade econômica no país em escrutínio.

⁵ Do original “*El endeudamiento se transformó en una fuerte carga para las periferias, lo que, para nosotros, aceleró los procesos de financiarización, globalización financiera y mundialización.*”

O período do governo de Lusinchi foi marcado por diversos escândalos de corrupção que envolveram o mandatário do executivo que antecedeu Carlos Andrés Pérez (no segundo período, iniciado no final da década de 1980). Pérez é mencionado em tom apologético ao longo do corpo do documento do Banco Mundial, intitulado *Preparandose para el futuro* (BANCO MUNDIAL, 1992); há, inclusive, tentativa de qualificar o seu governo como marcado por medidas intervencionistas, mesmo que o neoliberalismo regesse a lógica de acumulação, como sobredito, desde o governo de Lusinchi.

O historiador Miguel Tinker Salas, ao analisar o período em questão, afirma que

sob pressão para lidar com a situação econômica volátil, Lusinchi (1984–1989) começou a implementar um pacote geral de medidas de austeridade que se assemelhavam às prescrições propostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Sem questionar a legalidade da dívida, ele refinanciou temporariamente uma parte das obrigações de curto prazo adquiridas sob a Herrera e reduziu os gastos e salários públicos. Como resultado, o crescimento caiu vertiginosamente e o desemprego atingiu um recorde de onze por cento. (SALAS, 2015, p. 114)⁶

Em dezembro de 1988, o advogado Carlos Andrés Pérez conseguiu se reeleger presidente da Venezuela com as expectativas por parte da população de que o país pudesse retornar aos parâmetros sociais e econômicos estabelecidos na década anterior, o que não transcorreu da maneira esperada.

Os empréstimos realizados pelo BM ao país, acrescidos às operações de créditos concedidas pelo FMI somavam, a preços da época, mais de USD 7 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 1992, p.3). Esses empréstimos estavam condicionados pelo compromisso do então presidente Pérez em promover a desregulamentação financeira e a abertura dos mercados nacionais ao setor produtivo transnacional para além do setor petrolífero, que já vinha sendo explorado por grandes corporações desde o início do século XX. Apesar do crescimento do país de 9,2 % ao ano em 1991 (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 6), esse aumento da riqueza geral não resultou no incremento do setor produtivo nacional, tampouco na melhora das condições de reprodução social da população.

Por conta dos desgastes sociais gerados pelas altas taxas de desemprego, pela miséria, pela situação grave da economia e pelo aprofundamento dos ajustes impostos pelo FMI e pelo

⁶ Do original “*Under pressure to address the volatile economic situation, Lusinchi (1984–1989) began to implement a general package of austerity measures that bore a resemblance to prescriptions proposed by the International Monetary Fund (IMF). Without questioning the legality of the debt, he temporarily refinanced a portion of the short-term obligations acquired under Herrera and reduced public expenditures and salaries. As a result, growth declined precipitously and unemployment reached a record eleven percent.*”.

BM (que preconizavam o corte de despesas públicas, através do chamado *paquetazo* – além de outros quesitos que serão apontados na análise do documento), ocorre, em fevereiro de 1989, o *Caracazo*, (ARAÚJO E SCHURSTER, 2015), movimento que visava contrapor as medidas de austeridade estabelecidas pelo FMI em relação ao país, culminando no massacre de aproximadamente 3.000 pessoas pelo exército oficial venezuelano⁷. Essa manifestação de descontentamento gerou diversos protestos e ações coletivas que, dentre outros fatores, levaram a duas tentativas de golpe de Estado contra o governo Pérez e, finalmente, ao *impeachment* do então presidente em 1993.

No ano de 1998, Hugo Chávez foi eleito Presidente da Venezuela tendo como base de apoio eleitoral parcela do setor militar. Amparando-se no discurso de desenvolvimento nacional, colocava-se como a antítese dos governos da década anterior. Todavia, após as tentativas de reformas de Chávez em relação, principalmente, à terra e à destinação das rendas petrolíferas para a diminuição das desigualdades sociais, houve a primeira investida contra o governo com a promoção de um golpe de Estado.

A extração e a exportação de petróleo possibilitaram a Chávez - que contava com um novo quadro institucional de nacionalização de empresas, intervenção estatal na economia e mudança nos sentidos da governança pública - a aplicação da renda proveniente do óleo mineral em políticas de caráter social na Venezuela (ARAÚJO E SCURSTER, 2015, p. 32-35), abrangendo áreas como a educação, saúde, moradia e consumo.

Inobstante esses avanços, a baixa diversificação referente à consolidação de um parque industrial culminou em uma situação na qual o país perpetuou a sua dependência em relação ao petróleo (não concretizando o projeto de desenvolvimento nacional) assim como referente à importação de produtos básicos (alimentos, higiene pessoal, dentre outros).

Esse conjunto de situações resultou na crise econômica e social que assola o país na conjuntura atual. A não implementação de um projeto nacional de desenvolvimento, associada aos embargos econômicos por parte dos EUA, aprofundou as consequências das crises econômica e política, que perduram até a atualidade.

Feitas as primeiras apresentações, a pergunta de partida de que, desde o início, norteia a pesquisa que aqui se desenvolveu é a seguinte: de que maneira as inter-relações entre a dinâmica da geopolítica e da governança do petróleo e os possíveis projetos nacionais de

⁷ Para mais informações, consultar: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/03/caracazo-ousacudon-na-venezuela.html>. Acesso em 18 de janeiro, 2020 às 02:46.

desenvolvimento repercutiram nas relações de exploração e exportação petrolíferas na Venezuela, mantendo-a na condição de país subdesenvolvido?

A partir daí, surge, como objetivo geral, compreender quais são as possíveis relações entre o desenvolvimento venezuelano e a geopolítica do petróleo em escala global - tendo em vista o marco referencial que compreende 1976 e 2013 -, assim como os diferentes fatores endógenos que propiciaram ou não o desenvolvimento da Venezuela, tendo em mente a obtenção e utilização das divisas provenientes da extração e exportação petrolíferas.

O objetivo geral subdivide-se em três objetivos específicos, quais sejam: a análise das relações de acumulação no âmbito da geopolítica do petróleo a partir da observação conceitual do imperialismo de acordo com a delimitação temporal acima; a análise da importância dos ajustes estruturais estabelecidos no âmbito do Estado venezuelano a partir da década de 1980, levando em consideração os processos de gestão e governança global pactuados entre o governo venezuelano e as organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, assim como o exame dos documentos propostos pelas organizações; o mapeamento do nível de heterogeneidade industrial venezuelano, com base na análise de dados estatísticos a partir, por exemplo, do nível de diversificação industrial.

Nesse sentido, obtém-se a seguinte hipótese: a Venezuela, enquanto país periférico e subdesenvolvido, apesar de parte do processo de acumulação em escala global, tem a sua condição de subdesenvolvimento perpetuada em função da articulação entre fatores exógenos e endógenos, como a ação dos países imperialistas inseridos na dinâmica da acumulação e a subutilização nos investimentos das divisas do setor petrolífero no processo produtivo.

A metodologia utilizada na construção da presente dissertação leva em conta, depois da pesquisa e da verificação da bibliografia pertinente (desde a sua correlação identificável diretamente, até a averiguação da confrontação entre a teoria e a prática), as análises do imperialismo enquanto fenômeno do modo de produção capitalista, a indústria petrolífera a nível geopolítico e o desenvolvimento nacional venezuelano.

Ao se verificar que a teoria deve reproduzir através das ideias as estruturas e as dinâmicas (processos) reais do objeto de pesquisa (NETTO, 2011), foi buscada na construção deste trabalho a máxima proximidade com a análise histórico-material presente nas relações entre a Venezuela e o processo de acumulação em escala global.

No tópico aqui exposto, não há tentativa de sustentação de uma pretensa análise neutra, visto que há implicação do sujeito no objeto, pois só a partir da observação ativa do pesquisador que é possível compreender o objeto como um processo, e não somente através da “aparência

ou da forma dada” (NETTO, 2011). A partir da análise de dados (as fontes serão apontadas, oportunamente, na parte do texto referente aos métodos e técnicas de pesquisa), assim como da bibliografia, foi possível estabelecer uma relação de indicadores que levaram à construção dos objetivos no projeto em questão.

O primeiro indicador e, provavelmente, o mais imediato, faz referência às disparidades em relação ao grau de desenvolvimento das forças produtivas entre os países centrais da economia mundial e a periferia capitalista. Ao analisar a situação específica da Venezuela a partir da criação da PDVSA, verifica-se que o país se insere na perspectiva supracitada.

As diversas rupturas institucionais durante o século XX e as tentativas de intervenção e golpes de Estado durante a era Chávez, capitaneadas por países da centralidade da economia mundial, assim como os interesses corporativos das transnacionais na extração, exportação e realização dos lucros relacionadas à atividade petrolífera, contribuíram com o estabelecimento dos objetivos específicos da pesquisa, no sentido de que a compreensão da situação venezuelana seja a mais próxima possível das relações concretas desenvolvidas no âmbito interno e externo.

Outros indicadores relacionados diretamente ao processo de produção e circulação do capital serão enunciados a seguir: desaceleração da economia venezuelana entre as décadas de 1980 e 1990, período marcado por medidas de austeridade elaboradas em conjunto com o BM e o FMI; baixa diversificação industrial; disparidade setorial em relação à produtividade; dependência do petróleo para a exportação e importação de bens (de consumo e produção); diferenças em relação ao investimento público e privado entre os governos que se sucederam a partir da década de 1970, dentre outros.

A pesquisa se insere na perspectiva multidisciplinar, pois a análise envolve elementos históricos, econômicos, políticos e geopolíticos, com o objetivo de melhor compreender o objeto da pesquisa, reconhecidamente de grande complexidade. O trabalho levou em consideração questões teóricas e conceituais, descritivas e analíticas, que estão dispostas ao longo de toda a dissertação.

A análise de dados quantitativos servirá para melhor desenvolver a abordagem qualitativa, haja vista que as possibilidades de interpretação referentes ao objeto, para que sejam desenvolvidas de forma mais rigorosa, devem compreender a articulação entre os indicadores estatísticos e a análise bibliográfica e documental, sendo, portanto, quali quantitativa.

Serão utilizados os dados secundários, que são pertinentes para a construção dos argumentos do texto, pois através da análise de estatísticas colhidas em diversas fontes, tais

como as datadas no site do Banco Central da Venezuela⁸ (BCV), do Banco Mundial⁹ e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)¹⁰, assim como o estudo cuidadoso da bibliografia pertinente ao estudo de caso, configurando-se como análise de conteúdo, é possível realizar reflexões históricas sobre o contexto do país.

Em termos da sua estrutura, a dissertação está dividida em três capítulos, para além da introdução e das considerações finais, na qual serão discutidas, também de forma resumida: a relação entre a exploração, tanto da força de trabalho quanto dos recursos naturais, e o modo de produção capitalista; a análise *ex ante* das perspectivas de ruptura com a dependência do petróleo no caso da Venezuela; potencialidades de gestão das forças produtivas por parte da classe trabalhadora venezuelana.

O primeiro capítulo tem como base crítico-discursiva o processo de acumulação do capital, na tentativa de abordar de forma histórica (porém sintética) a relação entre esse conceito, o imperialismo e as diferentes formas de manifestação do desenvolvimento dos países, objetivando a compreensão da dinâmica do modo de produção capitalista em escala ampliada. As bases para a interpretação das teorias do imperialismo e a discussão sobre as questões de classe foram constituídas através da análise das obras de Nikolai Bukharin (1984), Vladimir Lênin (2011), David Harvey (2005; 2008; 2018), Nicos Poulantzas (1975) e das teorias cepalinas, por meio dos textos de Maria da Conceição Tavares (2000), Raúl Prebisch (2000), Ricardo Bielchowsky (2000), Pedro Fonseca (2000) e Celso Furtado (2008).

No segundo capítulo, são abordadas as relações históricas e geopolíticas que envolvem o petróleo enquanto mercadoria fundamental para o processo de acumulação e crescimento socioeconômico na Venezuela, assim como a dependência estabelecida em torno da extração e exportação petrolífera. Os obstáculos, potencialidades e concretizações materiais serão discutidas com base na literatura já existente, assim como a partir da coleta de dados secundários.

No terceiro capítulo, serão objetos de discussão: a estrutura produtiva da Venezuela, os problemas relacionados ao investimento das rendas provenientes do petróleo no setor produtivo, as possibilidades de desenvolvimento industrial a partir das observações de Furtado (2008) e a posição da Venezuela enquanto Estado subdesenvolvido e periférico.

⁸ www.bcv.org.ve/estadisticas/

⁹ <https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>

¹⁰ <https://www.cepal.org/pt-br/datos-y-estadisticas>

2. ACUMULAÇÃO, IMPERIALISMO E AS TEORIAS DA CEPAL

2.1 ABORDAGENS PRELIMINARES

A análise do desenvolvimento capitalista vem sendo colocada em escrutínio por autores dos mais variados campos das ciências sociais. A economia, a história, a sociologia, a ciência política e a geografia são alguns dos campos de estudo que abarcaram durante o desenvolvimento da história moderna a discussão sobre as características inerentes do modo de produção capitalista (MPC)¹¹.

Por diversas vezes, as análises foram realizadas com concepções idealistas, sem que fossem levados em consideração os elementos históricos da materialidade e o desenvolvimento dialético das relações sociais, culminando na falta de correspondência científico-metodológica entre o objeto em questão - o desenvolvimento capitalista - e os fenômenos locais e globais que, sucedendo-se não necessariamente de forma linear, desembocam nas relações contemporâneas entre a economia mundial (BUKHARIN, 1984) e as diferentes formas de manifestação do capitalismo no âmbito dos Estados.

Como será explanado ao longo do capítulo, pesquisadoras e pesquisadores se debruçaram sobre a análise do desenvolvimento do capitalismo, levando em consideração as modificações em relação às forças produtivas, à composição do capital, à força de trabalho, às crises e diversas outros conceitos que compõem o MPC. Adam Smith e David Ricardo são dois dos teóricos que tiveram maior influência no desenvolvimento da economia política clássica, com contribuições teórico-conceituais que incidiram nas análises da teoria do valor trabalho, da produtividade e das relações entre a oferta e a demanda.

Partindo da análise desses dois autores, Karl Marx, por meio do engajamento com a análise do MPC, desenvolve em sua obra científica de maior repercussão internacional (os três volumes de “O Capital”, com protagonismo para o livro I da obra) alguns conceitos e categorias que foram fundamentais para a mudança do paradigma da economia política ainda no século XIX.

Neste capítulo, pretende-se analisar as possíveis relações entre o imperialismo e as interpretações sobre o capitalismo periférico latino-americano. Essa análise foi feita, *a priori*, com base nas discussões materialistas sobre o tema, fazendo-se presente a necessidade de

¹¹ Utilizarei, a partir deste momento do texto, a abreviação MPC como correspondente ao conceito de modo de produção capitalista. Esta mesma sigla foi utilizada na obra “As classes sociais no capitalismo de hoje”, do sociólogo grego Nicos Poulantzas (1975).

compreender os diversos desenvolvimentos conceituais acerca do fenômeno do imperialismo, assim como suas especificidades e limitações históricas.

Apesar das variadas e não necessariamente excludentes interpretações construídas acerca do conceito (inclusive, sob o escopo das teorias marxistas do imperialismo), há certa similaridade entre as abordagens no que tange, pelo menos, ao papel dos Estados inseridos na economia mundial, ao MPC (que deve ser observado como um processo) e à necessidade de expansão geográfica deste modo de produção como uma das possibilidades de sustentar o processo de acumulação já que

o capital haure sua dinâmica justamente nas formas políticas estatais que lhe são típicas e opera, também por tais meios, num processo de exploração de escala mundial. A igualdade formal entre os Estado tem por base uma profunda desigualdade material entre eles próprios. A sua soberania política e sua liberdade para compactuar com outros Estados e organismos se erigem a partir de relações de dependência e fragilidade, permeadas por lutas e interesses de classes e grupos em planos nacional e internacional. Por meio de mecanismos de controle, violência, guerras, ameaças, alianças apoios recíprocos e privilégios, os Estados se configuram em uma pluralidade necessariamente desigual. Do mesmo modo que a exploração do capital passa pelo Estado singularmente, para sustentar, na sua objetivação de relações materiais, uma sociabilidade de divisão e antagonismos, passa também pelos estados em seu conjunto, para sustentar e promover a mesma cisão social e, além dela, uma efetiva distinção de poder entre tais unidades políticas no concerto de sua pluralidade. (MASCARO, 2013, p. 99)

A abordagem acima, que se encontra na obra “Estado e forma política” (2013) do filósofo do direito brasileiro Alysson Leandro Mascaro, é importante no início dessa explanação, haja vista que faz uma síntese dessa convergência entre as teorias (com ressalvas para a teoria do ultraimperialismo, de Karl Kautsky).

2.2 O IMPERIALISMO E A ECONOMIA MUNDIAL

Como tentativa de realizar uma aproximação causal entre o processo de acumulação e o fenômeno imperialista, será realizada a seguir uma breve explanação a respeito das diferenças e interconexões entre o processo de reprodução simples, o processo de reprodução em escala ampliada (a acumulação em si), a tendência da queda da taxa de lucro e a necessidade de expansão espacial do capital.

Ao realizar um estudo de caráter analítico sobre o MPC, Karl Marx deixa clara a diferença entre três fases do processo de acumulação nesse modo de produção. Essas três fases são: reprodução simples, acumulação e processos cíclicos de crise do capitalismo (estes,

relacionados a um fenômeno particular do capitalismo, denominado de tendência geral da queda da taxa de lucro).

Apesar do resumo acerca dessas três categorias ter sido realizado ao longo do século passado e início do vigente na bibliografia das ciências humanas em geral, o esforço de aproximação da área (ou campo) das Relações Internacionais com a literatura marxiana foi buscado com debates que possuíam um foco maior nas dinâmicas exclusivas da política, e não em uma análise da “totalidade” que incorporasse o estudo da infraestrutura e da superestrutura de forma dialética.

Na reprodução simples, não há configuração da acumulação de capital propriamente dita. Há um capital total investido que é valorizado a partir da exploração do trabalhador, culminando na obtenção do mais-valor, este proveniente do período não remunerado no qual o trabalhador realiza o dispêndio da sua força de trabalho. A configuração enquanto simples se dá justamente pelo fato de não haver aumento de escala no âmbito da produção.

Como o próprio Marx elucida, levando em consideração que a massa de lucro dependerá necessariamente da massa de mais valor obtida, tem-se a seguinte fórmula: $D-P-M'-D'/D-P$.¹² No processo de produção, o mais-valor é produzido, e o mesmo entra na valorização do produto mercadoria (MARX, 2017a); apesar disso, o lucro obtido proveniente do mais-valor não é acrescentado no capital total que daria início ao processo de produção em escala ampliada, seja $P \neq P'$.

Para Marx, portanto, no modo de produção capitalista só poderia prevalecer a reprodução em escala ampliada, ou seja, acumulação propriamente dita, levando em consideração que não há possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas sem que haja acumulação.

Nesta fase, há a interconexão dos capitais individuais com o capital social total. Nesse processo, existe cada vez mais demanda por força de trabalho e por meios de produção. Essa demanda só pode ser suprida caso o mais-valor obtido por meio do processo produtivo inicial, que teve como origem o capital individual investido, seja parcialmente aplicado no aumento das forças produtivas através do investimento em capital fixo.

Esta situação, geralmente, leva ao barateamento das mercadorias finais e, portanto, necessita cada vez menos de trabalho humano aplicado no processo produtivo. Apesar disso, a

¹²A letra “D” na fórmula em questão representa o dinheiro (ou capital) investido no processo produtivo; a letra “P” representa o processo produtivo em questão; a letra “M” representa a mercadoria após a valorização no processo produtivo; a letra “D’” representa o capital valorizado.

diferença na formação orgânica do capital (diferença proporcional entre capital fixo e capital circulante) é aumentada. Se num processo inicial a relação entre capital variável e capital constante é de, respectivamente, 60 para 40, num processo de reprodução em escala ampliada (ou acumulação) deverá ocorrer um aumento de investimento em capital constante que inverta, e talvez até aumente, esta proporção (do capital constante em relação ao capital variável).

Como o próprio Marx coloca (MARX, 2017a), a inversão da relação entre capital constante e capital variável no âmbito da composição orgânica do capital não faz com que a quantidade total de trabalhadores tenha que diminuir. Muito pelo contrário, o número tende, num primeiro momento, a crescer, fazendo com que a acumulação se dê de maneira mais célere.

No livro III de “O Capital”, Marx dedica um capítulo ao que ele chama de tendência de queda da taxa de lucro. Nesse capítulo, Marx analisa os movimentos gerais do modo de produção capitalista a partir da reprodução em escala ampliada. A conclusão de Marx é a seguinte: o aumento da parcela constante na composição orgânica do capital tende, geralmente, à diminuição da taxa de lucro.

Isso acontece mesmo que haja uma maior massa total de lucros (por exemplo, no processo produtivo I, a massa de lucro foi x , e no processo produtivo II, a massa de lucro foi x'). Nesse sentido, com a manutenção da taxa de mais-valor, a ampliação da composição orgânica do capital incide na diminuição da taxa de lucro (que é relacionada ao capital total investido). Marx afirma que existem contra tendências que atenuam as crises decorrentes desta situação (MARX, 2017b). Em seguida, enunciarei algumas delas: aumento da taxa de exploração do trabalho (mais-valor absoluto); fusão de capitais; barateamento dos elementos do capital constante; comércio exterior.

A compreensão dessas questões é fundamental para a análise da dinâmica do imperialismo, sendo que, como sustentado, esse fenômeno é próprio das relações desenvolvidas no âmbito do capitalismo.

2.3 AS TEORIAS SOBRE O IMPERIALISMO

Nesta seção, os tópicos de discussão permeiam as teorias clássicas do imperialismo (restringindo-se a análise de algumas das principais teorias marxistas) com objetivo de compreender uma linha cronológica entre o desenvolvimento dessas teorias e as abordagens mais recentes.

Os critérios de utilização para os autores em discussão foram a proximidade com o marco teórico utilizado para abordar as temáticas (os conceitos de acumulação por espoliação, do geógrafo David Harvey e de imperialismo do sociólogo Nicos Poulantzas, ambos filiados à corrente de pensamento marxista), assim como para fins de comparação com a abordagem do conceito de imperialismo no âmbito das teorias das Relações Internacionais, suas influências explícitas e implícitas, além dos pontos de divergência.

Na totalidade da obra de Karl Marx não há um engajamento com desenvolvimento do conceito de imperialismo enquanto uma das formas de manifestação do processo de acumulação em escala global. No capítulo acerca da tendência da queda da taxa de lucro, já supramencionado no presente texto, o autor analisa o comércio exterior como uma forma de reduzir as potencialidades das crises que acometem o modo de produção capitalista.

Apesar disso, as limitações históricas para a compreensão da problemática do imperialismo não impediram que derivações acerca do próprio funcionamento do modo de produção em questão fossem utilizadas para compreender a formação dos monopólios e oligopólios a nível global e a sua relação imbricada com o mercado financeiro.

2.4 O DEBATE MARXISTA ACERCA DO IMPERIALISMO

A compreensão acerca do desenvolvimento capitalista, mais especificamente, da fase imperialista, faz-se necessária no âmbito da totalidade do presente texto haja vista que o país que compõe o objeto em questão – a Venezuela – esteve desde o princípio da sua formação social (a partir do momento que inicia a reprodução do MPC na sua circunscrição territorial) vinculada às práticas colonialistas, em um primeiro momento, e imperialistas, que se estendem até a atualidade.

A vinculação do país em questão com a economia mundial (BUKHARIN, 1984) fez com que o desenvolvimento interno estivesse marcado pelo processo de internacionalização da produção, principalmente relacionado ao setor petrolífero, como pode-se observar a partir da contextualização histórica elaborada pelo historiadores Miguel Tinker Salas (2015) e Julia Frederick e Michael Tarver (2005).

A análise das obras dos autores vinculados à teoria marxista do imperialismo (a clássica e a moderna) será aqui utilizada para contextualizar o debate trazido por Nicos Poulantzas (1975) e David Harvey (2005). As obras de Nikolai Bukharin (1984) e Vladimir Lênin (2011), mesmo que já amplamente abordadas na literatura nacional acerca do tema (LEITE, 2014;

SILVA, 2010; MARIUTTI, 2015), serão aqui discutidas com objetivo de situar historicamente o debate, assim como para a nortear a utilização de conceitos que serão trazidos ao longo da dissertação.

O debate presente no livro “Imperialismo, etapa superior do capitalismo”, do teórico marxista russo Vladimir Lênin, realiza uma síntese sobre o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, com destaque para a emergência da fase imperialista no momento em que o texto foi escrito. A princípio, o autor afirma que o desenvolvimento industrial, assim como a inevitabilidade da concentração da produção, compõe uma série de características fundamentais do MPC. A partir da articulação entre o capital-dinheiro e o capital produtivo, Lênin se debruçou sobre o desenvolvimento específico do capitalismo monopolista através da contextualização de conceitos como a integração, a centralização e concentração, categorias em alto grau de abstração, mas que sustentam de modo geral os desdobramentos do MPC.

Lênin chama a atenção para o papel dos bancos nessa nova fase de desenvolvimento do capitalismo, já que através da atuação daqueles o capital-dinheiro pode ser convertido em, nas palavras do autor, capital ativo, que nada mais é do que o emprego no capital do processo produtivo através do investimento (posto que, somente na esfera produtiva o mais-valor pode ser gerado, culminando na produção do lucro).

Uma das análises mais importantes vinculadas à teoria marxista do imperialismo, e que é fundamental para a análise conjuntural da Venezuela, é o fato de que, na fase imperialista, a exportação do capital tem primazia sobre a exportação de mercadorias. Este fato é demonstrado por Lênin, com respaldo na análise histórica e estatística, culminando no desenvolvimento do termo cunhado pelo autor, capitalismo moderno (LÊNIN, 2011, p. 110), que se difere da fase “concorrencial” do capitalismo, dado que o desenvolvimento dos monopólios, apesar da relação imbricada e contextual com o capital não-monopolista, pressupõe a concentração e centralização do capital em escala cada vez maior.

Outra questão fundamental abordada por Lênin e que possui relação próxima com o desenvolvimento do capitalismo é o fato de o lucro ser geralmente elevado em países cujas formações sociais não tiveram o desenvolvimento do capitalismo levado ao seu último estágio, sobretudo onde o preço da terra e os salários são geralmente baixos. Essa mesma linha de raciocínio será abordada por Bukharin (1984) e Poulantzas (1975).

Questão fundamental aqui posta por Lênin é o fato de o mercado mundial de petróleo, desde os seus primórdios no início do século XX, estar marcado pela formação de trustes

(seguindo a lógica do imperialismo, cuja articulação entre o capital-bancário e capital-industrial formam o capital financeiro), como fica perceptível através da seguinte afirmação:

o mercado mundial do petróleo - escrevia Jeidels em 1905 - encontra-se ainda atualmente dividido entre dois grandes grupos financeiros: o truste americano *Standard Oil Co.*, de Rockefeller, e os donos do petróleo russo de Baku, isto é, Rothschild e Nobel. Ambos os grupos estão intimamente ligados entre si, mas a sua situação de monopólio encontra-se ameaçada há alguns anos por cinco inimigos¹³: 1) o esgotamento dos jazigos norte-americanos de petróleo; 2) a concorrência da firma Mantáshev em Baku; 3) os jazigos da Áustria; 4) os da Romênia; 5) os jazigos de petróleo transoceânicos, particularmente nas colônias holandesas (as riquíssimas firmas Samuel e Shell, também ligadas ao capital inglês). Os três últimos grupos de empresas estão relacionados com os grandes bancos alemães, e em primeiro lugar com o Banco Alemão, o mais importante deles. (LÊNIN, 2011, p. 192)

Para Lênin, a superestrutura extraeconômica se ergueria sobre uma base financeira, política e ideológica, reforçando a tendência para as práticas colonialistas. Esse mesmo argumento será utilizado por Poulantzas (1975) para qualificar as diferenças no que tange à inserção das formações sociais dependentes no modo de produção capitalista.

Ainda neste tópico, o autor afirma que o imperialismo tende para as anexações, sendo que o aspecto político do imperialismo está relacionado com a violência e com a reação. As tentativas de intervenção dos Estados centrais da economia mundial, seja sob a forma da guerra direta, seja sob a forma de guerras comerciais, serão enunciadas nos capítulos subsequentes com base nas análises em escrutínio.

A obra de Bukharin “A economia mundial e o imperialismo”, que precede¹³ a obra de Lênin e serviu-lhe, inclusive, de inspiração, assim como as obras de Hilferding (1985) e Hobson (1981), foi de fundamental relevância para a construção do texto mencionado no tópico acima.

Ao analisar os impactos da expansão do MPC em escala global, principalmente em relação às formações sociais periféricas, a utilização de alguns conceitos do autor é de fundamental relevância para a compreensão da totalidade dos argumentos apresentados neste texto.

Levando em consideração que o objeto aqui analisado trata do desenvolvimento da Venezuela enquanto parte do processo de acumulação em escala global, por meio de conceitos como imperialismo, rentismo e atuação conjuntural das burguesias, as análises realizadas pelo

¹³ A opção pela ordem não cronológica em relação à publicação das duas obras em questão se dá pelo fato do texto de Lênin ter maior repercussão, sendo que o objetivo aqui é a realização da síntese dos argumentos do autor. A obra de Bukharin, por trazer mais estatísticas, pelo menor engajamento nos meios acadêmicos e por ter uma complexidade conceitual maior, será analisada com maior cuidado em seguida.

autor são imprescindíveis para a compreensão, sob o escopo dos conceitos supracitadas, do desenvolvimento histórico e econômico venezuelano.

Bukharin parte do pressuposto de que existe uma divisão internacional do trabalho (DIT) que está numa relação dialética com a economia mundial. A partir daí, afirma que há desigualdade no desenvolvimento das forças produtivas, e que isto se configura no impacto sobre as diversas esferas industriais.

A DIT está, para Bukharin, ancorada na interdependência entre os países no âmbito da circulação das mercadorias, que é condição *sine qua non* para o progresso das forças produtivas. Baseando-se nestas afirmações, Bukharin vai sustentar que a economia mundial é, na verdade, um “sistema de relações de produção e de relações correspondentes de troca” (BUKHARIN, 1984, p. 24).

A afirmação presente na seguinte passagem traduz a visão do autor acerca da interdependência entre os Estados-nação na fase imperialista da economia mundial, ao endossar que

se, por exemplo, na Bolsa de Valores de Berlim se compram ações de uma empresa americana, uma relação de produção se estabelece entre o capitalista alemão e o operário americano. Se uma cidade russa faz um empréstimo junto aos capitalistas de Londres e paga os juros correspondentes, acontece o seguinte: parte da mais-valia que exprime a relação entre o operário e o capitalista inglês transfere-se à municipalidade da cidade russa, que, por sua vez, remete para a Inglaterra, sob a forma de juros, parte da mais-valia auferida pela burguesia dessa cidade e que expressa a relação de produção entre o operário e o capitalista russos. (BUKHARIN, 1984, p. 25)

Um dos traços fundamentais da abordagem de Bukharin acerca do imperialismo é a análise do impacto do desenvolvimento industrial através da evolução das economias individuais no capitalismo. Ao contrário de correntes que enxergam o problema do desenvolvimento desigual no processo de circulação, o autor vê o desenvolvimento do subdesenvolvimento como um dos desdobramentos inevitáveis do próprio modo de produção capitalista, que tende a gerar graus desiguais de desenvolvimento, baseado no processo elementar de extração do mais-valor no processo produtivo e realizadas a partir das trocas desiguais no âmbito da economia mundial.

Seguindo a lógica de que o MPC necessita para se perpetuar por meio da expansão e reprodução constantes, o autor traz um dado histórico que configura o rigor analítico da sua obra ao sustentar que

[...] de 1899 a 1909, portanto no espaço de 10 anos apenas, a capacidade de transporte da marinha mercante mundial aumentou 55,6%. Esse avanço considerável permitiu interligar os organismos econômicos de vários continentes e revolucionar os métodos pré-capitalistas nos rincões mais afastados do globo, acelerando, ao mesmo tempo,

em medida extraordinária, a circulação mundial das mercadorias. (BUKHARIN, 1984, p. 33)

Ora, seguindo a lógica dos processos de produção e circulação, tendo em vista a ação dinâmica do MPC sobre a economia mundial, percebe-se que a extensão do modo de produção em questão se vê facilitada a partir do seu próprio desenvolvimento, acelerando não somente a circulação de mercadorias, mas também o desenvolvimento das esferas de produção onde outrora não havia (no caso das ex-colônias latino-americanas, por exemplo).

Como no capítulo seguinte será realizada a análise da história recente venezuelana a partir das diferenças nos graus de produtividade entre os setores da economia (principalmente entre o setor petrolífero e os demais setores industriais), fundamentais são as considerações propostas no texto de Bukharin, como a de que a distribuição da força de trabalho entre os diversos ramos da produção sustentam que a taxa salarial (que, para o autor, possui relação direta com a produtividade) tenda ao mesmo nível no âmbito da economia mundial.

Como o setor petrolífero venezuelano foi formado, desde a sua gestação, pela composição oligopolista de empresas transnacionais, cabe ainda trazer a análise de Bukharin sobre a exportação de capital (que, novamente, tem primazia sobre a exportação de mercadorias em sua fase imperialista), uma vez que possui duas formas principais: o capital-juro e o capital-lucro.

O primeiro conceito realiza-se a partir de empréstimos governamentais (mas também privados), enquanto o segundo pode ser realizado por meio do que se chama de “participação”. Essa participação nada mais é do que a compra de ações, que visam a obtenção de lucros, assim como o IED, que participa da construção de infraestrutura, às vezes até mesmo de empresas conjuntas, para além das fronteiras espaciais do país de onde capital estrangeiro é proveniente.

A pertinência da obra de Bukharin pode ser verificada na confluência da sua abordagem teórica com o materialismo-histórico proposto por Marx e Engels. Atendo-se ao conceito de tendência geral da queda da taxa de lucro, o autor aponta que “[...] quanto mais desenvolvido é um país, tanto mais baixa é ali a taxa de lucro” (BUKHARIN, 1984, p. 41).

Ainda segundo essa lógica, a reprodução do capital no âmbito dessas economias se daria de forma mais intensa, sendo mais violento o processo de eliminação concorrencial (aqui, levando-se em consideração a fase do capitalismo monopolista abordada por Lênin, posterior à publicação de Bukharin).

Nos capítulos subsequentes serão abordadas as relações entre a Venezuela - enquanto formação social dependente ou periférica do centro global de acumulação do capital - e os países

centrais da economia mundial, especificamente aqueles que estão na disputa direta pela liderança hegemônica imperialista¹⁴, sendo que a análise dos conceitos de Bukharin vinculados aos termos restrições legislativas e tarifas aduaneiras é necessária para fins de compreensão do desenvolvimento venezuelano. Os embargos econômicos impostos pelos EUA ao país e que se intensificaram durante a era Chávez, por exemplo, são relevantes para a compreensão da conjuntura histórica venezuelana, haja vista que possuem impacto direto no grau de industrialização do país e, por consequência, no seu desenvolvimento.

Bukharin assume o fenômeno do capitalismo mundial enquanto estrutura anárquica, que se revela de forma clara quando emergem as crises e as guerras. Para o autor, a guerra seria um dos métodos de concorrência do capitalismo; fazem-se necessárias, a partir daqui algumas explicações breves.

As guerras, enquanto fenômenos que, no capitalismo, não devem ser vistos como simples conflitos por território, mas configuram-se também e principalmente como expansão das fronteiras do processo de acumulação (para a avaliação do momento atual do capitalismo), não necessariamente se materializam na história na forma de conflitos bélicos. As guerras comerciais, como as impetradas pelos EUA em relação à Venezuela, também são demonstrações de tentativas de romper com as barreiras impostas ao processo de acumulação.

Para Bukharin, “a guerra é a lei imanente de cada sociedade chamada a produzir sob a pressão das leis cegas do mercado mundial que se desenvolve caoticamente” (BUKHARIN, 1984, p. 48).

A análise sobre o papel desempenhado pelo Estado realizada por Bukharin é fundamental para que se possa compreender as especificidades da luta de classes no âmbito da economia. Para o autor, “o Estado desenvolveu-se sobre determinada base econômica e constituiu-se apenas como a expressão das relações econômicas. A coesão estatal configurou-se assim tão-somente como expressão da coesão econômica” (BUKHARIN, 1984, p. 57).

Apesar dessa afirmação não compreender a totalidade das relações de produção capitalistas, que envolve também as bases político-ideológicas (que, por sua vez, estão numa relação dialética com a base econômica), é de serventia para compreender que o Estado não é

¹⁴ Aqui se faz mister o esforço da cientista política Ana Saggiore Garcia no texto “Hegemonia e Imperialismo: Caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a Segunda Guerra Mundial”, publicado na revista Contexto Internacional, vol. 32, no 1, janeiro/junho 2010, p. 155-177. No artigo, a autora constrói uma abordagem histórica acerca dos diferentes teóricos e teóricas acerca da temática do imperialismo; aborda, também com acurácia histórica, as diferentes fases das disputas interimperialistas, assim como a desvinculação ontológico-conceitual entre os termos hegemonia e imperialismo.

um mero “ente instrumental” (POULANTZAS, 1975, p. 35), que possuiria características “neutras” e “técnicas”, mas faz parte do processo de reprodução ampliada do capital.

Por conta do desenvolvimento do capitalismo e suas tendências, em consonância com o pensamento de Bukharin, as economias nacionais geralmente precisam estender-se, o que teria relação direta com “[...] a própria essência da estrutura capitalista da sociedade” (BUKHARIN, 1984, p. 73). A taxa de lucro, neste sentido, seria o princípio que regularia a produção e a circulação no âmbito da economia mundial.

Os conceitos de superprodução e superacumulação são utilizados por Bukharin para explicar os movimentos de exportação do capital, sendo importantes para análise da formação da indústria petrolífera, não somente na Venezuela (FURTADO, 2008), mas também em escala mundial (YERGIN, 1992; BINSZTOK e MONIÉ, 2012).

Com a emergência dos fenômenos associados ao desenvolvimento industrial no âmbito das formações sociais, surgem também algumas características presentes em quase todos os países da economia mundial. A militarização é uma delas e, novamente, o papel desempenhado pelo Estado na análise elaborada por Bukharin tem relação direta com o desenvolvimento venezuelano enquanto formação social periférico-capitalista.

Para Bukharin, contrariamente aos posicionamentos elaborados por Karl Kautsky (com a sua tese do ultraimperialismo), não é possível que o capitalismo exista sem que existam também as guerras. Sobre a questão dos armamentos bélicos, Bukharin afirma que

[...] a sociedade capitalista é inconcebível sem armamentos, da mesma forma que não pode ser concebida sem guerras, e assim como não são os preços baixos que engendram a concorrência, mas ao contrário, é a concorrência que determina o aviltamento dos preços, tampouco a existência dos exércitos a causa essencial e força motriz das guerras, é a inelutabilidade dos conflitos econômicos que condiciona a existência dos exércitos. (BUKHARIN, 1984, p. 120)

Seguindo nesta linha e levando em consideração que o setor petrolífero se configura como fundamental para o processo de acumulação do capital, a história do seu desenvolvimento, tanto a nível internacional, quanto a nível nacional (no caso da indústria venezuelana), foi marcada por diversos conflitos que vão desde a ocupação belicosa de Estados-Nação até os bloqueios comerciais.

Nicos Poulantzas, sociólogo marxista de origem grega, aborda a questão do imperialismo de forma menos detalhada que os outros autores aqui discutidos. Porém, antes de entrar no debate sobre essa fase do MPC propriamente dita, traz um conjunto de categorias, ao

longo de sua obra, que são relevantes para a compreensão do processo de reprodução em escala ampliada do MPC.

Essa abordagem é consonante com os marcos teóricos e metodológicos apresentados na introdução da dissertação já que, ao longo da sua obra, Poulantzas vislumbra que as relações ideológicas, políticas e econômicas se reproduzem mutuamente, fazendo com que o esforço para a compreensão da totalidade das relações desenvolvidas não somente no âmbito interno da Venezuela, mas na economia mundial como um todo, perpassem pelas categorias supracitadas.

Ao desenvolver o conceito de classes sociais, a abordagem utilizada segue a seguinte formulação conceitual: “[...] conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção” (POULANTZAS, 1975, p. 14).

Poulantzas vê a ideologia não como um sistema de ideias abstratas, mas como um “conjunto de práticas materiais” (POULANTZAS, 1975, p. 17). Para que a compreensão do fenômeno capitalista seja realizada com a maior possibilidade de correspondência com a materialidade, o autor diferencia modo de produção da formação social. O primeiro seria um objeto “[...] abstrato formal que abrange as relações de produção, políticas e ideológicas [...] e se reproduzem em formações sociais historicamente determinadas (POULANTZAS, 1975, p.13).

Já as formações sociais seriam os lugares espaço-temporais onde os modos de produção se desenvolvem e reproduzem. Dito isto, a análise proposta nos capítulos subsequentes, que abarcará a dinâmica do petróleo no âmbito geopolítico, assim como a história do desenvolvimento venezuelano, passará necessariamente pelo escopo analítico dos conceitos em questão.

O Estado, como abordado pelo autor (que corresponde à visão presente no texto), deve ser visto como uma relação que representa a “[...] condensação de uma relação de classes” (POULANTZAS, 1975, p. 28). Nesse quesito se insere a análise histórica do desenvolvimento socioeconômico da Venezuela, assim como o papel desempenhado pelo Estado na aplicação das rendas provenientes do petróleo.

A abordagem de Poulantzas acerca do imperialismo não pode ser desvinculada da análise que o autor faz MPC. O estágio (ou fase) imperialista seria marcado pela tendência da queda da taxa de lucro, no qual a exportação de capitais teria primazia sobre a simples exportação de mercadorias, não diferindo, assim, das abordagens realizadas por Lênin (2011) e Bukharin (1984).

Ainda em consonância com o pensamento do autor, percebe-se que o imperialismo é indissociável do MPC, não sendo uma prática desvinculada do processo de acumulação em escala global. Para Poulantzas, “o processo de dominação e de dependência imperialista aparece, de agora em diante, como a reprodução, no próprio seio das formações sociais dominadas e sob formas específicas para cada uma delas, na relação de dominação que a liga a metrópoles imperialistas.” (POULTANTZAS, 1975, p. 46).

Levando em consideração esta citação, a análise da formação social venezuelana, principalmente dos seus traços econômicos, deve ser vista a partir da sua conexão com os centros de acumulação imperialistas, principalmente os EUA, como é perceptível na obra de Salas (2015); aspectos que vão desde a “cultura popular”, passando pelos esportes e pelas formas de organização laboral, estão vinculados ao país supracitado.

Seguindo no sentido de que as abordagens formuladas pelo autor convergem com as especificidades do desenvolvimento venezuelano que, assim como a maior parte dos países periféricos, começa a desenvolver as bases de acumulação própria tardiamente – em comparação com os países centrais da economia mundial -, Poulantzas afirma que

uma formação social é dominada e dependente quando a articulação de sua própria estrutura econômica, política e ideológica exprime as relações constitutivas e assimétricas, com uma ou várias formações sociais que ocupam, em relação à primeira, uma situação de poder. A organização das relações de classe e dos aparelhos de estado na formação dominada e dependente reproduz, em seu seio, a estrutura das relações de dominação e, assim, exprime de maneira específica as formas de dominação que caracterizam a classe no poder na formação social dominante. (POULTANTZAS, 1975, p. 47)

O objetivo proposto nesta pesquisa tem relação com a observação das relações entre o imperialismo e a formação da economia nacional venezuelana, não por meio da análise do imperialismo como categoria separada, mas verificando que o “[...] desenvolvimento desigual não constitui um ‘resíduo’ ou uma ‘impureza’ devidos à combinação concreta de modos de produção reproduzidos no abstrato, ele é a forma constitutiva de reprodução do MPC no estágio imperialista nas suas relações com os outros modos de produção em formações sociais.” (POULTANTZAS, 1975, p. 57)

O autor segue:

Esta dominação corresponde a formas de exploração ao mesmo tempo indiretas e diretas das massas populares nas formações dominadas pelas classes no poder das formações dominantes [...] a nova divisão social imperialista do trabalho refere-se, de fato, igualmente às relações metrópoles-formações dominadas. Ela corresponde ao ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ e produz deslocamentos e deformações de novo tipo nas formações dependentes: acantonamento geral dessas formações em investimentos de capital, em formas de indústria leve e de tecnologia inferior,

manutenção da fraca qualificação da força de trabalho, isto é, exploração do trabalho através, principalmente da utilização indireta de baixos salários, mas também existência de setores isolados em altas concentrações de capital e produtividade do trabalho. (POULANTZAS, 1975, p. 61)

Essas duas passagens de Poulantzas (que não se propõe, em momento algum, a realizar uma análise específica de qualquer país periférico, mas somente das por ele denominadas formações sociais dependentes-dominadas no geral, ou seja, em alto grau de abstração) são correspondentes às análises realizadas por Furtado (2008) e Salas (2015) acerca do desenvolvimento venezuelano, com destaque para a complexidade dos conceitos do sociólogo, que auxiliam na compreensão não só da história recente da Venezuela, mas das relações que se desenvolvem dialeticamente na contemporaneidade na economia mundial.

A aplicação da análise do geógrafo britânico David Harvey nesta pesquisa possui conexão com o desenvolvimento do conceito de acumulação via espoliação. Harvey (2005) sustenta que a falta de articulação entre os Estados e as corporações transnacionais para acumular por meio da reprodução ampliada levam a um processo de acumulação primitiva – conceito desenvolvido por Marx – de forma permanente. Os processos de violência, usurpação e destruição impetrados pelos capitalistas no processo de acumulação primitiva abordados por Marx no final do primeiro tomo de “O Capital” são reproduzidos a todo momento em países fora dos centros de acumulação em escala global.

A partir do conceito de ajuste espaço-temporal, o autor afirmar que as contra tendências para a queda da taxa de lucro devem ser buscadas (usualmente, em situações de superacumulação) e geralmente são materializadas na história via espoliação dos Estados pelas potências imperialistas. Harvey ressalta o papel do aparelho militar (aparelho repressivo de Estado) na conquista e destruição de outros espaços, principalmente aqueles de maior produção de petróleo, como o Iraque e a Venezuela.

É neste ponto que a abordagem do autor se faz pertinente para os argumentos apresentados nos capítulos a seguir, pois a superexploração da força de trabalho, o extermínio populacional e a destruição da natureza fazem parte do *modus operandi* da acumulação via espoliação.

As diversas intervenções internacionais na Venezuela, desde a britânica no início do século XX, passando pelas diversas vezes que os EUA se mobilizaram para interferir nos processos políticos do país em questão no começo do século XXI, culminando na aplicação de embargos econômicos e restrições financeiras, vem causando em processo contínuo diversos problemas de ordens econômica e social, como será apresentado no capítulo derradeiro.

2.5 TEORIAS DA CEPAL

Em 1948, um órgão vinculado às Nações Unidas foi criado pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU). O nome dado a este órgão foi o de Comissão Econômica para a América Latina, posteriormente sendo denominado de Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Essa comissão tinha como objetivo primordial a análise do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, além da proposição de políticas socioeconômicas voltadas para a superação do subdesenvolvimento dos países da região em questão. Com uma abordagem teórico-metodológica que se distanciava das premissas do liberalismo ortodoxo, a CEPAL identificava a economia mundial como composta por países centrais (industrializados) e países periféricos (primário-exportadores ou semi-industrializados). Nas palavras do economista Ricardo Bielschowsky,

a riqueza do método cepalino reside, pois, numa fértil interação entre o método indutivo e a abstração teórica formulada originalmente por Prebisch. A oposição entre “periferia” e “centro”, que desempenhou um duplo papel analítico, ilustra esse ponto. Primeiro, serviu para o argumento de que a referida estrutura determinava um padrão específico de inserção na economia mundial, como “periferia” da mesma, produtora de bens e serviços com demanda internacional pouco dinâmica, importadora de bens e serviços com demanda doméstica em rápida expansão, e absorvedora de padrões de consumo e tecnologias adequadas ao centro, mas frequentemente inadequadas à disponibilidade de recursos e ao nível de renda da periferia. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 21-22)

Em consonância com a abordagem teórica dominante na presente dissertação (as teorias do imperialismo), os teóricos da CEPAL preconizavam uma análise que tinha como base a compreensão de que os países periféricos, assim como as suas condições de países subdesenvolvidos - levando em conta as especificidades históricas de cada um desses países -, não compunham uma etapa de um processo teleológico que culminaria no desenvolvimento econômico pleno.

As características presentes nesses países, vinculadas ao processo de subdesenvolvimento, estariam relacionadas a processos históricos bastante específicos (colonialismo, neocolonialismo, inserção tardia dessas economias no modo de produção capitalista “moderno”, etc.) e deveriam ser superadas a partir da intervenção do Estado na economia, objetivando a criação de políticas de fomento industrial voltadas para a consolidação do setor supracitado nos países periféricos, levando em consideração diversas variáveis, tais como: capacitação da força de trabalho, integração entre os setores primário e industrial, ruptura

com a dependência tecnológica exógena, consolidação de um mercado interno, etc. A base da teoria cepalina estaria atrelada à ideia “da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 16).

As teses elaboradas pela CEPAL buscavam romper com alguns dos dogmas do liberalismo, sobretudo com as proposições de auto regulação do mercado (*laissez-faire*) e com a teoria das vantagens comparativas elaborada pelo economista David Ricardo. Por questões de aproximação teórico-conceitual, assim como pela efervescência em torno das teorias a nível internacional (a CEPAL foi concebida no pós-2ª Guerra Mundial, período vinculado ao processo de crescimento das economias centrais do capitalismo), a relação entre a teoria cepalina e a keynesiana foi realizada com certa frequência nos meios acadêmicos, sobretudo pela rejeição aos conceitos e imposições (leis gerais) da teoria do *laissez-faire*.

Apesar disso, como aponta Fonseca (2000), diversas foram as fontes de inspiração teórica para a CEPAL. A teoria elaborada pelo economista alemão Friedrich List foi uma dessas inspirações, inclusive com conceituações posteriormente adotadas pelo teórico argentino Raúl Prebisch. Nas palavras de Fonseca,

encontra-se, finalmente, em List, uma precursora bastante próxima da mais famosa das teses de Prebisch: a deterioração dos termos de intercâmbio resultante da especialização agrícola da nação. Esta precisamente atribui ao sistema de preços a desvantagem das nações periféricas no comércio internacional, e não necessariamente a outros fatores já mencionados, como guerras e poder [...] (FONSECA, 2000, p. 354)

Além disso, alguns políticos e figuras importantes no Brasil antes mesmo da década de 1930 já apontavam para a necessidade de industrialização do país, assim como para a ruptura com a condição de país primário-exportador (talvez um dos primeiros expoentes no âmbito do executivo na industrialização encontrem-se nos anos do governo Vargas, ainda na década de 1930). Seguindo os argumentos apresentados por Fonseca,

É com Vargas que o discurso presidencial assume posições mais próximas às da CEPAL. Ao contrário dos presidentes anteriores, tais posições não se encontram de forma esparsa, e sim reiterada em seus pronunciamentos. Mas é instigante verificar que, mesmo antes de 1930, encontram-se em seu discurso afirmações neste sentido. (FONSECA, 2000, p. 343)

As contribuições teórico-conceituais aportadas pelos autores vinculados à CEPAL são de fundamental importância para compreensão da análise histórica aqui proposta. Antes de

entrar na delimitação dos conceitos que serão oportunamente abordados na próxima sessão, *mister* aqui é a delimitação metodológica utilizada por parte considerável das teorias cepalinas.

O ferramental histórico-estrutural leva em conta os processos históricos que culminaram no desenvolvimento social e econômico dos países da América Latina, assim como as estruturas que compõem e moldam esses países, haja vista as suas condições vinculadas ao subdesenvolvimento. Para Bielchowsky,

O ponto de partida para o entendimento da contribuição da Cepal à história das ideias econômicas deve ser o reconhecimento de que trata-se de um corpo analítico específico, aplicável a condições históricas próprias da periferia latino-americana. Talvez por essa razão, quando se busca nos principais compêndios de história da teoria econômica a presença do pensamento cepalino as referências são escassas e limitadas, quando muito, à tese da deterioração dos termos de troca e à tese estruturalista da inflação. Essa ausência por vezes leva a que se desconheça a força explicativa desse corpo analítico, que deriva de uma fértil interação entre, por um lado, um método essencialmente histórico e indutivo e, por outro, uma referência abstrato-teórica própria, a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 16)

A tentativa bem sucedida de contraposição à teoria das vantagens comparativas (tanto em termos da forma do conteúdo) a partir do conceito de deterioração dos termos de troca, possibilita a análise das discrepâncias que ocorrem no processo de troca internacional entre os países especializados na exportação de produtos agrícolas (periféricos) e aqueles exportadores de produtos manufaturados (centrais).

A rejeição de leis econômicas gerais atreladas aos cânones do liberalismo ortodoxo faz das teorias cepalinas um importante instrumento de análise para a ruptura com o subdesenvolvimento latino-americano. Como supramencionado, o enfoque no transcórre da história (novamente, sem que houvesse o apego às proposições teleológicas) e nas características estruturantes dos países e do sistema internacional, distanciam o órgão e seus autores de abordagens puramente idealistas e a-históricas.

Os conceitos de centro e periferia para designar a posição dos países na economia mundial já haviam sido utilizados por outros autores prévios à teoria da Cepal (BIELSCHOWSKY, 2000). Raúl Prebisch e Celso Furtado aprofundaram o desenvolvimento desses conceitos no sentido de relacionar a dinâmica interna de tais países com a relações econômicas exógenas.

Alguns são os autores que difundiram de forma mais ampla as teses cepalinas, como Raúl Prebisch, Aníbal Pinto, Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado (este último, utilizado ao longo da dissertação como referência histórica e perspectiva teórica para a análise do objeto da presente dissertação). As contribuições de Raúl Prebisch no âmbito da CEPAL

talvez tenham sido as mais difundidas internacionalmente, tanto por sua robustez teórica, quanto pela sua atuação política (nacional e internacionalmente).

A partir da concepção das trocas internacionais desiguais, Prebisch concebeu que a exportação de produtos primários a partir do aumento de produtividade no setor em questão faria com que os benefícios dessa ocorrência fossem transferidos para os países centrais do capitalismo (os preços dos produtos primários não conseguem acompanhar os preços dos produtos manufaturados). No caso da Venezuela, esta foi uma condição constante, apesar do fato de que, em momentos históricos específicos, os preços internacionais do petróleo terem aumentado de forma abrupta, como durante a década de 1970.

Outra autora de relevância ímpar para a análise aqui proposta é a matemática, economista e política luso-brasileira Maria da Conceição Tavares, sobretudo as suas conceituações a partir da necessidade do estabelecimento de um modelo de substituição de importações. Ao verificar com rigor a situação dos países latino-americanos, Tavares sustenta que não somente tem que se estabelecer um processo de industrialização nos países periféricos, como ele deve ser realizado de forma simultânea (possivelmente um dos maiores entraves do desenvolvimento industrial venezuelano). Nas palavras da autora,

[...] nas condições do modelo de substituição de importações, é praticamente impossível que o processo de industrialização se dê da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo dos bens de consumo menos elaborados e progredindo lentamente até atingir os bens de capital. É necessário (para usar uma linguagem figurada) que o “edifício” seja construído em vários andares simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um deles de período para período. (TAVARES, 2000. p. 235)

Apesar de algumas divergências teórico-metodológicas com as teorias marxistas do imperialismo¹⁵, as teorias da CEPAL fornecem alguns conceitos que estão na base para a averiguação das relações entre o desenvolvimento venezuelano e a economia mundial, sendo utilizados com rigor e análise crítica ao longo da documentação da pesquisa aqui proposta. Isso não significa que adotar-se-á, a partir da mobilização conceitual cepalina, uma perspectiva de superação do desenvolvimento tendo como base uma visão puramente “industrializante”. Como

¹⁵ As relações desenvolvidas na análise das teorias cepalinas objetivam uma espécie de “regulação” do MPC, enquanto as proposições marxistas buscam a ruptura com o modo de produção vigente, no sentido da superação das relações de produção estabelecidas no âmbito do capitalismo, rumo ao estabelecimento do socialismo. Na América Latina, teóricos vinculados à teoria da dependência realizaram o esforço de analisar as teorias cepalinas, demonstrando os possíveis avanços e entraves, buscando superar os últimos no intuito da construção da práxis revolucionária.

apontado na discussão sobre o MPC, as suas contradições acontecem de forma muito característica em países cujos graus de industrialização sejam elevados.

3. A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO NO SÉCULO XX E A VENEZUELA

3.1 ABORDAGENS PRELIMINARES

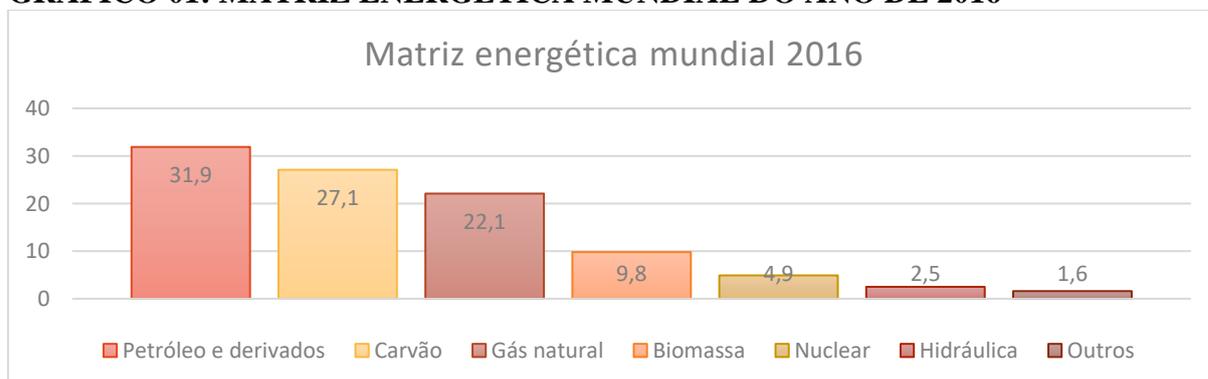
O funcionamento de boa parte das diversas civilizações ao redor do planeta esteve, pelo menos até onde os registros históricos demonstram, e continua a manter a condição subsequente: a necessidade de reprodução da vida através da produção energética.

A combustão da lenha para a geração de energia com o objetivo de se proteger do frio já é uma prática antecedente ao surgimento da escrita; a força das águas (energia hidráulica), que quando transformada em energia mecânica dá funcionamento aos moinhos; a queima do carvão, capaz de proporcionar a utilização de máquinas industriais e inclusive ampliar as possibilidades de mobilidade, tendo em vista os motores à combustão, este último recurso energético sendo fonte de substancial importância durante a segunda revolução industrial, dentre outras fontes utilizadas no decorrer do desenvolvimento dos seres humanos.

Todas as fontes energéticas acima citadas foram mais ou menos importantes em determinadas conjunturas históricas (algumas delas, inclusive, permanecem em plena utilização), levando em consideração os limites e potencialidades estabelecidos nos seios das diversas formações sociais em confluência com os momentos políticos, econômicos e culturais específicos.

Apesar da importância dessas fontes, o petróleo é o recurso natural que alcançou maior escala, e que na contemporaneidade demonstra-se imprescindivelmente relevante para matriz energética global, como pode-se verificar através do gráfico 01.

GRÁFICO 01: MATRIZ ENERGÉTICA MUNDIAL DO ANO DE 2016



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados coletados em <https://www.iea.org/data-and-statistics?country=WORLD&fuel=Energy%20supply&indicator=Coal%20production%20by%20type> (Acesso em 11/02/2020)

Sendo um recurso natural não-renovável devido à baixa potencialidade em relação à sua regeneração, classificado como um combustível fóssil, o petróleo tem a sua utilização referenciada na história desde a antiguidade, como explanado na introdução da presente dissertação, embora a consolidação da indústria petrolífera só tenha ocorrido no século XIX.

O argumento aqui sustentado vai no sentido de afirmar que a ascensão dessa indústria possui um nexos indissociável com o desenvolvimento do capitalismo no século em questão, e ajuda a entender as peculiaridades do fenômeno denominado imperialismo.

Para a compreensão das relações entre o imperialismo e o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos (via de regra, antigas colônias ou neocolônias dos países imperialistas), faz-se pertinente a análise de Lênin, pelo fato dessa “nova fase capitalista” (LÊNIN, 2011), supramencionada coincidir com a intensificação da exploração petrolífera em escala global.

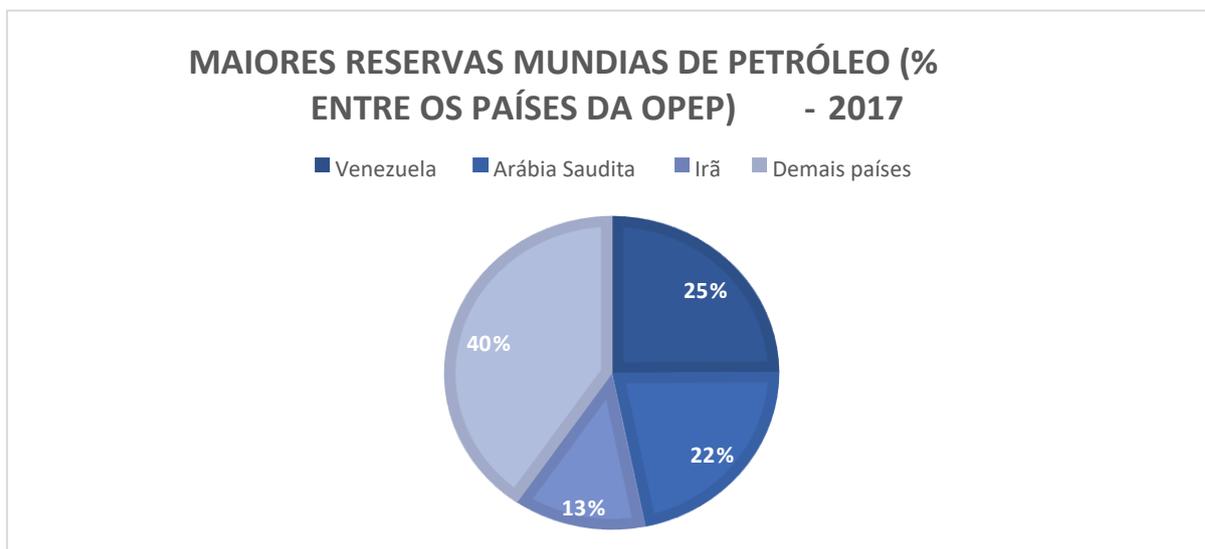
Na literatura acerca do processo de formação da indústria petrolífera mundial, foi exaustivamente explorada a situação de oligopólio sob a qual o setor subsistia. Como é apontado no artigo “A evolução da indústria petrolífera: uma caracterização geral”, no final de 1940, as empresas petrolíferas *Exxon*, *Shell*, *British Petroleum*, *Chevron*, *Texaco* e a *Compagnie Française des Pétroles* controlavam, em conjunto, 82% de todas as reservas até então conhecidas de petróleo (COSTA, 2012, p. 71) fora dos dois grandes polos político-econômicos que compuseram, majoritariamente, a disputa internacional durante o século XX: os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O fato de produtos derivados do petróleo figurarem recorrentemente no cotidiano da maioria dos sujeitos na esfera do consumo, diretamente ou indiretamente interligados desde a utilização de souvenirs de plástico, passando por livros, mochilas, móveis, eletrodomésticos, pneus, pavimentação das estradas, além da constituição material e combustível para veículos automotores, fez com que a obtenção do recurso fosse de caráter imprescindível para a manutenção do processo de acumulação (HARVEY, 2018) e, para além disso, questões de política externa em geral, como a soberania nacional, segurança territorial e subsistência energética.

As dez maiores reservas do provados do mineral, com exceção do Canadá, da Rússia e dos EUA, estão presentes em países subdesenvolvidos, a exemplo da Venezuela, da Arábia Saudita e do Irã, respectivamente o primeiro, segundo e terceiro países que possuem as maiores

reservas petrolíferas, de acordo com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), como demonstra o gráfico 02.

GRÁFICO 02: RESERVAS MUNDIAIS DE PETRÓLEO EM PAÍSES DA OPEP NO ANO DE 2017



Fonte: Elaboração própria. Dados coletados no site eletrônico de autoria da Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Disponível em https://www.opec.org/opec_web/.

Para além das disputas geopolíticas, característica que envolve fortemente o setor, o petróleo é uma fonte de energia que foi e continua sendo utilizada para o desenvolvimento de diversas nações. Os EUA são um exemplo de país que pode ilustrar este fato, haja vista que a integração industrial colocada em prática pela *Standard Oil* foi alavancadora do crescimento econômico estadunidense no Século XIX e início do Século XX; no antigo império Russo, o petróleo também foi símbolo de mudança nas relações de produção, sobretudo na transição entre modos de produção.

Conseqüentemente, a presença de empresas de caráter transnacional provenientes dos maiores centros de acumulação capitalista nesses países se deu de forma intensa durante a fase imperialista. A exploração do produto, em um primeiro momento, parecia poder se estender *ad infinitum*, sem que fossem levados em consideração os impactos sociais e ambientais, como é próprio do sistema socio-metabólico do capital (MÉSZAROS, 2011, p. 96), que tem como objetivo a sua reprodução e expansão e, por isso, caminha para a sua autodestruição.

O processo de acumulação teve como obstáculo não só a finitude do próprio recurso não renovável, que gerou discussões no âmbito internacional sobre o impacto da utilização de combustíveis fósseis (por exemplo, a Conferência de Estocolmo em 1972), como também a

percepção por parte dos países exportadores do produto de que o bem era necessário para proporcionar os seus próprios desenvolvimentos econômico-sociais (a nacionalização das empresas exploradoras de petróleo no Irã, Iraque, Venezuela, dentre outros países).

A Venezuela talvez tenha sido o exemplo de país subdesenvolvido com a maior potencialidade em relação à exploração, produção e comercialização do produto. Este fato pode ser constatado não apenas por conta das reservas petrolíferas disponíveis (hoje, a Venezuela possui o maior número de jazidas petrolíferas descobertas, como arguido na introdução da presente dissertação)¹⁶, mas também devido ao investimento realizado no setor, tanto a nível internacional, quanto pela gestão da indústria administrada, ao longo da história do país, por alguns governantes venezuelanos, que possuíam o objetivo de fazer da Venezuela um *petro-state*¹⁷, ou seja, uma nação cujo desenvolvimento estivesse vinculado ao recurso natural, sendo representado pelo conceito de nacionalismo petrolero.

Sobre a formação do Estado venezuelano moderno e a sua relação com o petróleo, são pertinentes aqui as considerações do historiador Vicente Neves da Silva Ribeiro, ao sustentar que

o nacionalismo petrolero pode, portanto, ser compreendido como a articulação entre um regime político e um regime petrolero centrado na expansão da renda petrolera do país e na sua distribuição pelo Estado. A renda petrolera permitia a consolidação do regime político e esta última permitia um fortalecimento da posição do Estado venezuelano para maximizar a captação enquanto renda do excedente petrolero. (RIBEIRO, 2015, p. 260)

Apesar disso, alguns entraves estruturais impossibilitaram a materialização completa do desenvolvimento venezuelano, que envolvem fatores endógenos e exógenos. No que se refere aos problemas internos, diversos governos, com matrizes ideológicas distintas, não utilizaram as rendas provenientes da atividade petrolífera tendo como objetivo a promoção da diversificação industrial.

Neste quesito, algumas relações produzidas no seio do sistema capitalista, como a luta de classes, que envolve o papel das burguesias internas, também estão no rol dos fatores que constituíram obstáculos para o desenvolvimento do país latino-americano. Outro fator interno tem relação com a chamada doença holandesa, ou a doença neocolonial, como conceitua o antropólogo venezuelano Fernando Coronil.

¹⁶ De acordo com artigo publicado na BBC, sob o título “Quais são os países com as maiores reservas de petróleo e porque isso não é sempre um sinal de riqueza”, a Venezuela possuía, em 2019, uma reserva de aproximadamente 300,9 bilhões de barris de petróleo. Presente no seguinte sítio eletrônico: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47795371>. Acesso em 12/01/2020, às 00:25.

¹⁷ Termo utilizado pelo historiador Miguel Tinker Salas (2015).

Aqui, faz-se necessária uma concisa explicação acerca dos conceitos supracitados. Quando um país possui reservas consideráveis de recursos naturais, e há a possibilidade de produção em larga escala desses recursos (contanto que sejam produtos primários), é provável que esse país se torne competitivo internacionalmente, desde que haja, dentre outros quesitos elementares (como uma política econômica que seja favorável à dinâmica), investimento no setor.

Com a exportação do recurso (no caso presente, o petróleo venezuelano), ocorre um acréscimo na obtenção de divisas com frequência cada vez maior. Levando isto em consideração, o número de reservas em moeda estrangeira tende a aumentar, fazendo com que a moeda local seja valorizada em relação à moeda de troca estrangeira (no caso da economia mundial, até os dias atuais, o dólar é predominante nas negociações internacionais, mesmo entre países com moedas próprias e economia não dolarizada¹⁸).

De acordo com o economista Carlos Medeiros (2008, p. 139), “[...] a síndrome da ‘doença holandesa’ decorre do fato de que a descoberta de uma fonte extraordinária e súbita de recurso natural leva a um excedente em transações correntes e a uma taxa de câmbio real incompatível com a preservação da estrutura produtiva preexistente”.

Portanto, a princípio, esta condição pode auxiliar o país no processo de importação de mercadorias, sobretudo nos casos em que a compra de bens vinculados ao setor I sejam fundamentais para a dinamização do setor industrial nacional, já que para a ruptura com a dependência dos recursos naturais a construção da diversificação produtiva é necessária.

Ainda assim, por conta da persistência dessa situação, quando associada à baixa heterogeneidade da pauta exportadora, o país pode entrar em um colapso econômico, inclusive perdendo a capacidade de se colocar internacionalmente como um país cujos preços do recurso natural são competitivos. Como sustentam Losekann e Periard (2012, p. 127), “diferenciar o grau de dependência dos países em relação ao petróleo é fundamental para verificar a validade da relação empírica inversa entre a abundância de recursos minerais e desempenho econômico”.

Já no caso do conceito sustentado por Fernando Coronil (2013), denominado doença neocolonial, o problema não está exclusivamente vinculado à exportação do petróleo em si, mas às problemáticas envolvendo as formações sociais específicas, variando o grau de dependência de acordo com diversos fatores, como as condições econômicas do país, o modo de produção predominante, assim como o papel do país em questão na ordem internacional,

¹⁸ O conceito de economia dolarizada é utilizado para referenciar países que adotam moedas estrangeiras (não só o dólar), como padrão para a circulação de mercadorias e serviços, formal ou informalmente.

como aponta Vicente Neves da Silva Ribeiro (2015). Nesse sentido, tal situação pôde ser observada na Venezuela ao longo da história do país.

No que tange aos fatores externos, alguns governantes objetivaram colocar em prática projetos de desenvolvimento nacional, frustrados, muitas vezes, pela dinâmica geopolítica do petróleo, que como mencionada anteriormente, está sob o jugo do MPC em sua fase imperialista.

As tentativas e concretizações de golpes de estado, perpetradas, na maior parte delas, com a ajuda dos EUA, foram recorrentes em território venezuelano ao longo do século XX, assim como a imposição de sanções econômicas, políticas, e a ocorrência de acordos internacionais desfavoráveis para o país.

Durante a era Chávez, por exemplo, mais de cinco rupturas institucionais ocorreram no país, usualmente legitimadas pelas maiores potências da economia mundial (note-se, a maioria dessas intervenções ocorreram visivelmente em momentos de mudança, a nível internacional ou nacional, dos rumos da indústria petrolífera, ou em relação à propriedade da terra venezuelana).

O esforço argumentativo realizado neste capítulo vai no sentido da compreensão acerca da dimensão do impacto dos fatores externos sobre os internos, tendo em vista as articulações realizadas tanto pelas empresas petrolíferas transnacionais com interesses nos recursos venezuelanos, quanto pela tomada de frente realizada pelos próprios Estados-Nação na promoção das relações de troca desiguais.

A dinâmica da indústria petrolífera, em associação com a necessidade de reprodução e expansão do capital, faz com que os impactos, sobretudo nos países subdesenvolvidos, possuam caráter muito mais violento e devastador, afetando os países não só em relação ao âmbito econômico, mas também nas questões ambientais, trabalhistas, culturais, ou seja, na reprodução social como um todo.

As circunstâncias introdutórias aqui apresentadas serão analisadas no transcorrer do vigente capítulo para que a dimensão do tema seja observada com o maior escrutínio possível. A descrição histórica e a análise de dados estatísticos utilizados neste capítulo estão disponíveis, como apontado no começo da dissertação, nos sítios eletrônicos do BM, CEPAL e do BCV, além de outras fontes. O arcabouço teórico-conceitual se vincula à teoria marxista do imperialismo, mais especificamente aos conceitos elaborados por Nikolai Bukharin e Nicos Poulantzas.

3.2 IMPERIALISMO E PETRÓLEO: GÊNESE DA INDÚSTRIA

A história da formação dos trustes do petróleo coincide com o próprio início da exploração deste produto nos EUA, que ocorreu na Pensilvânia. O primeiro poço de petróleo descoberto, por acidente, nessa localidade, simbolizou um marco para o país, havendo o deslocamento de diversas pessoas que, atraídos pela ideia de enriquecer através da exploração de petróleo, dirigiram-se para esta região.

Dentre elas, destaca-se o sujeito que fez de tal processo de exploração um império, que viria a ser um dos principais motores da economia estadunidense: John Rockefeller. Em poucos anos, Rockefeller transformou os moldes da indústria petrolífera, sendo responsável pelo maior volume de distribuição petrolífera mundial durante o final do século XIX.

Devido à lei antitruste, a *Standard Oil Co.*, que era responsável por grande parte da exploração, produção e distribuição petrolífera, foi dividida em empresas menores, dentre as quais se destacaram a *Standard Oil of New York*, a *Standard Oil of New Jersey* e a *Standard Oil of California* (YERGIN, 1992; VILARINO, 2011).

Como maior indústria petrolífera do mundo, a *Standard Oil Co.* tinha como principais concorrentes fora dos EUA a *British Petroleum*, controlada pelo governo inglês, e a empresa anglo-holandesa *Royal Dutch Shell* (oriunda da fusão entre a *Royal Dutch* e a *Shell*), que se uniram, com apoio dos banqueiros Rothschild (estes que, por sua vez, tinham interesses contrários à expansão da *Standard Oil Co.* devido à possível concorrência da empresa de Rockefeller com suas próprias empresas petróleo). O referido processo de união de grandes empresas, muitas vezes impulsionadas ou facilitadas pela intervenção de banqueiros, configurando o monopólio, é característico da fase de expansão imperialista, segundo Lênin (2011).

O Estado pode inclusive se aliar a tais monopólios, como abordado no primeiro capítulo do presente texto, facilitando a sua formação e disseminação pelo restante do globo, fazendo com que o processo referenciado esteja imbricado à economia de certos países, imprimindo-lhes uma marca específica de parasitismo.

A íntima relação entre os governos e as grandes companhias petrolíferas é evidenciada pelas influências exercidas a partir das referidas companhias na economia e mesmo na política, havendo, também, a defesa do relaxamento da lei antitrustes por Herbert Brownell Jr, procurador geral dos EUA durante o governo Eisenhower.

O historiador Ramon Casas Vilarino lista tais práticas, que não se exauriram nos EUA, no artigo “Imperialismo e petróleo: a formação dos trustes e do cartel internacionais”:

no governo de Eisenhower, um cunhado de Rockefeller e presidente do Chase National Bank, Winthrop Aldrich, foi nomeado embaixador em Londres em 1952 (Tanzer, 1972: 75), “onde poderia defender os interesses da Standard Oil e assegurar o contato com seus rivais britânicos” (O’Connor 1959: 161); na Marinha, maior consumidor de petróleo dos EUA, a Secretaria ficou também com outro homem da Standard, que conseguiu um abatimento fiscal de 27,5% para que a indústria petrolífera “reconstituísse as reservas”; e no Departamento de Justiça, Herbert Brownell defendeu publicamente o abrandamento da lei antitruste (O’Connor, 1959: 161).¹² Para Tanzer (1972: 74 a 76), há testemunhas que atestam que John Foster Dulles, o secretário de Estado de Eisenhower, foi o membro principal da firma jurídica da Standard Oil of New Jersey (a Sullivan e Cromwell). (VILARINO, 2011, p. 9)

Acrescenta Vilarino, acerca do período no qual os governos do Oriente Médio mobilizaram-se em relação aos trustes petrolíferos:

num momento em que a produção do Oriente Médio ameaçou inundar o mundo com petróleo rebaixando seus preços, os sócios da Iraq Petroleum – Royal Dutch Shell, British Petroleum e Standard Oil of New Jersey (Esso) – reuniram-se no Castelo de Achnacarry, na Escócia, e definiram pontos comuns para segurar a produção e consequentemente os preços e os lucros. Dividiram mercados, fontes de produção, transporte e distribuição em todo o mundo (com exceção da URSS). (VILARINO, 2011, p. 10)

Portanto, além da defesa de interesses dentro da administração dos governos dos países nos quais as companhias petrolíferas detinham interesse, outro processo característico do imperialismo em moldes leninistas se tornava prática destas: o domínio do mercado através da divisão, dentre esses grupos, de fornecedores, mercados, transporte e distribuição

3.3 SÍNTESE SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA OU A EMERGÊNCIA DOS “POLVOS IMPERIALISTAS”¹⁹

A grande demanda mundial pelo petróleo se deve em grande medida ao seu potencial de utilização. Inicialmente tendo seu uso se fundamentado na iluminação, apesar de haver registros históricos que evidenciam o uso de tal combustível fóssil como medicamento milagroso, componente de armamentos dos povos antigos, entre outros, a demanda atual se fundamenta, principalmente, pela versatilidade do referido combustível.

¹⁹ Referência utilizada por Rômulo Betancourt, ex-presidente venezuelano, para designar a ação das empresas petrolíferas no território venezuelano.

Depois de refinado, o petróleo dá origem a vários subprodutos, como o gás liquefeito de petróleo (GLP) - gás utilizado nas cozinhas atualmente –, o gás natural, o betume (utilizado em pavimentações de asfalto), a gasolina, lubrificantes e vários tipos de materiais orgânicos poliméricos, sendo amplamente utilizados na indústria medicamentosa e de cosméticos, por exemplo.

Um dos pioneiros na expansão da indústria do petróleo, no que se refere à consolidação do setor em questão, foi o empresário estadunidense George Bissell (1821-1884). Através do financiamento para a pesquisa acerca das potencialidades do recurso, Bissell visava obter uma maior utilização do “óleo de pedra”, com a finalidade de explorar todas as formas de obter bens de consumo derivados do petróleo, além de obter uma nova fonte de lucro, como aponta o historiador econômico Daniel Yergin. Segundo o autor,

Bissel sabia que o líquido negro e viscoso era inflamável. Ao ver a amostra de óleo de pedra em Dartmouth concebeu, num lampejo, a ideia de que ele poderia ser usado não como remédio, mas como iluminantes – e que isso, com muita probabilidade, iria mitigar os infortúnios de seu porta-notas. Ele poderia deixar para trás o espectro da pobreza e ficar rico lançando essa novidade. Tal intuição iria se tornar seu princípio diretor e sua fé [...]. (YERGIN, 2019, p. 21)

Apesar do financiamento mais baixo que o esperado por Bissell na época, a indústria petrolífera se consolidou rapidamente, terminando com a hegemonia da utilização do carvão. Bissell realizou uma inovação de extrema importância para o setor. Até então, a extração do petróleo era realizada com ferramentas obsoletas mesmo para a época, como a escavação de poços realizada manualmente, resultando na baixa produtividade na exploração do produto.

A utilização da tecnologia de perfuração de poços de sal, transpostas para indústria petrolífera, fez com que Bissell desse um passo importante para a consolidação do ramo, acelerando e ampliando a escala de extração do recurso mineral. A explanação sobre os demais avanços da indústria petrolífera está consolidada na literatura especializada acerca do tema, como por exemplo nos escritos de Yergin (2019) e Binsztok e Monié (2012). Portanto, um salto de temporalidade será realizado a partir daqui.

No final do século XIX, período de consolidação da indústria referenciada, emerge a figura de John Davison Rockefeller, que viria a se tornar um magnata do petróleo, responsável por colocar a extração e comercialização do recurso em parâmetros anteriormente nunca concretizados.

Um dos fatores que possibilitaram a emergência dessa indústria foi a Guerra Civil Americana. Este evento foi marcado pela “abertura do oeste estadunidense” (1861-1865),

proporcionando o avanço geográfico do setor em questão. Rockefeller foi também um dos pioneiros da consolidação do processo industrial chamado de integração, que visava minimizar os efeitos negativos da economia de mercado sobre o setor petrolífero, aprimorando e barateando o processo de produção e distribuição do petróleo.

Após o início da exploração de petróleo nos EUA, em 1859, a Pensilvânia se destacou como localidade de grande interesse para a exploração petrolífera, tendo surgido a *Standard Oil* (1870) que em apenas vinte anos reuniria um grupo de 39 refinarias, representando maioria absoluta da capacidade mundial de exploração e distribuição do ouro negro, tendo o controle de empresas responsáveis pela perfuração, refino e distribuição (YERGIN, 2019).

Como aponta Yergin (2019, p. 40), antes do início da década de 1870, a empresa de Rockefeller possuía recursos suficientes para não depender de banqueiros, financistas e especuladores financeiros. Apesar disso, outros autores como Ramon Casas Vilarino (2011) compreendem a ascensão da *Standard Oil* como própria da fusão entre o capital produtivo e o capital bancário, culminando no fenômeno conceituado como capital financeiro.

A exploração de regiões já anteriormente integradas ao processo contínuo de acumulação do capital baseada na relação metrópole e colônia é substancialmente intensificado, além de agudizar a DIT. É preciso levar em consideração, no entanto, que já havia intensa condição de exploração no que tange ao nexo metrópole e colônia, inobstante a sua nova forma histórica se materializar através de outra roupagem: entre nações formalmente “soberanas” e independentes ou “interdependentes”, como parte da corrente liberal no âmbito das relações internacionais insiste em afirmar²⁰, e que podem buscar o desenvolvimento das suas forças produtivas, interna e externamente.

Aqui, as observações de Marx sobre as necessidades do processo de acumulação possuem relevância fundamental, demonstrando que

seja qual for a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios. Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução. (MARX, 2017a, p. 641)

²⁰ No artigo “A dialética da segurança energética e a interdependência das nações: reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira”, de ROUSSEAU *et al* (2012), a perspectiva liberal é colocada em contraposição ao posicionamento dos teóricos realistas no campo das RI. Como é próprio da corrente em questão, conceitos como “hegemonia”, “imperialismo” e “exploração” são marginalizados com objetivo de legitimar a construção da narrativa da interdependência entre os países (deslocando totalmente os desdobramentos das relações coloniais/neocoloniais bastante latentes na atual fase do capitalismo global).

Como é explicado por Giovanni Arrighi, economista italiano, houve a ascensão de alguns países imperialistas durante a história do desenvolvimento capitalista, tendo início com o período histórico relacionado ao capitalismo mercantil. Primeiramente, a Itália, depois a Holanda, em seguida a Inglaterra e, finalmente, os EUA a partir do século XX, afirmando a sua hegemonia com mais força a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

Nas palavras de Arrighi, acerca da relação entre a hegemonia e as relações no âmbito internacional, “o conceito de ‘hegemonia mundial’ aqui adotado, no entanto, refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (ARRIGHI, 1996, p. 27).,

A construção da hegemonia dos EUA só foi possível por conta de uma série de fatores político-econômicos que vêm sendo criados desde o processo de integração corporativa em território estadunidense no século XIX, passando pela venda de utensílios bélicos durante os dois grandes confrontos mundiais na primeira metade do século passado, culminando no financiamento do desenvolvimento industrial dos países europeus que foram atingidos materialmente pelas consequências dos conflitos, no âmbito do Plano Marshall, que tinha como objetivo a restauração econômica dos países capitalistas europeus no pós-Guerra, assim como a criação de um “cordão sanitário” com o objetivo de isolar e impedir o avanço geográfico da URSS.

As formações das empresas no âmbito do capitalismo têm como objetivo a restrição da concorrência, seja através de mecanismos jurídico-institucionais, seja por meio de práticas ilegais no que se refere à consolidação de conglomerados oligopolistas. A *Standard Oil* não fugiu a essa situação.

Por conta da escala do processo produtivo desenvolvida por Rockefeller, houve o abatimento nos custos do transporte ferroviário, fazendo com que as outras empresas do setor se tornassem menos competitivas, aumentando, assim, a margem de lucro da *Standard Oil*. De acordo com Yergin,

o tamanho, a eficiência e as economias de escala da organização de Rockefeller permitiram-lhe obter abatimentos nos fretes do transporte ferroviário; isso tornou seus custos de transporte inferiores aos dos concorrentes, dando à companhia uma grande vantagem em termos de preço e de lucro. Mais tarde esses abatimentos seriam uma fonte de grande controvérsia. Muitos acusavam a *Standard Oil* de reforçar os abatimentos para deslealmente vender a um preço inferior ao dos competidores. (YERGIN, 2019, p. 41-42)

O autor continua no argumento, agora no que se refere às tarifas comerciais, colocando que

ela [a Standard Oil] usou sua intrepidez para receber também “reembolsos de direitos aduaneiros”. Uma empresa de transporte concorrente podia pagar um dólar por barril para mandar seu petróleo a Nova York por trem. A ferrovia fazia uma jogada para devolver 25 centavos desse dólar não à mesma empresa, e sim a sua rival, a Standard Oil. Esta, que já estava pagando um preço mais baixo por seu próprio petróleo, obviamente ficava, graças a isso, em posição de enorme vantagem financeira perante seus concorrentes. Essa medida significava que os concorrentes estavam, involuntariamente, subsidiando a Standard Oil. Poucas práticas de negócio despertaram tanta antipatia contra a Standard Oil quanto esses reembolsos – quando afinal foram revelados. (YERGIN, 2019, p. 42)

Seguindo nessa característica do capitalismo monopolista, a *Standard Oil* começou a comprar as maiores refinarias da região, objetivando a consolidação monopolista da empresa. Já no final do século XIX, a empresa detinha 90% da capacidade de refino no âmbito interno dos EUA (YERGIN, 2019, p. 46). A consolidação do conceito de truste foi, inclusive, uma manobra judicial para manter a indústria petrolífera restrita a alguns produtores.

Como aponta Yergin (2019, p. 49), nos anos finais do século XIX, apenas três refinarias da *Standard Oil* haviam produzido aproximadamente a quarta parte do suprimento total de petróleo na economia mundial. Percebe-se então que desde os momentos primordiais a indústria petrolífera já possuía caráter internacionalizado, visto que sem o mercado exportador a indústria provavelmente não teria alcançado tal dimensão.

Outro fator característico do capitalismo monopolista na sua fase imperialista é existência de sociedades por ações, que se dá pela aquisição, por parte das empresas monopolistas, da participação acionária em outras empresas, com o objetivo de controlá-las, minimizando as possibilidades de concorrência. Em relação à *Standard Oil*, Nikolai Bukharin já observava, no início do século XX, essas características presentes, ao afirmar que

temos assim a Standard Oil of New-Jersey que, em 1910, possuía as ações de 62 companhias (entre as quais a Anglo-American Oil Co., a Deutsch-Amerikanische Petroleumgesellschaft, a Romana Americana) e estava ligada à grande número de empresas e companhias (holandesas, alemãs, francesas, suecas, italianas, russas, suíças, etc.). (BUKHARIN, 1984, p. 51)

Em consonância com o pensamento de Yergin (2019, p. 61), a substância para o meio popular de iluminação em todo mundo não era fornecida apenas por um país, mas de modo geral, por um único estado, a Pensilvânia. No outro lado do globo, mais especificamente entre a Europa e a Ásia, emergia uma nova indústria petrolífera local. Na região de Baku – localizada atualmente no Azerbaijão –, foram descobertos poços de petróleo em quantidade considerável.

Os irmãos Nobel (Robert, Ludvig e Alfred, este último de maior destaque, haja vista o prêmio internacional que leva seu nome) começaram a investir no setor, dando início a história do petróleo no antigo Império Russo. O recurso obtido na região, como aponta Yergin (2019), chegou, por algum tempo, a ultrapassar o petróleo americano em termos de produção.

A produção do petróleo bruto na Rússia, que era menor que 600 mil barris, em 1874 atingiu 10,8 milhões, o equivalente a aproximadamente um terço da produção norte-americana (YERGIN, 2019, p. 65). Em 1911, ocorreu o desmembramento da *Standard Oil* em empresas menores, nas quais três das empresas oriundas deste monopólio viriam a compor o grupo conhecido como “sete irmãs”, composto pelas empresas *Exxon*, *Shell*, *BP*, *Mobil*, *Texaco*, *Gulf* e *Chevron*, que se configuraria como principal tentativa de controlar o mercado mundial de petróleo de forma monopolista.

Mais à frente, o “reinado” dessas empresas sobre o mercado foi absoluto no período de 1950 a 1960. Esta última década, inclusive, é referência quanto à possibilidade de ruptura com essa condição, sendo o momento no qual os representantes de cinco dos países que mais exportavam petróleo no mundo (Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela) se reuniram e, contra as reduções de preços impostas pelas sete irmãs, criaram a OPEP (MARQUES e SALVADOR, 2003). Por ora, é necessário voltar um pouco na história.

Em 1917, no período próximo do fim da Primeira Guerra Mundial, a demanda pelo consumo do petróleo americano começou a atingir os limites da disponibilidade. Com esta situação, começa a surgir a necessidade de expansão territorial da indústria petrolífera por meio, principalmente, de subsídios nacionais. De acordo com Yergin (2019, p. 217) “[...] a resposta [...] era ir para além-mar, sendo que o governo devia “dar apoio” moral a todos os esforços do empresariado americano para expandir o âmbito de suas atividades na produção de petróleo em todo o mundo”.

Tendo em mente as contra tendências à queda da taxa de lucro explanadas por Marx no livro III de “O Capital”, sendo a expansão territorial uma delas, as corporações petrolíferas deslocaram-se espacialmente para a concretização do objetivo último do capitalismo: a obtenção de taxas de lucro cada vez maiores, possibilitando a reprodução sistêmica desse modo de produção.

Não há como desconsiderar as relações desenvolvidas no âmbito da economia mundial entre a ascensão do capitalismo monopolista e a reprodução do subdesenvolvimento no âmbito dos países periféricos. Essa situação demonstra as suas características de forma marcante nos países latino-americanos, visto que, mesmo após a independência frente às antigas metrópoles,

continuaram a ter os seus desenvolvimentos internos dependentes dos processos de acumulação dirigidos pelas maiores potências internacionais.

Ruy Mauro Marini, sociólogo brasileiro e estudioso do fenômeno relacionado ao subdesenvolvimento da América Latina, vinculado à teoria marxista da dependência, ao discorrer sobre este processo, afirma que

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseje compreender a situação que este sistema enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem. Inversamente, apenas a compreensão segura da evolução da economia capitalista mundial e dos mecanismos que a caracterizam proporciona o marco adequado para situar e analisar a problemática da América Latina. (MARINI, 2013, p. 47)

No início do século passado, a expansão territorial experienciada pelas corporações petrolíferas para fins de exploração, principalmente no que se refere ao hemisfério ocidental, ficou restrita, no início, ao México. Do dia para a noite, como aponta Yergin, esse país viu a empresa *Mexican Eagle* se tornar uma das maiores companhias petrolíferas do mundo, fazendo com que o país se tornasse uma das principais forças do setor no mercado mundial. Nas palavras de Yergin, “em 1913, o petróleo mexicano estava sendo usado até nas ferroviárias russas. Durante a Primeira Guerra Mundial, o México se tornou uma fonte fundamental para os EUA e, em 1920, atendia a 20% do consumo interno americano. Em 1921, era o segundo maior produtor de petróleo no mundo.” (YERGIN, 2019, p. 259)

Com a instauração da Revolução Mexicana, começam a surgir conflitos que se prolongaram durante anos entre as corporações petrolíferas e o governo local, principalmente por questões relacionadas à soberania e aos direitos de propriedade sobre a terra. Por conta das mudanças no ambiente político mexicano, houve um deslocamento das companhias para a Venezuela que, à época, oferecia, nas palavras de Yergin, “um clima político amigável” (YERGIN, 2019, p. 261-262). Em 1913, a *Royal Dutch Shell* já exercia atividades em solo venezuelano. Para caracterizar as vicissitudes do imperialismo operante, faz-se necessário aqui o esclarecimento acerca de questões políticas envolvendo o surgimento da indústria petrolífera venezuelana.

O general Juan Vicente Gómez, que exerceu a função de presidente da Venezuela entre os anos de 1908 e 1935 por meio das rédeas de uma ditadura militar, e que é visto como o “modernizador” do estado venezuelano, abrindo o setor petrolífero para a exploração e o investimento externo direto (IED), beneficiava os seus familiares nos negócios petrolíferos, que

obtinham as melhores concessões do governo, vendendo-as para as empresas estrangeiras e repassando a comissão ao general (YERGIN, 2019, p. 264).

De fato, houve um crescimento econômico considerável na Venezuela durante o período comandado por Gómez, sendo que a indústria petrolífera foi alavancadora desta ascensão. De acordo com Yergin (2019, p. 264-265), “em 1921, a Venezuela produzia 1,4 milhões de barris. Em 1929, 137 milhões. Naquele ano, o petróleo gerou 76% das receitas de exportação venezuelanas. O país tinha se tornado a maior região produtora da *Royal Dutch Shell*, e já em 1932, era o maior fornecedor da Grã-Bretanha [...]”. Os EUA, que sempre estiveram envolvidos na indústria petrolífera venezuelana, começaram a se incomodar com as tarifas impostas à importação do petróleo, de aproximadamente dois dólares por barril de gasolina, vinte e um centavos para petróleo bruto ou combustível.

As relações da Venezuela com a indústria petrolífera internacional começaram a se aprofundar após a Segunda Guerra Mundial. Questões como a soberania, o desenvolvimento nacional e a defesa contra as companhias estrangeiras eram recorrentes no âmbito dos países exportadores de petróleo. A construção de um projeto nacional de desenvolvimento sempre foi vista com maus olhos pelas grandes potências capitalistas, sobretudo o fortalecimento do setor petrolífero.

Com a morte de Gómez no ano de 1935, houve a tentativa de criar marcos regulatórios para estabelecer contraposições jurídicas ao processo desenfreado de exploração do ouro negro no país, que tinha como objetivo, inclusive, a realocação dos rendimentos obtidos com a exploração e a exportação do produto para o desenvolvimento venezuelano.

Juan Pablo Pérez Alfonso, figura fundamental da criação da OPEP, auxiliou no processo de elaboração da Lei de Hidrocarbonetos em 1943. Pérez Alfonso, como aponta Yergin (2019, p. 491), tinha o objetivo de que a Venezuela colhesse os lucros de transporte, refino e comercialização do petróleo. Neste sentido,

a Lei de Hidrocarbonetos de 1943 – marco legal e institucional que ordenou o setor até 2001 – entre outras coisas, buscou regular o sistema de concessões até então existentes, assim como as que, eventualmente, fossem concedidas no futuro. Nessa oportunidade, ficou estabelecido um prazo máximo de 40 anos para todas as concessões, que obrigatoriamente tiveram de se adequar, naquele momento, às novas regras impostas pelo Estado Venezuelano. Isso significava que até 1983, no máximo, todas essas primeiras concessões caducariam. (ALONSO, 2015, p. 297)

Durante o período em questão, os Estados do Oriente Médio se beneficiariam duplamente por meio do cumprimento dos objetivos da OPEP, pois uma vez que a economia destes países esteve (e permanece) vinculada às atividades petrolíferas, ocorreu o processo de

desvinculação dos preços do petróleo aos interesses das sete irmãs e a independência relativa em relação aos países que compunham tal conglomerado.

Entretanto, a criação da referida organização não foi bem recebida pelo mercado mundial, tendo ocorrido, em 1973, o que ficou conhecido como Primeiro Choque do Petróleo, que se configurou principalmente devido ao aumento dos preços do barril de petróleo, em apenas três meses, de USD 2,90 para USD 11,65, beneficiando os países do Oriente Médio e a própria Venezuela.

Em 1979, desta vez por razões majoritariamente políticas, instaurou-se o Segundo Choque do Petróleo, devido à queda do Xá da Pérsia, Reza Pahlavi, e ascensão de um governo fundamentalista, que passou a controlar os preços do petróleo (tendo aumentado consideravelmente em 1980) seguindo uma orientação político-religiosa. O preço do barril só voltaria a patamares considerados normais no ano de 1986 com o singelo relaxamento de tensões políticas entre o Irã e os EUA.

O desenvolvimento da dinâmica da geopolítica do petróleo será analisada, objetivamente, no próximo capítulo, haja vista que se relaciona de forma tensionada com o transcorrer histórico venezuelano, permitindo assim a observação mais próxima das relações internas e externas desse processo.

4. O NÓ GÓRDIO DO DESENVOLVIMENTO VENEZUELANO (1976-2013)

A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo, e simetricamente, o bem-estar de nossas classes dominantes– dominantes para dentro, dominadas de fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de bestas de carga.

(Eduardo Galeano)²¹

4.1 ABORDAGENS PRELIMINARES

A independência política venezuelana no início do século XIX fez com que o país se tornasse, pelo menos em tese, livre dos grilhões da violência e desumanidade da colonização (MANTOVANI, 2014). Mesmo depois desse processo, o país continuou exportando bens primários tais como o cacau e o café em troca de bens de consumo que não poderiam ser

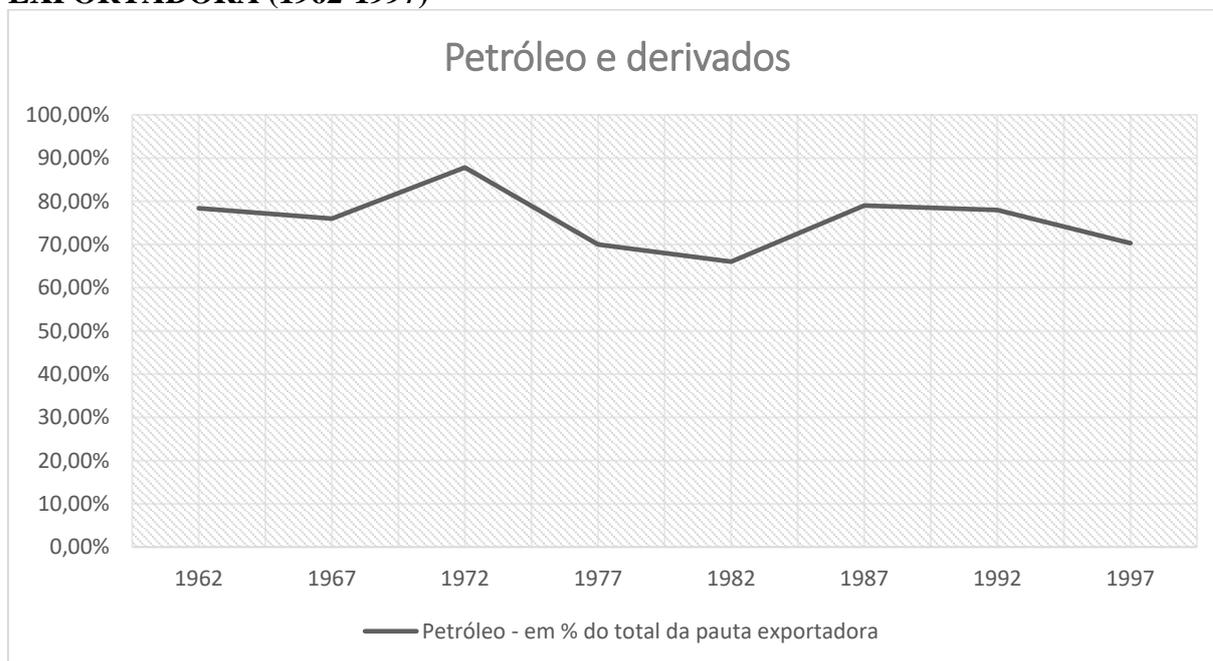
²¹ GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 2012, p.8.

produzidos internamente por conta da baixa diversificação *econômica*, isto é, a parca complexidade no que se refere ao processo de consolidação de um parque industrial voltado para o abastecimento interno.

A ruptura com a dependência do cacau e do café no setor de exportações é datada na década de 1920, quando a intensa exploração das jazidas petrolíferas pelas corporações transnacionais provenientes das potências imperialistas foi materializada no país. A nova dependência se configura, então, por meio das dinâmicas que envolvem a indústria do petróleo. Apesar disso, não houve retorno direto proveniente das rendas petrolíferas durante boa parte do século passado no que concerne ao desenvolvimento social e às forças produtivas do país.

Ao se pensar a Venezuela enquanto nação independente, não se pode deixar de levar em consideração o papel desempenhado pelo petróleo. Desde as primeiras décadas do século XX, o recurso natural demonstra possuir substancial relevância no que tange não somente à pauta exportadora do país (geralmente, compõe mais da metade), mas também ao desenvolvimento do país como um todo, como é perceptível no gráfico 03.

GRÁFICO 03: PORCENTAGEM DE PETRÓLEO E DERIVADOS NA PAUTA EXPORTADORA (1962-1997)



Fonte: Elaboração própria. Observatório da complexidade econômica. Disponível em: <https://oec.world/>.

Foi justamente em momentos históricos nos quais se verificaram a alta do preço do petróleo nos quais houve tentativas de colocar em prática projetos de desenvolvimento para o país por meio da utilização de divisas provenientes da exportação do produto, na tentativa de consolidar o que a literatura acerca da relação da Venezuela com o petróleo denomina de *Gran Venezuela* (SALAS, 2015; FREDERICK e TARVER, 2005). Como afirmam os economistas

Jorge Calazar Carrillo e Carlos Piñerúa acerca da importância do desenvolvimento da indústria petrolífera para a modernização do país, “a nacionalização da indústria da petroleira permitiu uma reversão no fluxo de receita de investimentos, o que foi decisivo no fato de que o lucro líquido cambial cresceu a uma taxa média anual de 2,85% e 3,08% para setor de petróleo e nível global, respectivamente, tomando 1973 como base.”²² (CARRILO e PIÑERÚA, 1987, p. 98)

Assim como o petróleo contribuiu para o crescimento econômico da Venezuela, foi também objeto de disputas internas e externas que afetaram os aspectos políticos, econômicos e sociais do país. No que tange às disputas internas, por exemplo, diversos partidos políticos e outros setores não partidários da Venezuela entravam em conflito alinhando-se, inclusive, às instituições internacionais com interesses na indústria petrolífera local para decidir os rumos da exploração e comercialização do petróleo no que se refere, principalmente, à abertura do setor ao capital internacional.

Apesar das exportações petrolíferas terem desempenhado papel importante no crescimento econômico da Venezuela, principalmente a partir dos anos 1930, o que possibilitou certo grau de desenvolvimento, foram as divisas que ingressaram no país a partir da troca comercial internacional que possuíram papel central. Para Furtado (2008, p. 43), “[...] não são as exportações o verdadeiro fator dinâmico da economia venezuelana. Esse papel cabe à parte do valor das exportações petroleiras que retorna ao país, pois somente essa parte gera um fluxo de renda no território nacional.”.

Divergências no âmbito trabalhista são perceptíveis também, haja vista que o setor petrolífero é o que detém a força de trabalho com maior produtividade, apesar de compor apenas 2% do total da classe trabalhadora venezuelana, como aponta o sociólogo Roberto Briceño-León (2006, p. 1224); outra questão apontada é a diferença nos cargos de supervisão e gerenciamento, estes últimos desempenhados, usualmente, por antigos empregados das corporações estrangeiras, envolvendo, inclusive, questões étnico-raciais, como aponta Miguel Tinker Salas (2015), ao sustentar que havia uma diferença entre a força de trabalho majoritariamente multirracial, e os cargos de gerência ou aristocracia operária (POULANTZAS, 1975), exercidos por homens brancos de origem estrangeira.

²² Do original *La nacionalización de la industria petroleira permitió una reversión en el flujo de ingresos por concepto de inversiones, la cual a su vez fue determinantes en que los ingresos netos de divisas crecieran a una tasa anual promedio del 2,85% y 3,08% para el sector petrolero y a nivel global respectivamente, tomando a 1973 como base.*

Em consonância com o pensamento de Celso Furtado, ao se referir ao crescimento econômico venezuelano experienciado até o início da segunda metade do Século XX e associando-o à questão da força de trabalho,

se se observa o processo de desenvolvimento venezuelano com alguma perspectiva, comprova-se que um grupo relativamente muito pequeno da população ativa vem expandindo sua produtividade continuamente, a tal ponto que em 1956 gerou uma renda média aproximadamente 20 vezes mais alta que a média da força de trabalho ocupada nas demais atividades econômicas do país. (FURTADO, 2008, p. 45)

A história do petróleo na Venezuela é marcada por diversos atores políticos relacionados ao desenvolvimento da indústria. Primordialmente, o ex-presidente Juan Vicente Gómez, que é conceituado como o dinamizador da “Venezuela moderna” (SALAS, 2015; FREDERICK e TARVER, 2005), apesar das diversas críticas referentes ao seu envolvimento, assim como de sua família, com esquemas de corrupção protagonizados em conjunto com as empresas petrolíferas estrangeiras.

Outra personalidade política, talvez a de maior destaque no século XX no que tange ao desenvolvimento da indústria na Venezuela, foi o Ministro do Desenvolvimento (entre 1945 e 1948) e de Minas e Hidrocarbonetos (entre 1959 e 1963) Juan Pablo Pérez Alfonso. Enquanto ministro, engajou-se para alterar a Lei de Hidrocarbonetos de 1943 a favor da Venezuela, além de ser figura central no processo de consolidação da OPEP.

Carlos Andrés Pérez, que foi presidente da Venezuela por duas vezes, em décadas distintas (primeiro, para o mandato durante a década de 1970, e depois entre os anos de 1989 e 1993), é tido como o um dos principais propulsores do projeto da *Gran Venezuela*, haja vista a intenção de desenvolver a indústria petrolífera por meio da utilização de divisas provenientes da atividade petrolífera.

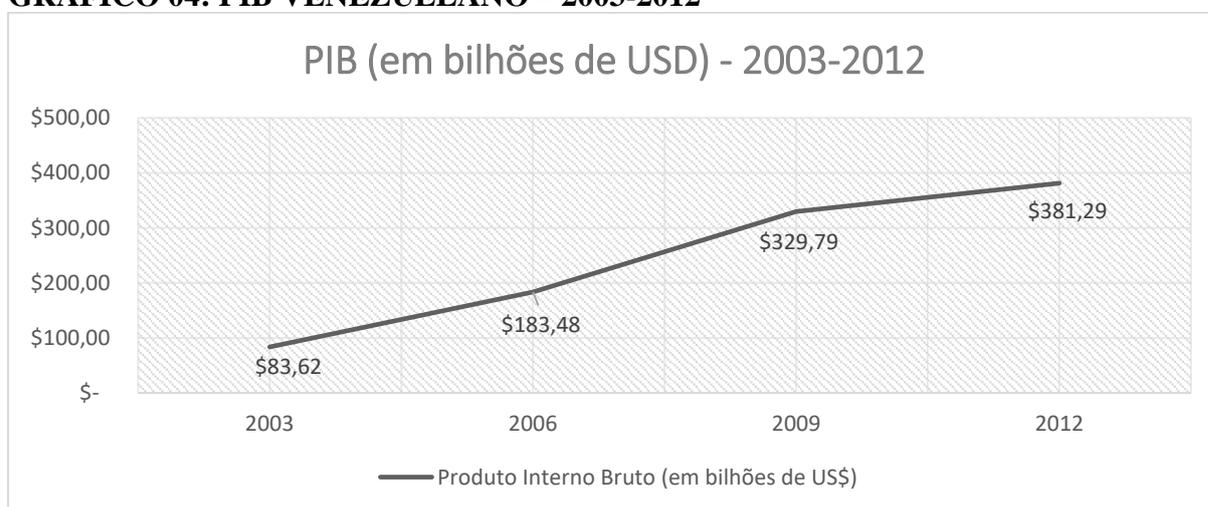
Após um período de relativo crescimento econômico e desenvolvimento industrial entre os anos de 1950 e 1970, como aponta o economista Celso Furtado (2008), a Venezuela experienciou um processo de ajustes econômicos durante a década de 1980, período de ascensão da práxis neoliberal.

Assim como aconteceu com diversos países na América Latina durante a década em questão, a dívida externa foi um dos problemas centrais para o desenvolvimento do país, culminando na aplicação de medidas de austeridade econômica (contenção de gastos, aumento dos preços sobre produtos básicos, elevação de impostos etc.) e no desmonte de alguns programas sociais em conjunto com a privatização das empresas públicas nacionais.

Os anos seguintes foram tangenciados por diversas crises de institucionalidade no país, culminando inclusive na tentativa de um golpe de Estado em 1992, na retirada de um presidente da república em 1993 através do *impeachment*, na suspensão das garantias constitucionais durante o governo Rafael Caldera, dentre outros processos ocorridos.

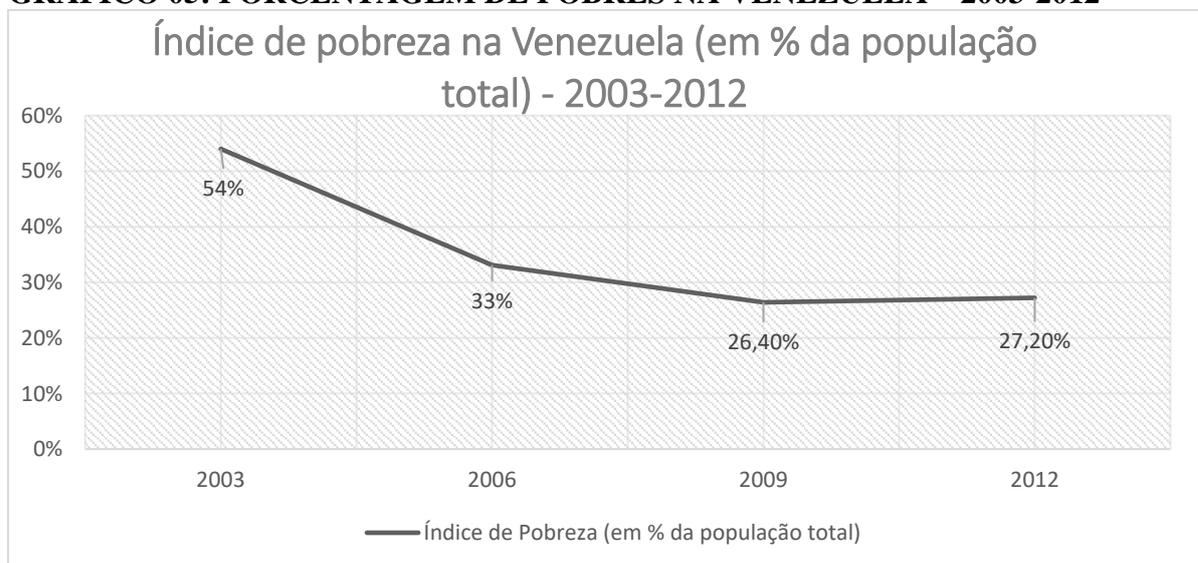
Apesar disso (mesmo que não cessadas as rupturas institucionais), é a partir de 1998, com a eleição de Chávez, que a relação do país com o petróleo começa a se modificar. Nos primeiros anos de governo, Chávez objetivava a repatriação dos lucros obtidos através da participação da PDVSA em outros países, assim como a utilização das rendas do petróleo para a criação de programas sociais, importantes para a modificação de algumas estruturas no país, como pode-se observar nos gráficos 04, 05 e 06.

GRÁFICO 04: PIB VENEZUELANO – 2003-2012



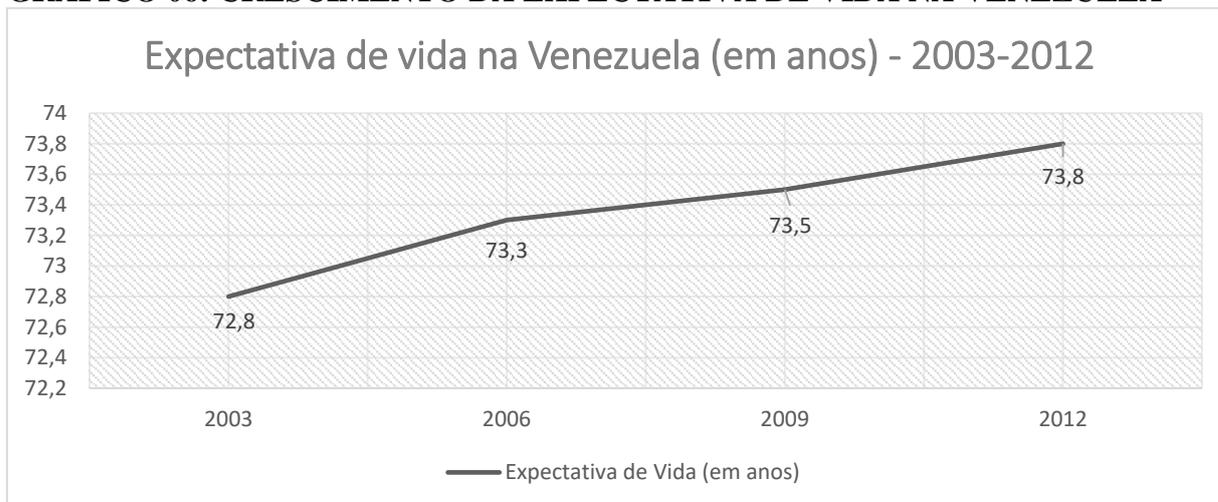
Fonte: Elaboração própria. Dados coletados no site eletrônico de autoria do Grupo Banco Mundial. Disponível em <https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>.

GRÁFICO 05: PORCENTAGEM DE POBRES NA VENEZUELA – 2003-2012



Fonte: Elaboração própria. Dados coletados no site eletrônico de autoria do Grupo Banco Mundial. Disponível em <https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>.

GRÁFICO 06: CRESCIMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA NA VENEZUELA



Fonte: *Elaboração própria. Dados coletados no site eletrônico de autoria do Grupo Banco Mundial. Disponível em <https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>.*

Inobstante o governo Chávez ter realizado alguns avanços em relação a áreas sociais específicas, a dependência em relação ao petróleo aumentou, fazendo com que o país entrasse em uma crise político-econômica que perdura até os dias de hoje. Para além dos quesitos nacionais, a ação de diversas potências econômicas, com estabelecimento de sanções – quando não intervenções diretas – foram fundamentais para o agravamento da condição do país.

4.2 BOOM DO PETRÓLEO, DESENVOLVIMENTISMO E DÍVIDA EXTERNA – 1974 A 1984

Em 1973, com a eleição do advogado e político Carlos Andrés Pérez, a Venezuela pôde experimentar a tentativa de consolidação do projeto de desenvolvimento denominado *Gran Venezuela*. Esse projeto era baseado no crescimento de diversos segmentos da indústria a partir da utilização das receitas provenientes da atividade petrolífera e teve como base, por pelo menos algum tempo, o modelo de substituição por importações (TAVARES, 2000) como diretriz desse programa.

Como afirmam Frederick e Tarver (2005), e já elucidado em outros momentos da presente dissertação, a partir de meados da década de 1970 a Venezuela foi testemunha de uma elevação rápida nos preços do barril do petróleo (ver introdução ao capítulo I). Um dos fatores determinantes para a expansão nos preços foi o conflito Árabe-Israelense ocorrido em 1973, fazendo com que os preços caminhassem numa ascendente não verificada anteriormente na história do produto.

Pérez tinha como objetivo a criação de uma estratégia para diminuir a dependência da Venezuela frente a outros países desenvolvidos, como os EUA, por exemplo, à época, maior destino de exportações e importações venezuelanas, chegando a atingir aproximadamente 50% das transações comerciais²³. Em janeiro de 1976, põe em prática o plano de nacionalização da indústria petrolífera venezuelana. Criada a PDVSA, esse plano foi consolidado.

Ocorreu também no período a nacionalização de 19 companhias petrolíferas na Venezuela, sendo que três dessas companhias eram responsáveis, sozinhas, por 80% da produção local. Essas empresas eram a *Royal Dutch Shell* (com longa história de exploração petrolífera na Venezuela), a *Creole* (subsidiária da *Esso*) e a *Mene Grande* (subsidiária da *Gulf Oil*) (FREDERICK e TARVER, 2005, p. 125).

Durante o processo de nacionalização, as companhias estrangeiras obtiveram algumas vantagens frente ao país em questão, por pressões realizadas tanto pelas empresas (que, por óbvio, perderiam parte considerável dos seus lucros) quanto pelos países de origem, já que as empresas “[...] foram indenizadas com valores que superavam as possibilidades de lucro das mesmas caso as concessões fossem mantidas até o ano de 1983.” (ALONSO, 2015, p. 299)

Receberam ao todo 1,8 bilhão de dólares (FREDERICK e TARVER, 2005, p. 125) em compensação pela nacionalização da indústria, além da possibilidade de contraírem contratos para a continuação da exploração do petróleo no país e a realização de assistência técnica. Para além disso, os cargos de gerência no âmbito da PDVSA continuaram com os antigos administradores das companhias internacionais, sob a justificativa da manutenção das questões logísticas e organizacionais.

Ou seja, apesar do projeto inicial de nacionalização da empresa ter sido concretizado juridicamente, os aspectos organizacionais continuavam sob o comando das antigas companhias estrangeiras, e as influências sobre o processo político nacional continuaram marcando presença até o primeiro governo Chávez, na transição do século XX para o século XXI.

Como afirma o Salas (2015, p. 102), a nível interno, o processo de nacionalização também enfrentou alguns obstáculos. O partido do então presidente, a AD, que apesar de sustentar, pelo menos discursivamente, o desenvolvimento nacional, a ruptura com a dependência e a criação estratégica de empresas nacionais, adotou uma postura

²³ Dados coletados sítio eletrônico https://oec.world/pt/visualize/tree_map/sitc/export/ven/show/. Acesso em 22/01/2020 às 12:29

antinacionalização. Mesmo com divergências partidárias, Carlos Andrés Pérez seguiu com a estatização dos setores vinculados à produção de aço (primordialmente) e petróleo.

Como supramencionado, Pérez conseguiu modernizar alguns setores importantes da Venezuela. A partir da utilização das reservas internacionais, o ex-presidente expandiu a produção petroquímica, deu início à construção do metrô de Caracas, reformou o aeroporto internacional, além de ter expandido a capacidade de produção de energia por meio de hidrelétricas (SALAS, 2015, p. 103).

Na área da educação superior foi estabelecido na Venezuela, no âmbito do governo em questão, o *Programa de Becas de Gran Mariscal de Ayacucho* (SALAS, 2015, p. 103), que concedia bolsas de estudos em universidades estrangeiras (majoritariamente nos EUA e em países da Europa) com o objetivo de capacitar a força de trabalho local para ocupar postos nas indústrias nacionalizadas em ascensão; o foco do programa era destinar jovens para cursos vinculados as áreas petroquímica e de mineração.

O investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e em educação qualificada, associado ao desenvolvimento industrial, poderia, para Pérez, culminar na ruptura com o subdesenvolvimento observado nos países da América Latina. Em relação à Venezuela, país que pôde, experimentar, ainda que de forma breve, um breve lapso de desenvolvimento nacional, Celso Furtado afirma que

para que o desenvolvimento continue com o ritmo intenso do passado recente, a economia venezuelana terá que elevar substancialmente a eficiência de sua produção agropecuária e se industrializar num sentido muito mais amplo e complexo. Para que esses dois objetivos possam ser atingidos, será necessário orientar uma parte substancial dos investimentos para a pesquisa e a elevação do nível educacional e técnico da população. (FURTADO, 2008, p. 61)

Com o objetivo de evitar a inflação por meio da desvalorização da moeda em decorrência das receitas obtidas através da exportação de petróleo, Pérez estabeleceu o Fundo de Investimentos da Venezuela, buscando exportar entre 35% e 50% dessa receita na forma de empréstimos para outros países americanos (FREDERICK e TARVER, 2005, p. 126).

Dizem Frederick e Tarver (2005, p. 126) que esse fundo chegou a emprestar na soma total 850 milhões de dólares para o FMI, para o BM e para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Durante a sua administração, Pérez também tomou medidas para o desenvolvimento agrícola, contando com incentivos fiscais para a produção no setor, além do congelamento dos preços de produtos industriais necessários à produção agrícola.

Em maio de 1974, um ano após a eleição de Pérez para o maior cargo executivo do país, foi concedida a ele, pelo Congresso Nacional, a autorização para o governo por meio de decreto (facilitando, assim, a concretização dos planos para a construção do desenvolvimento nacional). Levando em consideração que o seu partido, a AD, possuía maioria nas casas legislativas, Pérez conseguiu também apoio dos sindicatos para que pudesse consolidar o projeto de *Gran Venezuela*.

Mister aqui é o conceito de bloco no poder, elaborado por Poulantzas. Para a compreensão deste conceito, faz-se necessária a explanação acerca de outros conceitos basilares. Para o sociólogo, uma sociedade é caracterizada por uma formação social, com um modo de produção predominante, e é composta, majoritariamente, por duas classes antagônicas (no caso do MPC, a burguesia e o proletariado).

Neste quesito, a determinação estrutural de classe irá demonstrar quais as relações estruturais que exercem influência sobre a materialidade das práticas de classe – a nível econômico, político e ideológico -, levando em consideração que os efeitos dessa influência podem ser diversos em momentos históricos diferentes.

Já a posição de classe na conjuntura se refere ao comportamento conjuntural das classes numa determinada situação espaço-temporal que pode se dar, inclusive, no sentido contrário aos interesses das próprias classes (majoritariamente, a burguesia e o proletariado).

Dentro da análise dessas duas classes, é possível conceber a ideia de frações de classe, ou seja, segmentos das classes que podem não ter uma posição correspondente aos seus interesses (como exemplo, a aristocracia operária, atrelada aos setores de gerência no âmbito das fábricas, que podem assumir posições político-ideológicas dos setores burgueses).

O bloco no poder pode ser definido, então, como a aliança específica das classes e frações de classe dominantes numa situação específica (formação social e modo de produção correspondente); é também o caso, ao lado das classes dominantes, do conceito de “povo”, designando uma aliança específica dessas frações de classe (POULANTZAS, 1975, p. 25).

Houve no período em questão uma aliança entre as classes para a conformação do bloco no poder que comportava frações da sociedade como o setor privado industrial nacional, o setor industrial público e a participação de sindicatos, no que tange à construção do “desenvolvimento nacional”.

Buscava-se durante o governo Pérez, consonante aos argumentos elaborados por Frederick e Tarver (2005, p. 128), a mudança das relações econômicas entre a Venezuela e os

seus parceiros comerciais, já que o ex-presidente era crítico às relações desiguais entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

Conjuntamente com o presidente mexicano no período, Luis Echeverría, Pérez objetivava o estabelecimento de um sistema econômico latino-americano, com fins de estabilizar a balança comercial entre as maiores potências do capitalismo mundial e os países da América Latina.

Em 1980, apesar da importância dada a indústria petrolífera, apenas 1% do total da força de trabalho estava empregada na indústria em questão (SALAS, 2015, p. 105). Apesar das mudanças durante a administração, Pérez, inclusive, com a construção de alguns programas sociais voltados para a agricultura, educação e mobilidade urbana, a *bonanza económica*, (SALAS, 2015, p. 110) tinha realizado poucas diferenças em relação à estrutura de classes na Venezuela.

4.3 CRISE DA DÍVIDA, POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E REELEIÇÃO DE PÉREZ – 1984 A 1992

Luis Herrera Campins saiu vitorioso do pleito eleitoral venezuelano em 1978. Nessa época, por conta da revolução iraniana em 1978 e da guerra entre o Iraque e o Irã, o preço do petróleo aumentou, e o governo de Herrera continuou contraindo empréstimos de curto prazo e juros altos de bancos estrangeiros. (SALAS, 2015, p 111).

A dívida externa, que era da ordem de USD 4 bilhões em 1973, atingiu a marca de USD 27 bilhões durante a administração do referido presidente, em 1983, e USD 34 bilhões em 1984. A nacionalização da indústria petrolífera não contribuiu para a redução da dívida ou para proteger o país da flutuação de preços. (SALAS, 2015, p 113).

O médico e político Jaime Lusinchi, filiado ao partido AD, ganhou as eleições em 1983, permanecendo no poder até 1989. O então presidente implementou um pacote de medidas de austeridade aconselhadas pelo FMI, sem sequer questionar a legitimidade da dívida (SALAS, 2015, p 114).

Alguns problemas estruturais da economia mundial tiveram interferência direta na mudança de rumo na política econômica venezuelana a partir da década de 1980. Para além das contradições políticas que se sucederam internamente no país durante o período governado por Lusinchi, alguns países da América Latina – incluindo a Venezuela – que durante as décadas anteriores utilizavam financiamentos externos para a tentativa de desenvolvimento nacional

(em função da alta liquidez internacional), não poderiam contar mais com esses investimentos, além de terem que arcar com o pagamento da dívida externa. De acordo com Medeiros,

a redução abrupta do financiamento externo, a aguda deterioração dos termos de troca, as desvalorizações cambiais e moratórias e a fuga em massa de capitais levaram a maioria das economias latino-americanas à síndrome da década de 1930, radicalizada pelo conflito distributivo e pela inflação galopante. No caso da Venezuela, o acentuado declínio do preço do petróleo resultou em forte contração dos gastos públicos e, conseqüentemente, no nível de investimento da indústria não petroleira. (MEDEIROS, 2008, p. 147)

Nesse sentido, é necessário realizar uma breve explanação sobre a conjuntura em que operavam as organizações internacionais que orquestraram o desenvolvimento neoliberal na Venezuela.

4.3.1 BANCO MUNDIAL E A VENEZUELA - NEOLIBERALISMO E SUBDESENVOLVIMENTO

As organizações internacionais surgem em um contexto de ruptura no sistema interestatal. As instituições de *Bretton Woods*, ascendem na iminência do término da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de realizar empréstimos e preconizações financeiras e orçamentarias aos países no processo de reprodução do capitalismo. Faz-se pertinente, aqui, uma explanação sintética realizada pelas historiadoras Mônica Herz e Andrea Hoffman acerca da história das Organizações de Bretton Woods. Para as autoras,

Ainda em 1944, representantes de 44 países se reuniram em Bretton Woods, em New Hampshire, com o objetivo de planejar a cooperação pós-guerra no âmbito da economia internacional. Foi decidido que seriam criadas três organizações dentro do sistema da ONU para esse propósito. A primeira seria o FMI, cuja principal tarefa seria estabelecer e supervisionar um sistema internacional de taxas de câmbio fixas para promover a estabilidade das moedas, evitando desvalorizações competitivas, como havia ocorrido no período entreguerras, e fornecer créditos de curto prazo para países com desequilíbrios temporários de balança de pagamentos. A segunda organização seria o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) — também conhecido como Banco Mundial — que deveria fornecer empréstimos de longo prazo para o financiamento de projetos para reconstrução dos países devastados pela guerra. (HERZ e HOFFMAN, 2004, p. 143)

O Banco Mundial começa a agir a partir dessa época com o objetivo de “reconstruir” e desenvolver os países que estavam filiados ao órgão. A Venezuela, como é apontado no documento *Preparandose para el futuro* (1992), filiou-se à entidade em 1946, e realizou o seu primeiro empréstimo em 1961.

Como já foi explanado anteriormente, no caso venezuelano, os processos de ajuste econômico começam a ser impostos no país a partir do governo de Jaime Lusinchi (1984-1989), marcado por escândalos de corrupção, com o objetivo de controlar a volatilidade econômica no Estado em escrutínio.

A partir deste ponto, é importante entender a adequação da política econômica venezuelana ao neoliberalismo, haja vista que pretende “desregular” o processo de troca de mercadorias entre os países, preconizando a “abertura comercial” e da movimentação de capitais, as privatizações (questionando a produtividade e baixa eficiência do Estado em relação à gestão das empresas) e a fidelidade aos princípios liberais, não admitindo qualquer tipo de intervenção estatal que vá de encontro aos quesitos aqui mencionados.

Ao contrário das bandeiras sustentadas pelos ideólogos do neoliberalismo, havia um processo de regulação “diferente”, no qual o Estado servia como ente institucional a fim de garantir a viabilidade e legitimidade do processo de acumulação (DARDOT e LAVAL, 2016).

Foram realizadas pressões em relação aos países exportadores, culminando na internacionalização das empresas estatais – como o caso da PDVSA –, na abertura de reservas e poços nacionais para a exploração impetrada pelas corporações transnacionais, assim como a estagnação do processo de desenvolvimento que poderia ser obtido através das rendas petrolíferas.

Em dezembro de 1988, o advogado Carlos Andrés Pérez consegue se eleger presidente da Venezuela, com a expectativa da população de que o país possa retornar aos parâmetros estabelecidos no período anterior, mais especificamente a década de 1970. Não obstante, por conta dos desgastes sociais gerados pelas altas taxas de desemprego, pela miséria e pela situação grave da economia e pelo aprofundamento dos ajustes impostos pelo FMI e pelo BM (que preconizavam o corte de despesas públicas – *paquetazo* –, além de outros quesitos que serão apontados na análise do documento), um processo disruptivo denominado *Caracazo* ocorre em fevereiro de 1989.

Essa manifestação de descontentamento gerará diversos protestos e ações coletivas que levarão, dentre outros fatores, a duas tentativas de golpe de Estado contra o governo Pérez e o *impeachment* do presidente em 1993, como citado anteriormente.

Apesar dos desgastes sociais e das acusações de corrupção, o tom referente ao governo Pérez utilizado pelos analistas do BM no texto *Preparandose para el futuro* (1992) é elogioso. O documento em questão pode ser utilizado para compreender como as diretrizes do plano estabeleceram as bases para de desindustrialização nos países latino-americanos. A partir daqui

alguns trechos do documento serão analisados para fins de verificação do impacto das medidas no Estado venezuelano.

Já no início do documento, são demonstrados os parâmetros que servirão de base para a ação do BM no país, assim como as medidas do ajuste econômico. A Corporação Financeira Internacional (CFI) tratou de autorizar empréstimos e realizar assistência ao setor privado venezuelano (BANCO MUNDIAL, 1992), enquanto a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) ofereceu aos investidores “[...] garantias sobre os riscos comerciais e políticas e regulações para facilitar o investimento estrangeiro”²⁴ (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 2).

Percebe-se, neste quesito, que o discurso de aumentar a concorrência, “quebrar monopólios” e trazer a decisão para “os consumidores”, na verdade tinham como objetivo o desmantelamento da indústria nacional que vinha sendo consolidado pela Venezuela a partir da década de 1970 (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 13), com vistas a abrir o setor produtivo e financeiro para o capital internacional.

Os empréstimos realizados pelo BM ao país, somados às operações de créditos concedidas pelo FMI, somavam, a preços da época, mais de USD 7 bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 1992, p.3). Esses empréstimos estavam condicionados pelo compromisso do então presidente Carlos Pérez (cujo nome é citado 8 vezes no documento) em promover a desregulamentação financeira e a abertura dos mercados nacionais ao setor produtivo transnacional para além do setor petrolífero, que já vinha sendo explorado por grandes corporações desde o início do século XX.

Apesar do crescimento do país a taxas de 9,2 % ao ano em 1991 (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 6), esse “aumento da riqueza” não resultou no incremento do setor produtivo nacional durante a década, tampouco na melhora das condições de vida da população.

No tópico *Sistema Cambiario y Reforma Comercial* (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 3), o documento endossa a política adotada pelo governo Pérez, sustentando a eliminação das tarifas sobre o controle de importações, assim como a eliminação dos subsídios para o setor produtivo voltado para o comércio exterior.

No quesito *Reformas de las empresas estatales* (BANCO MUNDIAL, 1992, p.4), o documento estabelece o plano a ser realizado pelo governo venezuelano, que inclui a privatização de pelo menos 60 empresas – sendo que, no biênio 1990-1991, foram privatizadas 7 empresas públicas, como a *Venezonala Internacional de Aviación* (VIASA), ligada à aviação,

²⁴ Tradução livre.

e a *Compañia Anónima Nacional de Teléfonos de Venezuela* (CANTV), ligada ao setor de telecomunicações. Os planos de desestatização são delineados ao longo do documento, mas sem a demonstração de referências diretas por meio de estatísticas dos possíveis retornos ao país.

Ao analisar o subitem *Reforma Agrícola* (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 5), é possível estabelecer uma relação entre o programa de cortes de crédito e os demais subsídios ao setor agrícola na década de 1990 e a incapacidade da sustentação da soberania alimentar (FREDERICK e TARVER, 2005) na Venezuela atualmente (para além da abertura do setor cacauero e cafeeiro para o comércio internacional). Ao longo do texto, por mais eufemísticas que sejam, as intervenções na soberania nacional e nos processos de desenvolvimento regional objetivados pelas organizações em questão podem ser interpretadas nas entrelinhas.

Em *Objetivos de la Asistencia*, subcapítulo do documento, pode-se perceber que a reformulação jurídica nacional, associada ao modo de regulação pós-fordista (HIRSCH, 2010) é utilizada como meio para o aumento do processo de acumulação e abertura para as corporações de caráter transnacional. No trecho a seguir, esse objetivo fica claro, já que, nas palavras dos analistas, “o que resta é uma agenda de longo prazo para a promulgação de leis, criação de novas instituições, reconstrução de instituições sob as novas políticas, eliminação de instituições incompatíveis e desenvolvimento de programas para proteger os pobres contra efeitos adversos durante o período de transição.”²⁵ (BANCO MUNDIAL, 1992, p.6).

Ainda seguindo o argumento utilizado no documento, é sustentado reiteradamente que o desenvolvimento venezuelano não será alcançado se alguns “ajustes” não forem realizados, por meio da gestão macroeconômica, da abertura da economia e do desenvolvimento do setor privado, do fortalecimento das instituições públicas a melhora na infraestrutura etc. Alguns destes tópicos merecem maior escrutínio.

No tópico *Apertura a la economía y Desarrollo del Sector Privado* (BANCO MUNDIAL, 1992, p.7), é admitido pelos analistas que as rendas petrolíferas podem ser utilizadas para a promoção do desenvolvimento venezuelano. Porém, é afirmado que o crescimento do setor não-petrolífero é necessário para qualquer estratégia de desenvolvimento, afirmando que a abertura de mercados para o setor privado pode realizá-lo com maior eficiência.

²⁵ Do original *Lo que queda es una agenda a largo plazo para la promulgación de leyes, creación de nuevas instituciones, reconstrucción de instituciones conforme a las nuevas políticas, eliminación de instituciones incompatibles y desarrollo de programas para proteger a los pobres contra los efectos adversos durante el período de transición.*

Em *Privatización y Reestructuración* (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 13), uma sucinta explicação sobre o papel da indústria no desenvolvimento recente venezuelano é elaborada. Ao afirmar que as empresas públicas passam a compor 42% do valor agregado nacional em 1986, enquanto em 1970 compunham apenas 4%, o documento tenta relacionar a participação das empresas públicas à derrocada do desenvolvimento venezuelano (quando, na verdade, as medidas de austeridade impostas pelo FMI vinham sendo adotadas, pelo menos, desde 1984).

Ao analisar o item *Administración Pública* (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 16), pode-se perceber a incongruência entre o argumento sustentado pelo documento institucional no que tange ao processo de desregulamentação financeira e a necessidade do estabelecimento legal (como uma necessidade imediata de reforma do judiciário) e institucional para o “melhor funcionamento” dos mercados. O seguinte trecho é de substancial relevância para a compreensão deste quesito, ao sustentar que

Mesmo nessas sociedades mais orientadas para o mercado, somente governos podem estabelecer padrões para que os mercados funcionem com mais eficiência e forneçam certos bens e serviços. Haverá sérias limitações ao desenvolvimento e produção e os investimentos serão prejudicados, a menos que o estado acredite e imponha padrões, estabeleça lei e ordem e garantir os direitos de propriedade.²⁶ (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 16)

No item *Educación* (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 18) é preconizado que o processo educacional, apesar dos avanços obtidos na década de 1970, ainda é bastante incompleto. O documento sustenta que 40% do gasto total da educação é direcionado à educação superior (que, em consonância com o argumento proposto pela organização, não tem participação significativa nem no setor produtivo, tampouco no retorno econômico venezuelano, que, ainda de acordo com o documento, é menor que o da educação primária e secundária).

Os incentivos para a criação de um programa de empréstimos para o ingresso da população no ensino superior por meio de instituições privadas de ensino também estão presentes no documento. Pode-se perceber que há uma tentativa de desmonte do ensino público (em um primeiro momento, o superior), com o intuito de fortalecer as mercado da educação privada.

Por fim, na última seção, denominada *Preparandose para el futuro*, a justificativa da organização em questão está relacionada à seguinte afirmativa: “os programas de reforma levam

²⁶ Do original *Aún en aquellas sociedades más orientadas hacia el mercado, solamente los gobiernos pueden establecer normas para hacer que los mercados funcionen de manera más eficiente y proveer ciertos bienes y servicios. Habrá serias limitaciones al desarrollo y la producción y las inversiones se verán lesionadas, a menos que el estado cree y haga cumplir normas, establezca la ley y el orden y asegure el derecho de propiedad.*

tempo e os inevitáveis custos sociais são um desafio pelo comprometimento e resolução da população e de seus líderes”²⁷ (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 40).

Os chamados *costos sociales* não são explicitados nem de forma conceitual tampouco histórica ao longo do documento. O desemprego, a fome, a desindustrialização, assim como as instabilidades política e econômica foram alguns dos custos sociais gerados na Venezuela após a implementação dos programas de ajuste impostos pelas instituições financeiras analisadas aqui.

4.3.2 O SEGUNDO GOVERNO PÉREZ

Os anos de 1974 a 1988 testemunharam uma rápida elevação e também declínio do preço do petróleo (FREDERICK e TARVER, 2005, p. 123). As companhias estrangeiras receberam USD 1,8 bilhão de compensação pela nacionalização, além da autorização para firmar contratos para compra de equipamentos e assistência tecnológica (FREDERICK e TARVER, 2005, p. 125)

Em 1986, no processo denominado de *Apertura Petrolera*, o governo venezuelano adquiriu ações na *CITGO Petroleum Corporation*, empresa americana cujas ações foram compradas pela Venezuela, dando a PDVSA acesso ao refino e distribuição nos EUA (SALAS, 2015. P 114). Esta situação teve continuidade durante o 2º governo de Carlos Andrés Pérez, entre o final da década de 1980 e o início dos anos 1990.

As eleições de 1988 suscitaram um lampejo de esperança na população Venezuela em função da possibilidade vitória do antigo presidente Pérez, que tinha sido mandatário do executivo durante a década de 1970 (FREDERICK e TARVER, 2005, p. 137). O segundo mandato de Pérez também enfrentou a baixa nos preços do petróleo bruto. Em dólares correntes, o preço do barril em 1989 era de aproximadamente metade de quando Pérez assumiu a presidência pela primeira vez em 1974 (FREDERICK e TARVER, 2005, p. 140).

O governo Pérez implementou um plano de privatizações em diversos setores com o objetivo de aumentar a produção industrial. As propostas do então presidente incluíam também a “[...] desvalorização da moeda, reforma tributária, desregulação e redução de tarifas [de importação].” (SOUZA, 2015, p.49).

²⁷ Do original *Los programas de reformas toman tiempo y los inevitables costos sociales son un desafío para el compromiso y la resolución de la población y sus líderes.*

Muitas medidas adotadas pela administração Pérez criaram um nível de inflação não testemunhado previamente na Venezuela. Entre 1989 e 1991, a inflação acumulada alcançou o nível de 150% (FREDERICK e TARVER, 2005, p. 140). Os protestos populares continuaram a acontecer, como demonstração de descontentamento com a política econômica austera do governo vigente, assim como pela repressão policial, com o uso dos aparelhos repressivos de Estado e refletindo o descumprimento dos direitos constitucionais por parte do governo.

Em 1992, com o agravamento da pressão popular, assim como de parte da mídia venezuelana, um golpe de Estado liderado por Chávez contra a política neoliberal adotada do governo de Pérez foi realizado, porém sem sucesso, culminando na prisão daquele que iria chegar à presidência no ano de 1998.

Apesar de sobreviver ao golpe de Estado, Perez começou a perder legitimidade e, em decorrência da pressão popular derivada dos péssimos resultados socioeconômicos obtidos por meio das medidas de austeridade (um dos fatores de maior contribuição para a eleição de Pérez foi a promessa de que ele traria o desenvolvimento para a Venezuela, assim como almejado durante o seu primeiro governo) sofreu um *impeachment* em 1993, abrindo espaço político para o também ex-presidente Rafael Caldera, que viria a ser o seu sucessor.

4.3.3 O SEGUNDO GOVERNO RAFAEL CALDERA

Apesar de ter prometido não impor as medidas de austeridade ao estilo do FMI, em abril de 1996, Caldera introduziu a Agenda Venezuelana que, de acordo com o historiador Miguel Tinker Salas, era espelhada na política econômica de Pérez (SALAS, 2015, p. 129). De acordo com o Medeiros,

[...] com o programa “Agenda Venezuela” (implantado em 1996) houve desregulamentação do mercado de câmbio, elevação da taxa real de juros, transferências para os setores financeiros endividados, privatização, abertura do setor petrolífero ao capital privado externo e crescente autonomia da Petróleo de Venezuela (PDVSA) em relação ao governo. A aposta de que os preços do petróleo permaneceriam nos patamares vigentes levou simultaneamente a um *boom* de investimentos e a gastos públicos que se revelaram insustentáveis quando, em 1998, o preço do petróleo sofreu nova queda. (MEDEIROS, 2008, p. 149)

Ou seja, a partir desses ajustes implementados durante o governo em questão, continuando a seguir a prática neoliberal (como dito acima, contrariando as expectativas da população) de experiências anteriores, os impactos econômicos e sociais na Venezuela continuaram a deixar marcas no país.

4.4 A ELEIÇÃO DE HUGO CHÁVEZ: MUDANÇAS REVOLUCIONÁRIAS OU REFORMISMO?

Adicionada às insatisfações com as políticas de austeridade estabelecidas durante as décadas de 1980 e 1990 na Venezuela, a expectativa gerada em torno dos possíveis benefícios provenientes da renda petrolífera não se concretizou; na verdade, essa renda só fortalecia um grupo bastante específico no país.

Isso fez com que as pressões sobre a “velha política” na Venezuela aumentassem, culminando na eleição de Chávez pelo partido Movimento Quinta República (MVR), construindo uma trajetória que balizaria a permanência no poder até sua morte em 2013, apesar das diversas tentativas de golpe (e de assassinato) articuladas entre a oposição venezuelana e as grandes potências imperialistas (com papel de destaque para os EUA)²⁸, que recorrentemente bradam contra o totalitarismo e a suposta falta de democracia, utilizando-se de conceitos historicamente instrumentalizados para legitimar a acumulação do capital, tais como “livre-iniciativa” e “desregulamentação” (que, na prática, significam concentração de investimento em monopólios e oligopólios e abertura comercial própria para a evasão de divisas).

Após a tentativa de reformas de Chávez em relação, principalmente, à terra e à destinação das rendas petrolíferas para a diminuição das desigualdades sociais, houve a primeira investida contra o governo por meio de um golpe de Estado (documentado no filme “A revolução não será televisionada”, realizado pelos cineastas Kim Bartley e Donnacha O'Briain)²⁹. Com apoio de parcela substancial da população e das forças armadas, o golpe não foi sustentado.

A nova constituição da Venezuela, que entrou em vigência no ano de 2000 mudou o nome do país para República Bolivariana da Venezuela (SALAS, 2015, p. 138). Desde 1999, o governo venezuelano buscava novas iniciativas em relação à política externa, avançando com a ideia de um mundo multipolar, desempenhando um papel de maior destaque a nível

²⁸ No artigo “EUA financiaram a oposição à Chávez”, é estabelecida num dos jornais de maior repercussão no Brasil a relação entre a oposição venezuelana e os EUA, que permanecem até hoje. Presente no sítio <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1603200416.htm>. Acesso em 20/01/2019, às 02:21. Recentemente, a afirmação do presidente Donald Trump numa reunião fechada com de que “[a Venezuela] tem todo esse petróleo e estão na nossa porta dos fundos”, documentada pelo ex-diretor do FBI Andrew McCabe, fez com que o discurso sobre a “ajuda humanitária” fosse colocado em xeque. Debate presente no “Ex-Diretor do FBI afirma que Trump quer guerra na Venezuela por causa do petróleo”, no sítio eletrônico <https://oglobo.globo.com/mundo/ex-diretor-do-fbi-afirma-que-trump-quer-guerra-navenezuela-por-causa-do-petroleo-23470485>. Acesso em 20/01/2019 às 04:15.

²⁹ Disponível no sítio <https://www.youtube.com/watch?v=R-7c34tYH1c>. Acesso em 20/01/2019, às 02:30.

internacional, além de promover a integração regional da América Latina (SALAS, 2015, p. 141).

Diversos presidentes de cunho social liberal/social democrata obtiveram êxito eleitoral na América Latina na primeira década do século XXI: no Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002; na Argentina, Nestor Kirchner, em 2003, e Cristina Kirchner, em 2007; na Bolívia, Evo Morales, em 2005; no Chile, Michele Bachelet, em 2004 (SALLAS, 2005, p.144).

Esse ciclo eleitoral foi denominado de maré-rosa, haja vista que algumas lideranças políticas possuíam vínculos com espectros ideológicos mais próximos do de uma perspectiva democrático-popular (como Chávez e Evo Morales), enquanto outros adotavam um viés próximo ao social liberalismo (governos de Luiz Inácio Lula da Silva, de Dilma Rousseff e de Nestor e Cristina Kirchner) ou mesmo a um tipo de “progressismo liberal” (governos de Michele Bachelet e Tabaré Vázquez, no Uruguai).

Durante os primeiros anos do governo Chávez, os preços do petróleo atingiram a marca de oito dólares por barril, o menor preço em décadas (SALLAS, 2015, p. 147). Em agosto de 2000, Chávez visitou todas as dez nações participantes da OPEP. Críticas internas e dentro dos EUA o acusavam de contemporizar com “terroristas”, criando uma cortina de fumaça sobre o real motivo das visitas, que tinham como objetivo construir negociações acerca do preço do petróleo (SALAS, 2015, p. 148).

O governo venezuelano também pressionou a OPEP ao adotar políticas sociais mais explícitas: Chávez buscava confrontar os outros países apontando para problemas tais como a dívida externa que estrangulava as nações do Terceiro Mundo e expressava preocupações com as condições de pobreza que diversos Estados enfrentavam (SALAS, 2005, p.148)

Em relação à repatriação dos lucros obtidos por conta da internacionalização da PDVSA (iniciada na década de 1980), Chávez estabeleceu, por meio da modificação de Lei de Hidrocarbonetos, uma mudança, já que

até dezembro de 2001, nenhum dólar foi enviado a Caracas a título de pagamento de dividendos por lucros auferidos nas operações das filiais no exterior. A principal justificativa da PDVSA era que os EUA não mantinham tratado de dupla tributação com a Venezuela, o que acarretaria em pagar 35% das transferências ao fisco estadunidense, caso a operação fosse realizada. (ALONSO, 2015, p. 305)

O governo venezuelano voltou suas atenções para as políticas de desenvolvimento planejadas durante o primeiro governo do ex-presidente Pérez (SALAS, 2005, p. 148). Porém, como ficará perceptível nas seções posteriores, os investimentos na construção de um setor industrial dinâmico e diversificado não alcançaram nível suficiente para o desenvolvimento da

indústria venezuelana, contribuindo para manutenção o estado de subdesenvolvimento do país em análise.

4.5 ANÁLISE DAS ESTATÍSTICAS VENEZUELANAS: 1972-2013

Ao longo deste segmento da dissertação serão analisadas algumas estatísticas referentes ao desenvolvimento econômico da Venezuela, levando em consideração fatores históricos, econômicos e políticos para uma compreensão mais apurada da complexidade do tema em escrutínio.

A seção será dividida em 5 subseções com o objetivo de facilitar a análise acerca das especificidades dos impactos dos dados aqui demonstrados no processo de desenvolvimento do país. Algumas das constatações referentes a períodos históricos específicos na Venezuela foram mencionadas nos capítulos anteriores, seja no próprio corpo do texto, seja nas notas de rodapé.

Todos os dados apresentados nesta seção foram retirados do site do Banco Mundial, originalmente em inglês e espanhol, com traduções próprias da autoria. As referências estão dispostas tanto na descrição de gráficos e tabelas presentes nos capítulos anteriores e subsequentes a este, assim como na introdução da dissertação.

4.5.1 PRODUTO INTERNO BRUTO

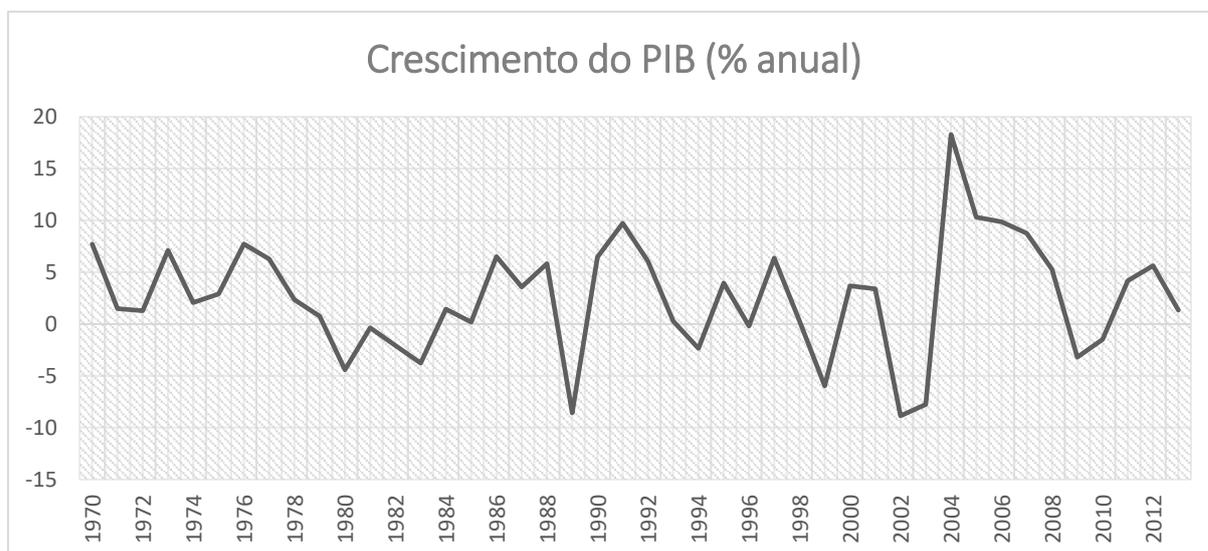
Entre as décadas de 1970 e 1980, a média de crescimento do PIB foi de 1,74% (entre os anos de 1973 e 1983), sendo que em 1976 o crescimento do PIB chegou a 7,76% devido ao processo de investimentos realizados nos setores industriais, assim como pelo aumento na quantidade de divisas recebidas por conta do aumento do preço do petróleo.

Entre os anos de 1980 e 1990, a média de crescimento do PIB foi de 0,49%, sendo que nos primeiros anos da década o crescimento foi negativo, como é possível observar no gráfico 07. As medidas de austeridade, a queda no preço do barril do petróleo após o *boom* durante a década de 1970, o comprometimento das exportações para o pagamento da dívida e o baixo crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) foram fatores que contribuíram para o baixo crescimento econômico do país no momento em escrutínio.

Entre os anos de 2004 e 2013, a média de crescimento do PIB venezuelano foi de 5,89%, sendo que no ano de 2004 chegou a atingir a marca de 18,29%. Isso possibilitou que o governo Chávez implementasse os *Consejos Comunales*, com fins de estabelecer programas sociais para

minimizar algumas das mazelas históricas da Venezuela tais como a fome, o analfabetismo e a miséria da população local.

GRÁFICO 07: CRESCIMENTO DO PIB DA VENEZUELA



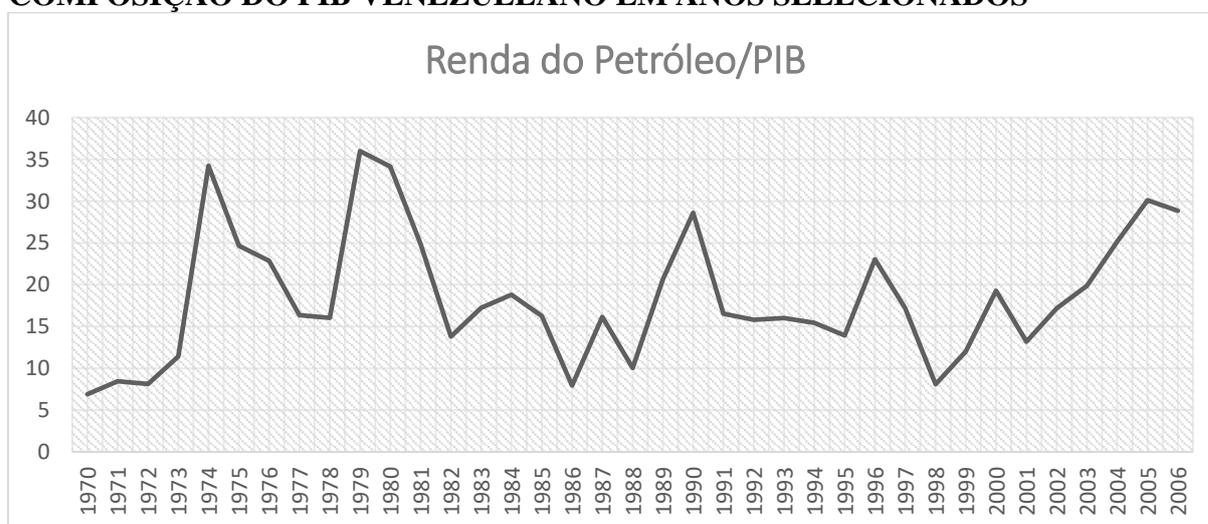
Fonte: *Elaboração própria. Dados coletados no sítio eletrônico do Banco Mundial, presente em <https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>*

Como fica perceptível no gráfico 08, o petróleo compõe, desde o século XX, parte importante do PIB venezuelano. A partir de 1974, ano de eleição de Pérez, o petróleo chegou a atingir 34,2% da composição do PIB da Venezuela, o que possibilitou a inversão das divisas na elaboração de programas cujo objetivo era a concretização do desenvolvimento nacional.

A partir da década de 1980, com a queda na produção do recurso natural, assim como a internacionalização da PDVSA (situação que, como demonstrado na pesquisa, culminou na retenção dos lucros nos países em que a Venezuela exercia a atividade em questão), as divisas ingressantes no país caíram substancialmente.

Apesar disso, a participação do recurso na composição do indicador econômico em análise volta a crescer a partir dos anos 2000, período relacionado às modificações feitas pelo governo Chávez em relação à Lei de Hidrocarbonetos, com o objetivo de repatriação das divisas petrolíferas.

GRÁFICO 08: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA RENDA DO PETRÓLEO NA COMPOSIÇÃO DO PIB VENEZUELANO EM ANOS SELECIONADOS

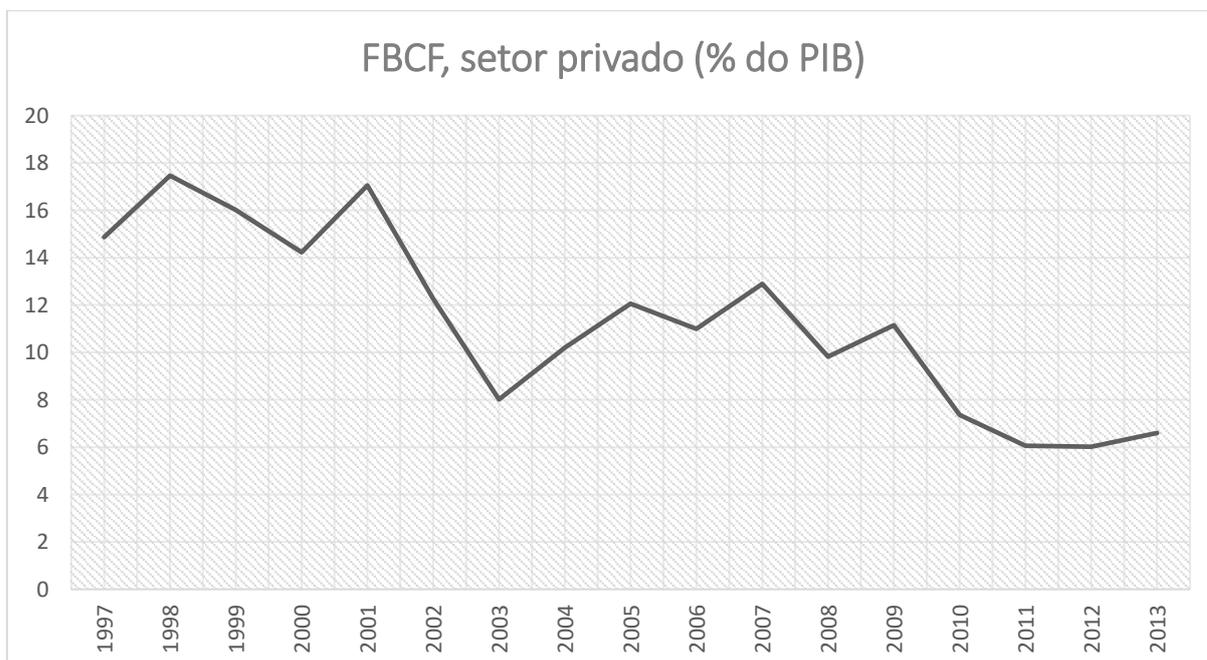


Fonte: Elaboração própria. Dados coletados no sítio eletrônico do Banco Mundial, presente em <https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>.

4.5.2 FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

Mesmo com as medidas de ajuste estrutural estabelecidas nos governos de Lusinchi, de Pérez e de Caldera, vinculadas à práxis neoliberal, a porcentagem da FBCF em relação ao setor privado era maior do que na era Chávez. Sem desconsiderar os problemas institucionais enfrentados durante os mandatos de Chávez – já descritos nos capítulos anteriores –, percebe-se que a partir de 2002, apesar de ter ocorrido crescimento nos anos subsequentes, o país não volta a atingir a marca de 15% do PIB.

A partir de 2009 a porcentagem volta a cair, atingindo as marcas mais baixas da série histórica entre os anos de 2011 e 2012, chegando a 6% do PIB; isso se deve a diversos fatores tais como à crise de legitimidade impulsionada pela oposição venezuelana (em relação às eleições consecutivas de Chávez), à falta de investimento no que tange à diversificação industrial e às intervenções de caráter econômico perpetradas, atingindo o país como um todo. O baixo investimento na FBCF trouxe, neste caso, consequências para os anos posteriores.

GRÁFICO 09: FBCF (% DO PIB)

Fonte: Elaboração própria. Dados coletados no sítio eletrônico do Banco Mundial, presente em <https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>

Em relação aos dados apresentados no gráfico anterior, o próximo gráfico pode ter a aparência paradoxal, mas com a análise mais apurada se percebe que eles são complementares. Durante os anos de 1972 a 1978, a média de crescimento da FBCF foi de, aproximadamente, 16,5% (sendo que, em 1977, chegou a alcançar a marca de 28,9%), estando em confluência com os investimentos realizados durante o governo Pérez, principalmente nas áreas de aço e petróleo.

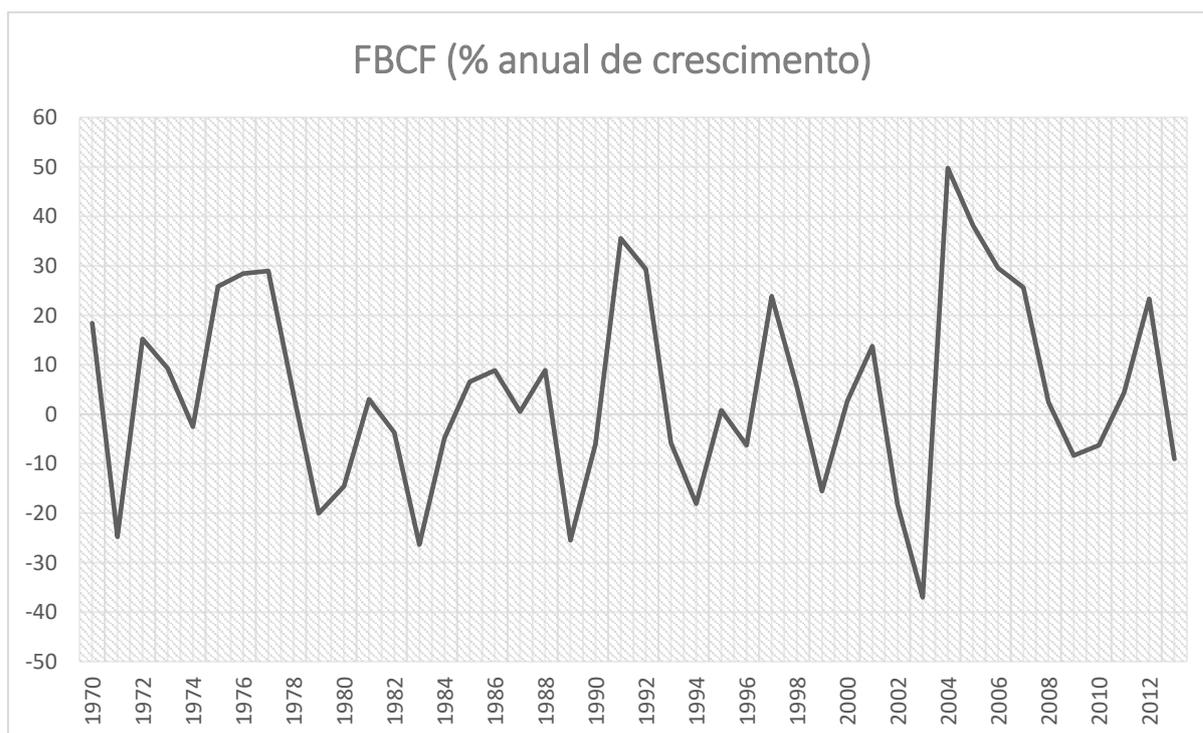
Já entre os anos de 1981 e 1987, a média do crescimento na FBCF foi de -2,23%, demonstrando que as medidas de austeridade tiveram influência sobre a capacidade de investimento produtivo no país, que podem ser percebidas em diversas áreas, como no caso do aumento do desemprego e da queda do PIB *per capita*.

Apesar da porcentagem total da FBCF em relação ao PIB ter sido a mais baixa na série histórica do gráfico anterior, em relação ao crescimento, o governo Chávez demonstrou o maior desempenho, mesmo se comparado com os governos das décadas de 1970 e início da década de 1990. Entre os anos de 2003 e 2008, a média de crescimento da FBCF foi de 18,07%, principalmente por conta do crescimento na indústria de produção de papel e de produtos químicos

No que tange às questões de articulação política, fica perceptível que as classes dominantes vinculadas ao setor privado estavam pouco articuladas com o projeto de

desenvolvimento da Venezuela Bolivariana, já que algumas das medidas adotadas pelo governo (reforma agrária, educação popular, subsídios para a moradia, congelamento dos preços da gasolina) eram vistas pela burguesia venezuelana como um impedimento para o crescimento econômico do país.

GRÁFICO 10: FBCF



Fonte: Elaboração própria. Dados coletados no sítio eletrônico do Banco Mundial, presente em <https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>

4.5.3 COMÉRCIO EXTERIOR

Durante o breve período de tentativa de implementação do modelo de substituição por importações na Venezuela (década de 1970), foi possível verificar o aumento da quantidade de importações realizadas pelo país. Esse aumento só foi possível por conta de alguns fatores externos, como os conflitos ao redor do mundo que aumentaram a demanda pelo petróleo, e alguns internos, como o aumento de investimento no setor petrolífero.

No auge no processo de tentativa de construir a diversificação industrial em território venezuelano, em 1978, o país chegou a destinar 37,26% do PIB para a importação de bens e serviços sendo que, neste ano, o montante total de mercadorias importadas foi de 4,69 bilhões

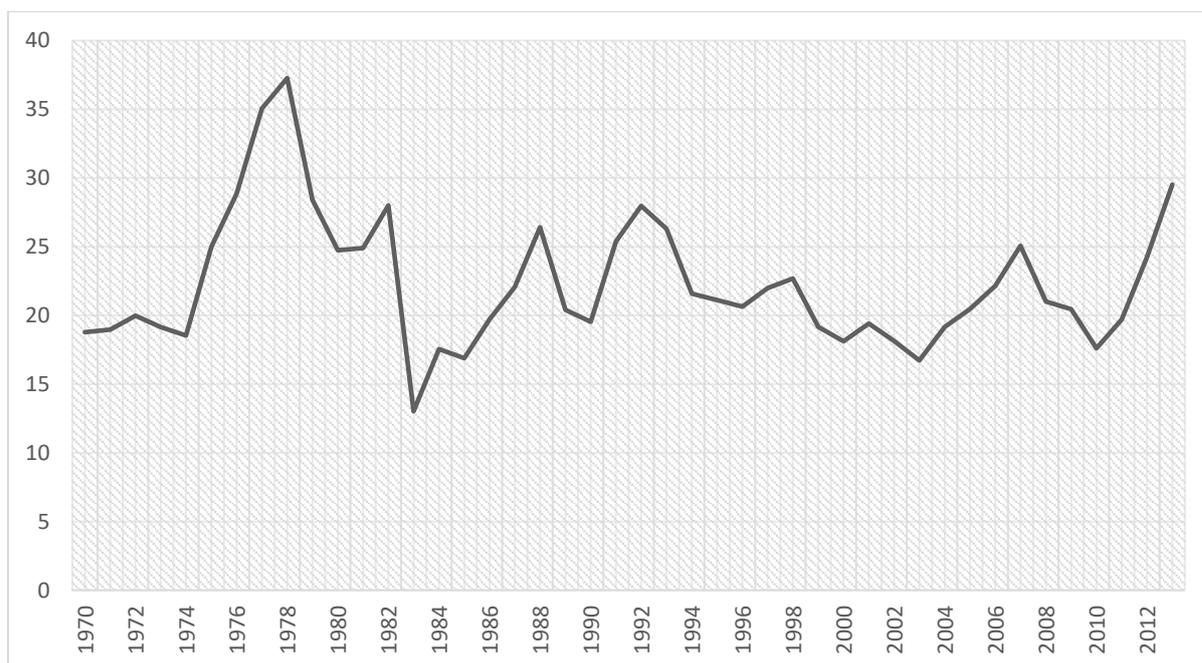
de dólares³⁰, cujo valor importado de maquinários foi de 2,44 bilhões de dólares no mesmo, equivalendo a 52,17% do total importado.

Houve um decréscimo em relação à importação de mercadorias ocasionado pelas medidas de austeridade durante, principalmente, o governo Lusinchi, e foram retomadas durante o 2º governo Pérez, principalmente em função da liberalização comercial.

O governo Chávez experienciou a possibilidade de aumentar o montante total das importações devido ao *boom* nos preços das *commodities*, afetando também o preço do petróleo, que chega a atingir a marca de mais de USD 100 em 2007. De acordo com Medeiros (2008, p. 151), “a grande novidade foi a recuperação dos termos de troca dos produtos primários, espetacular no caso das matérias-primas e, sobretudo, o petróleo”.

Inobstante a possibilidade de obter divisas referentes ao petróleo, a tabela presente na seção subsequente demonstrará a falta de diversificação em relação aos investimentos industriais, fazendo com que a dependência do país em relação ao recurso natural se perpetuasse.

GRÁFICO 11: IMPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS (PORCENTAGEM DO PIB)



Fonte: Elaboração própria. Dados coletados no sítio eletrônico do Banco Mundial, presente em <https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>

A partir do ano de 1984 há o aumento em relação à porcentagem de produtos manufaturados exportados pela Venezuela devido ao investimento realizado na década anterior

³⁰ Dados presentes no sítio eletrônico do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). Disponível em https://oec.world/pt/visualize/tree_map/sitc/import/ven/all/show/1978/

na tentativa de construir um parque industrial. Apesar disso, levando em consideração a falta de investimento (público e privado) durante as décadas de 1980 e 1990, a partir de 2004 há um declínio quase ininterrupto da porcentagem das exportações de mercadorias manufaturas em relação ao total exportado. Soma-se a isto o não investimento do governo Chávez em setores dinâmicos da indústria, como o setor de bens de capital (investiu-se, na verdade, no setor intermediário, mais especificamente no setor de produtos químicos).

GRÁFICO 12: CRESCIMENTO DA PORCENTAGEM DA EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS



Fonte: *Elaboração própria. Dados coletados no sítio eletrônico do Banco Mundial, presente em <https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>³¹*

4.5.4 EMPREGO

Desde a década de 1990, a porcentagem de venezuelanas e venezuelanos empregados no setor de serviços está em uma escala ascendente quase ininterrupta, com exceção em relação ao ano de 2000, quando há uma breve queda em relação ao ano anterior (de 67,09% para 66,56%), mas que não demonstra mudanças estruturais em relação à composição do emprego no país.

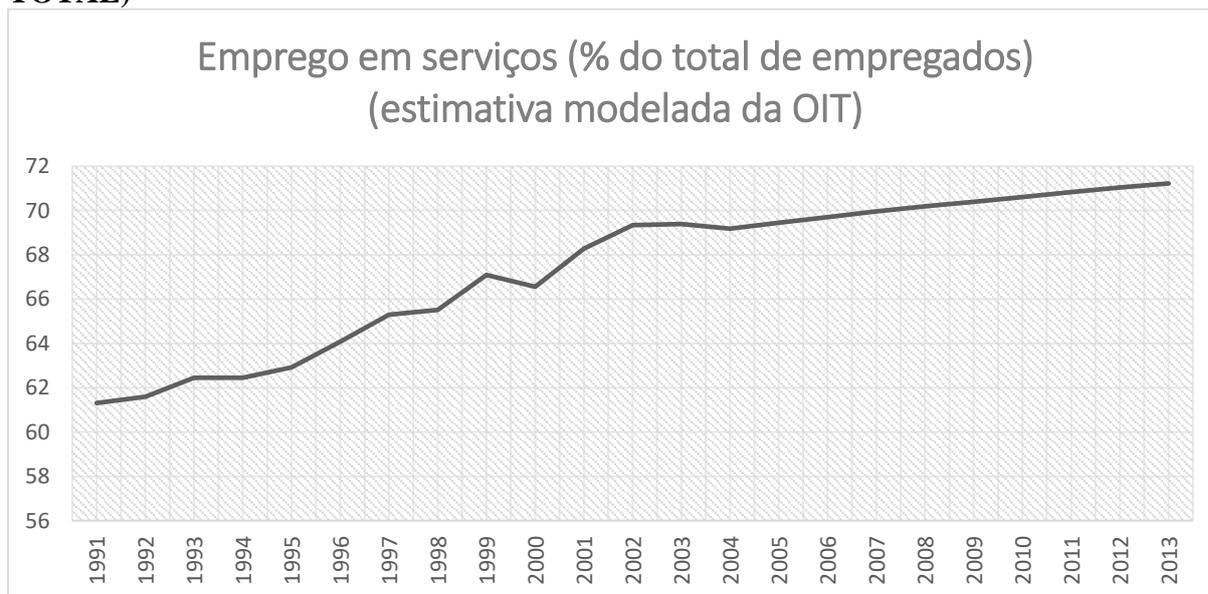
Com o agravamento da desindustrialização no país, causada, dentre outros fatores, por conta da crise político-econômico que assola o Estado em questão, o emprego no setor de

³¹ Os dados para o ano de 2007 não foram disponibilizados pelo BM.

serviços tem aumentado significativamente, atingindo a marca de 71,22% do total da força de trabalho venezuelana.

Como não houve um direcionamento claro de qualificação da força de trabalho para o emprego na indústria durante o período Chávez, a possibilidade de alterar este fator, pelo menos a curto prazo, parece distante.

GRÁFICO 13: EMPREGO NO SETOR DE SERVIÇOS (PORCENTAGEM DO TOTAL)



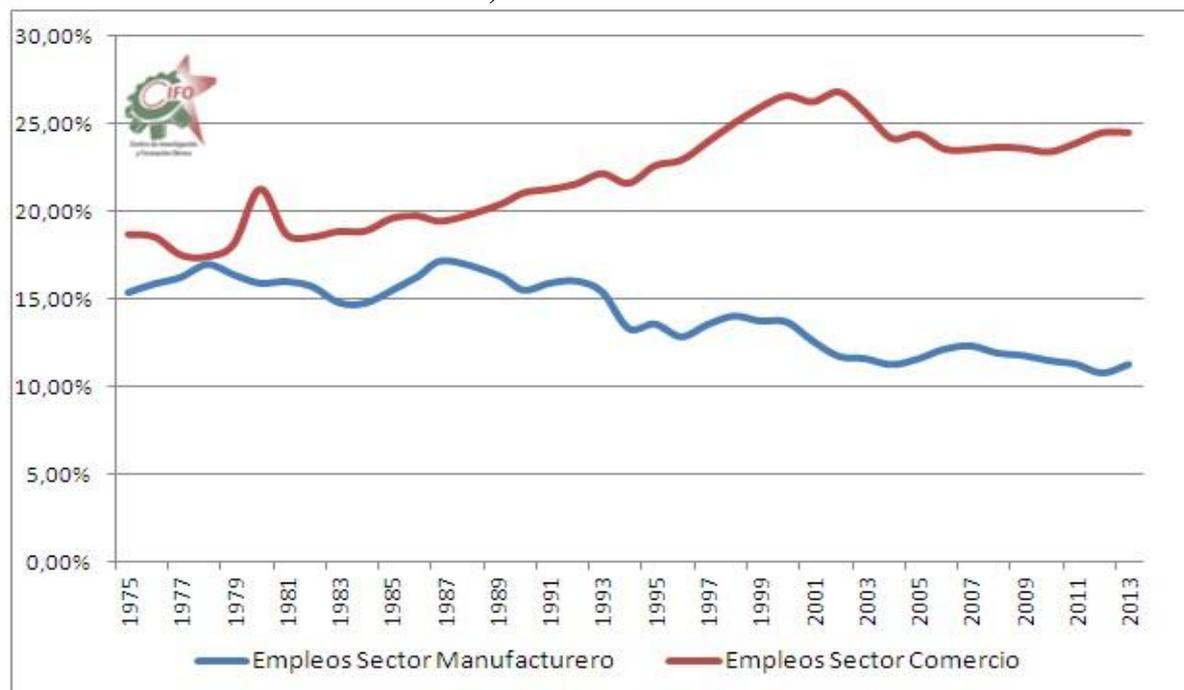
Fonte: *Elaboração própria. Dados coletados no sítio eletrônico do Banco Mundial, presente em <https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>*

Na figura 01, pode-se perceber o leve crescimento do emprego no setor de manufaturas entre os anos de 1975 e 1977, período marcado pelo investimento público na construção da indústria venezuelana (como explanado anteriormente, vinculado principalmente ao setor siderúrgico e de petróleo) durante o primeiro mandato do ex-presidente Pérez, chegando a atingir 17% dos empregos totais.

Há um leve crescimento em meados da década de 1980, antes da implementação dos ajustes estruturais vinculados aos empréstimos do FMI. A partir da década de 1990, o emprego no setor de manufaturas decresce significativamente, na medida em que o emprego no setor de comércio aumenta.

Durante os anos do governo de Chávez, a redução da participação de empregos no setor manufatureiro é visível, principalmente a partir do ano de 2008, chegando a atingir, aproximadamente, 11% do total de empregos (menor porcentagem da delimitação histórica estabelecida na figura). Ao mesmo tempo, o emprego no setor de comércio se estabeleceu por volta dos 25%.

FIGURA 01 – EMPREGO SETORIAL NA VENEZUELA (% DO TOTAL DE EMPREGADOS ENTRE 1975-2013)



Fuente: Elaboracion propia a partir de datos de la CEPAL y de la OIT. CIFO-ALEM 2014

Fonte: Figura presente no texto “A crise do processo de acumulação venezuelano e o empobrecimento da classe operária. Disponível no seguinte sítio eletrônico: https://www.resistir.info/venezuela/villegas_20jun14.html. Acesso em 20/01/2020, às 16:17.

4.5.5 RESERVAS EM MOEDA ESTRANGEIRA, EMPRÉSTIMOS INTERNACIONAIS E DÍVIDA PÚBLICA

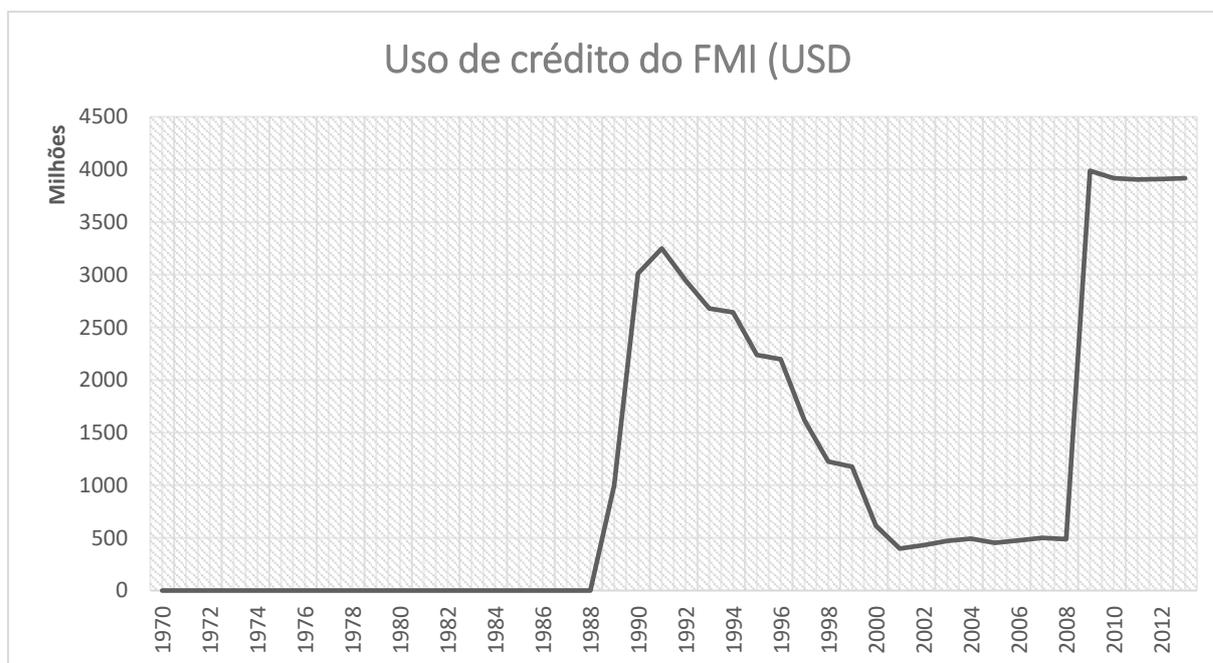
A utilização de crédito do FMI (anteriormente, a Venezuela adquiria empréstimos de diversos bancos privados internacionais) veio acompanhada da implementação de medidas de austeridade mais severas em relação à economia do país, que desembocaram em efeitos negativos para o desenvolvimento econômico venezuelano, como já foi exposto por meio da análise dos gráficos anteriores.

Há um aumento significativo de reservas a partir do ano de 1989 (quando Carlos Andrés Pérez é eleito), atingindo o ápice do período no ano de 1991, um ano antes do golpe de Estado colocado em prática pelo Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), que visava tirar o ex-presidente do poder por conta do descontentamento geral da população em relação às práticas danosas não somente aos trabalhadores do país, mas à economia venezuelana como um todo.

Durante os primeiros anos do governo de Chávez, o montante total de empréstimos decresceu; apesar disso, a partir de 2009, o governo venezuelano contraiu um empréstimo de

aproximadamente USD 4,0 bilhões, não havendo diminuição significativa em relação aos anos subsequentes. Este fato demonstra o motivo que levou ao comprometimento de parcela substancial do PIB do país com o pagamento da dívida externa.

GRÁFICO 14: USO DE CRÉDITO DO FMI EM DÓLARES A PREÇOS CORRENTES



Fonte: Elaboração própria. Dados coletados no sítio eletrônico do Banco Mundial, presente em <https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>

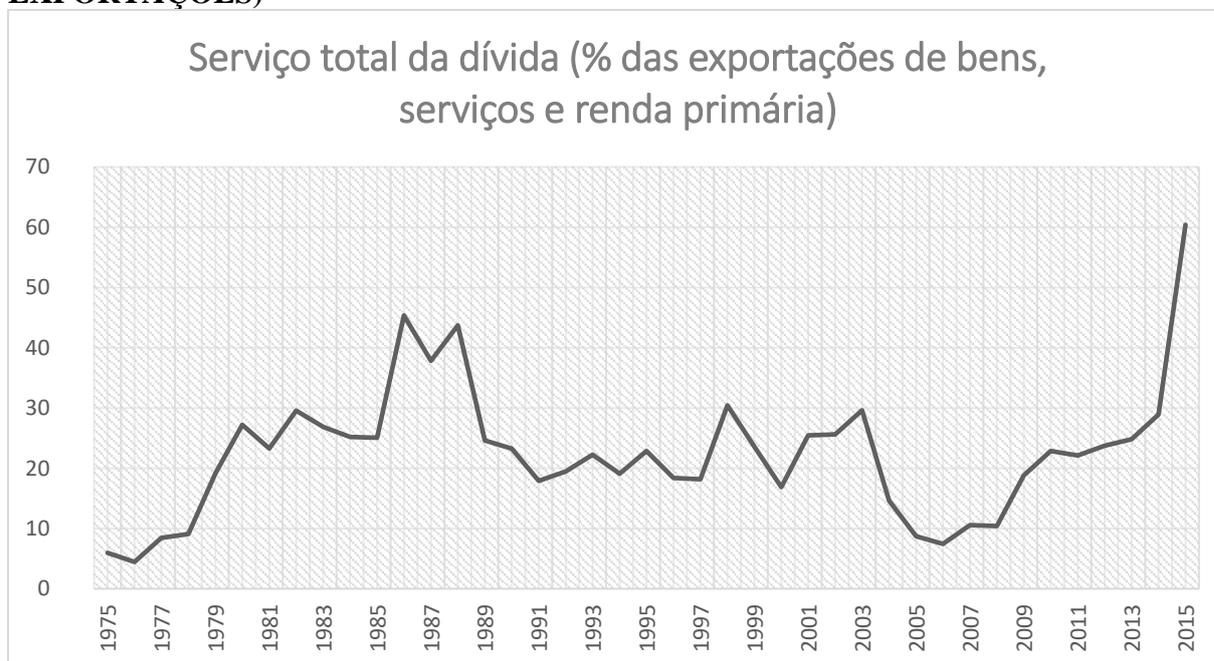
Percebe-se por meio do gráfico 15 que os empréstimos internacionais realizados no âmbito do governo venezuelano entre a metade da década de 1970 (primeiro governo Pérez, momento de articulação de diversos segmentos de classe para a construção do projeto da *Gran Venezuela*) e o final da década de 1980 (governo Lusinchi) fizeram com que a Venezuela destinasse parte considerável das suas exportações para o pagamento da dívida pública (com ênfase, aqui, para a dívida externa).

Nesse sentido, os impactos dos ajustes econômicos realizados nas décadas de 1980 e 1990 não contribuíram para a diminuição dessa condição, que só será reduzida no ano de 2005, já sob o governo Chávez, voltando a crescer a partir de 2009, chegando à marca de 60% em 2015, já sob o governo de Nicolás Maduro Moros (2013-).

A Venezuela passou da situação de credora internacional (em momentos já apontados no capítulo anterior, quando chegou a emprestar para diversas organizações internacionais e países da América Latina e Caribe) para a condição de devedora. Isto influenciou de maneira direta a política econômica do país entre as décadas de 1980 e 1990, tendo dado rumo inclusive

ao segundo governo Pérez, que outrora adotara uma postura vinculada ao desenvolvimento nacional.

GRÁFICO 15: SERVIÇO TOTAL DA DÍVIDA (PORCENTAGEM DE EXPORTAÇÕES)

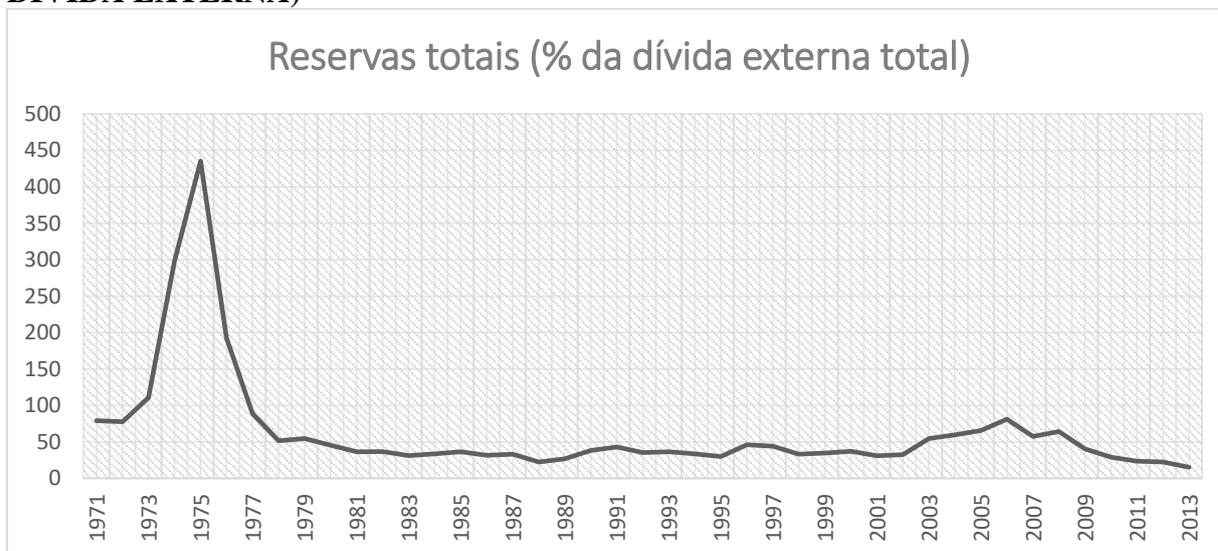


Fonte: *Elaboração própria. Dados coletados no sítio eletrônico do Banco Mundial, presente em <https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>*

Por conta do aumento do preço do petróleo durante a década de 1970, a Venezuela teve um significativo aumento das reservas totais em relação à dívida externa contraída pelo país até então. Esta situação se deve ao fato de que até o final da década supracitada o país era visto como credora mundial. Com o aumento da entrada de divisas petrolíferas no país, as reservas em dólar começaram a aumentar (sendo que, em 1975, as reservas chegaram a representar 435,3% do total da dívida externa).

Para evitar a supervalorização cambial, como já mencionado, Pérez resolve destinar parte considerável das receitas petrolíferas ao investimento e aos empréstimos para outros países. Não obstante, com a contração de cada vez mais empréstimos internacionais (inclusive durante o governo Pérez), condição agravada durante a década de 1980, o montante de reservas para a importação de mercadorias e para o pagamento da dívida externa começou a aumentar, fazendo com que o montante total caísse cada vez mais, atingindo a porcentagem mínima da série história em questão, de 15,31% em 2009, durante e vigência do governo Chávez.

GRÁFICO 16: RESERVA DE MOEDA ESTRANGEIRA (PORCENTAGEM DA DÍVIDA EXTERNA)



Fonte: Elaboração própria. Dados coletados no sítio eletrônico do Banco Mundial, presente em <https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>

Em relação à dívida pública, o montante total de exportações comprometido com o pagamento da dívida externa começa a crescer a partir da década de 1980, por conta dos diversos fatores apontados acima, atingindo o ápice de 18,54% ano de 1998.

Percebe-se que, apesar da diminuição do montante de exportações vinculados ao pagamento da dívida externa durante o governo Chávez, atingindo os menores parâmetros dos 20 anos anteriores, houve um aumento significativo em relação à dívida pública como um todo, significando que a dívida interna compunha parte importante da dívida total.

GRÁFICO 17: PAGAMENTO DE JURO DA DÍVIDA

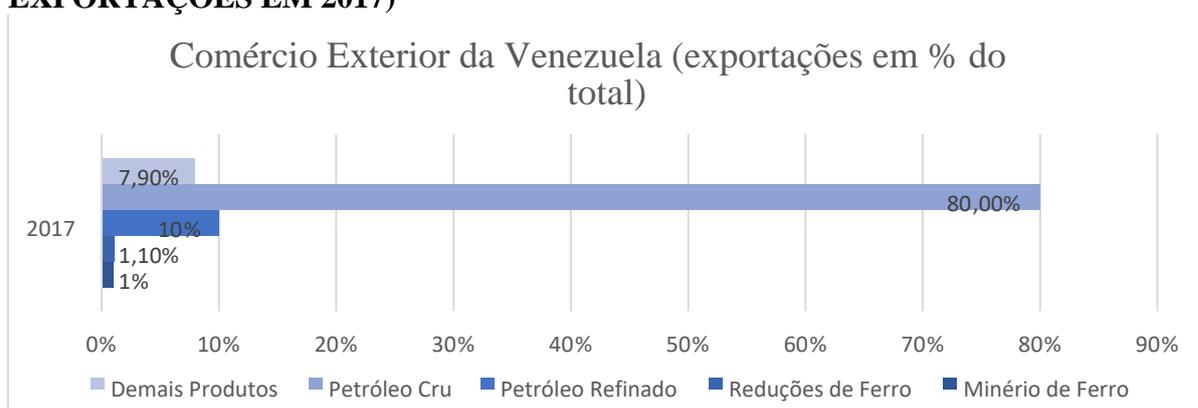


Fonte: Elaboração própria. Dados coletados no sítio eletrônico do Banco Mundial, presente em <https://datos.bancomundial.org/pais/venezuela>

4.6 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA VENEZUELA – 2005 A 2013

Celso Furtado já apontava, na década de 1950, a economia venezuelana como a economia “subdesenvolvida” detentora de um dos maiores PIB *per capita* do mundo, assemelhando-se aos países “desenvolvidos”; em consonância com o que foi sustentado nos tópicos anteriores, o petróleo foi, durante todo o século XX, o principal motor da economia venezuelana (FURTADO, 2008). A exportação do produto em sua forma bruta, associado ao processo de refino, corresponde a aproximadamente 90% de todas as exportações do país, como pode ser percebido no gráfico 18.

GRÁFICO 18: COMÉRCIO EXTERIOR DA VENEZUELA (PORCENTAGEM DAS EXPORTAÇÕES EM 2017)



Fonte: Elaboração própria. Dados coletados no sítio eletrônico do *The Observatory of Economic Complexity*. Disponível em <https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/ven/>.

A renda petrolífera, então, permanece como *conditio sine qua non* (mas não suficiente) para a composição da economia do país; sem que haja aplicação dessa renda no processo de diversificação industrial, em referência à dinamização setorial, além da modernização agrícola, dificilmente esse objetivo será alcançado. Segundo Furtado (2008, p. 129), “[...] a chave para a superação do subdesenvolvimento esteja no avanço da produtividade do setor industrial.”.

Referente a este último ponto, deve-se lembrar que não significa somente aumentar a produtividade através da concentração de capital em grandes porções de terra, que geralmente causa deslocamento de mão de obra, reproduzindo a lógica latifúndio-minifúndio, mas sim promover também um processo de reforma agrária que devolva as terras à população do campo venezuelana, além de criar outras formas de alocação de trabalhadoras e trabalhadores fora dos centros agrícolas (levando em consideração as suas necessidades e capacidades), aumentando a participação daquelas e daqueles nos processos decisórios de desenvolvimento do país.

Mesmo que não tenha se engajado na teorização sobre a exploração do trabalhador ou a emancipação via transição ao socialismo, Celso Furtado realizou análises de caráter propositivo quanto aos possíveis caminhos para a ruptura com a dependência e o subdesenvolvimento, ao afirmar que

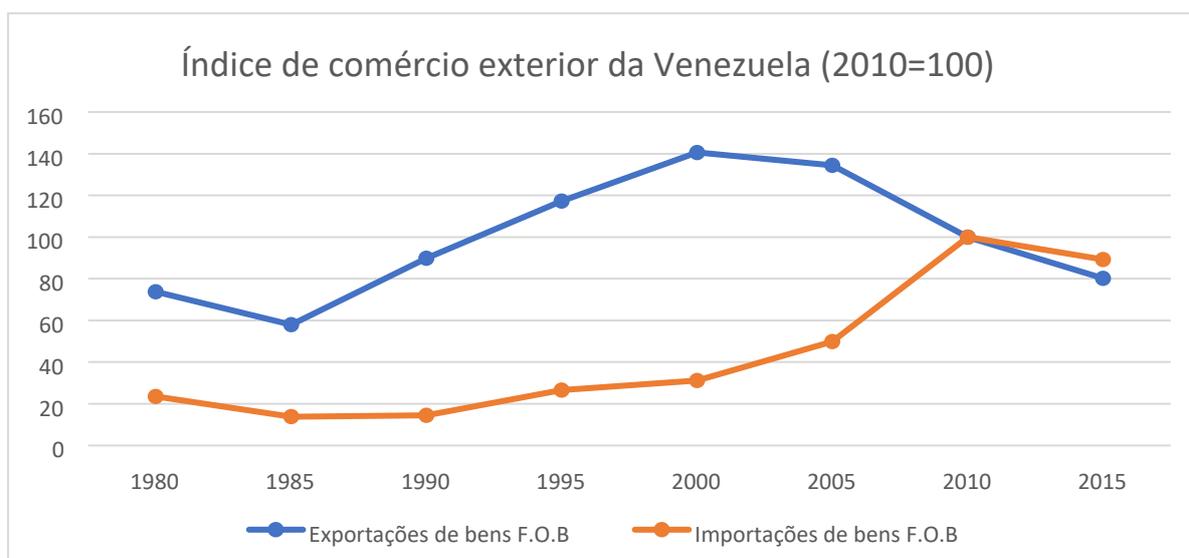
O desenvolvimento do setor agropecuário, embora fundamental se se pretende diversificar a estrutura econômica do país, não constitui, *per se* um fator dinâmico de crescimento [...] ainda que o ritmo da produção agropecuária tenha que ser mais intenso no futuro, dificilmente se poderá esperar que aumente o emprego neste setor [...] O problema fundamental que se apresenta ao país consiste, portanto, em absorver fora dos trabalhos agrícolas o forte incremento anual de sua força de trabalho. (FURTADO, 2008, p. 68-69)

Contudo, a exploração e exportação do petróleo geram consequências que se materializam no seguinte problema: as receitas provenientes das exportações do “ouro negro” geram uma reserva internacional de divisas, fazendo com que o câmbio do país fique sobrevalorizado.

Em dado momento histórico, no qual os preços dos produtos primários (ou *commodities*) estão valorizados internacionalmente em relação aos manufaturados, há incentivo para o investimento de capital no setor extrativista primário; como o câmbio sobrevalorizado faz com que as exportações de outros produtos se tornem menos competitivas internacionalmente, o incentivo para o investimento e, por consequência, para a modernização de outros setores industriais, como o de transformação, o de bens de capital e bens de consumo de caráter agrícola (bastante relevantes para a garantia da chamada soberania alimentar, problemática ainda presente na Venezuela contemporânea) é dificultado.

Há também uma relação dialética entre as importações financiadas através da renda petrolífera de forma artificial e o investimento de capital no setor extrativista (no quadro abaixo, percebe-se que o aumento ou diminuição das importações acompanha as exportações).

Quando os preços do bem de exportação supramencionado decrescem no mercado internacional ou há queda na produtividade, geralmente os países que dependem da exportação de bens primários entram em colapso, podendo inclusive virarem alvos de intervenção de outros países em nome da “defesa da democracia” e da “interdependência” entre as nações culminando, ocasionalmente, em golpes militares de caráter extremamente violento.

GRÁFICO 19: ÍNDICE DE COMÉRCIO EXTERIOR DA VENEZUELA (2010=100)

Fonte: *Elaboração própria. Dados coletados no sítio eletrônico da CEPAL. Disponível em http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Economico.html?pais=VEN&idioma=spanish*

Outro problema associado a esta questão é a do investimento em relação à qualificação, diversificação e manutenção da força de trabalho. Ainda em consonância com o pensamento de Furtado, o investimento na indústria petrolífera gera uma demanda imediata para a construção civil (por conta das refinarias, estradas para escoamento da produção etc.), sendo que esta demanda possui caráter efêmero (momentaneamente, as taxas de desemprego podem apresentar uma queda substancial; porém, a médio e longo prazos, retomam aos seus níveis médios em relação ao contexto de desenvolvimento – ou subdesenvolvimento – histórico de determinado país).

Por conta das altas taxas de investimento no ramo, o aumento de produtividade é intenso no setor de exportação petrolífera, fazendo com que o nível de produtividade de outros setores seja significativamente menor (FURTADO, 2008 p. 53). Os investimentos nos âmbitos da saúde, da educação e tecnologia, por exemplo, ficam marginalizados.

Todas as condições sobreditas tendem a gerar barreiras que impedem o desenvolvimento pleno dos países que comportam tais fatores, culminando em catástrofes políticas e econômicas (não é à toa que, recorrentemente, a burguesia interna, através dos seus convergentes interesses, utilizam a miséria da população para endossar intervenções).

Para parte considerável dos sustentadores dessa tese, incluindo os economistas heterodoxos, a superação desta condição se dá pela criação de um complexo industrial bem diversificado e dinâmico, investimento em P&D, políticas de valorização salarial, qualificação de mão de obra, além de regimes fiscais que possibilitem o reinvestimento das receitas em

atividades que viabilizem ao país o desenvolvimento de uma economia complexa (GALA, 2017).

Há que se considerar esta proposição, pelo menos num primeiro momento, haja vista que, em tese, reduziria a dependência (da exportação de petróleo e da importação de produtos variados, desde os mais básicos, até os com alto valor tecnológico agregado) do país subdesenvolvido em questão, o que poderia acarretar em melhorias materiais para as trabalhadoras e trabalhadores do país, culminando na geração de empregos e melhorias a qualidade de vida.

A diversificação de um parque industrial de bens não-ubíquos não-naturais (GALA, 2017), ou seja, aqueles bens que adquirem valor agregado através dos processos de desenvolvimento tecnológico (possuindo custos decrescentes e rendimentos crescentes), além da articulação sinérgica (GALA, 2017) entre os setores de bens de produção e bens de consumo (TAVARES, 2000) são imprescindíveis para a ruptura com a dependência em relação aos países imperialistas. Na tabela 01, são demonstrados os níveis de crescimento industrial discriminados por setor na Venezuela.

A partir da análise da tabela 01 fica perceptível que, apesar do aumento da produção nos setores de transformação, como a indústria química, e nos bens de consumo não-duráveis, como os alimentos, houve um decréscimo considerável em relação à produção no setor de bens de capital, denotando uma visível dependência em relação à importação de máquinas de alta tecnologia.

TABELA 01 - ÍNDICE DO VOLUME DE PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA VENEZUELANA ENTRE 1997 E 2012 (1997=100)

ANO	<i>Alimentos, Bebidas e tabaco</i>	<i>Papel e derivados de papel</i>	<i>Substâncias e produtos químicos</i>	<i>Maquinaria e equipamentos</i>	<i>Veículos automotores</i>	<i>Maquinaria e aparelhos elétricos</i>
1997	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1998	104,93	90,22	91,59	112,29	77,66	82,17
1999	96,32	87,01	93,67	72,89	52,82	65,55
2000	101,63	88,43	93,02	83,36	57,06	58,92
2001	107,4	86,27	96,55	86,2	71,12	46,33
2002	100,22	80,69	78,22	53,7	42,13	36,72
2003	88,08	81,11	75,81	42,48	24,99	30,49
2004	95,36	93,08	107,07	72,03	54,95	33,32
2005	102,39	92,49	117,64	83,74	74,19	40,32
2006	114,68	101,93	121,8	105,45	82,1	49,62
2007	125,29	107,01	125,39	89,47	81,98	48,34
2008	130,43	122,08	123,64	94,44	73,68	45,36

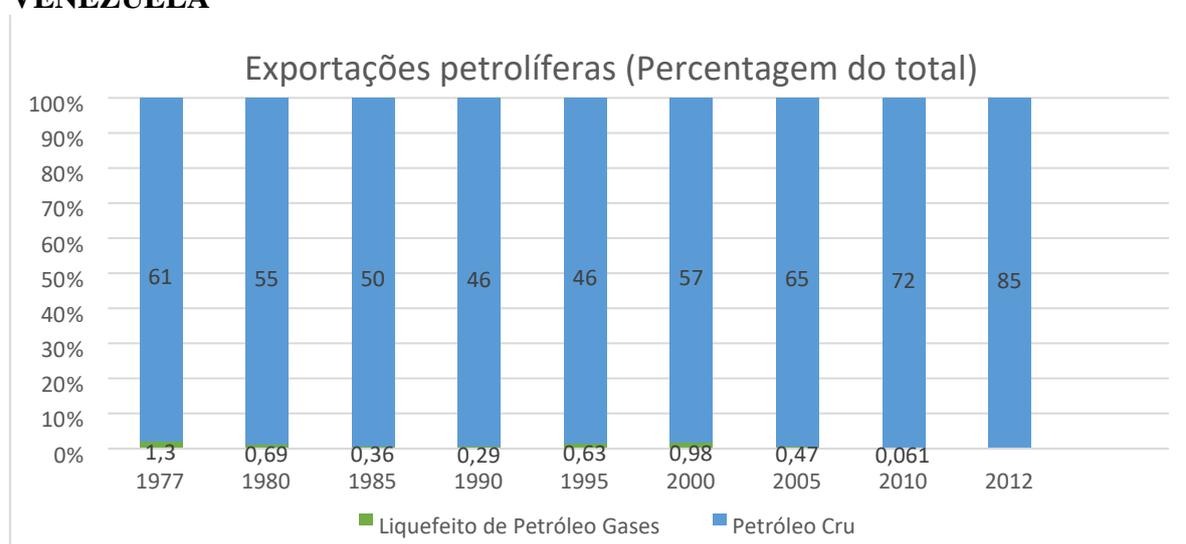
2009	126,89	127,59	117,5	79,97	71,24	45,96
2010	134,7	135,36	125,44	68,23	60,46	51,65
2011	127,71	157,56	127,51	57,49	59,9	63,41
2012	123,9	166,81	125,03	56,92	62,19	63,1

Fonte: Dados coletados no sítio eletrônico do Banco Central da Venezuela. Disponível em <http://www.bcv.org.ve/>. Reelaboração própria a partir do seguinte sítio eletrônico: <https://www.resistir.info/>.

Como apontado no tópico anterior, durante o período de controle dos processos de produção e exportação petrolíferas da PDVSA no governo Chávez, parte das rendas petrolíferas foi utilizada para financiar programas de assistência comunal, os *consejos comunales*, melhorando as condições de subsistência de parte expressiva da população Venezuela.

O governo Chávez, apesar disso, não deu prosseguimento ao processo de diversificação industrial, e a dependência do país em relação às exportações petrolíferas aumentou ao longo dos anos (como é perceptível no gráfico 20, apesar da queda entre as décadas de 1980 e 1990, por conta da queda no preço do barril do petróleo nesta última), assim como da importação de insumos básicos tais como arroz, milho e leite³² (deve-se levar em consideração os obstáculos impostos pelos países imperialistas, além dos criados internamente).

GRÁFICO 20: EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES PETROLÍFERAS NA VENEZUELA



Fonte: Elaboração própria. Dados presentes no sítio eletrônico do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). Disponível em <https://atlas.media.mit.edu/pt/>

Neste caso, as observações de Furtado acerca do desenvolvimento venezuelano são pertinentes, ao afirmar que

³² Dados retirados no sítio eletrônico <https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/ven/>.

[...] seria erro supor que a superação do subdesenvolvimento virá automaticamente com a melhora abrupta dos preços de exportação do petróleo. Muito ao contrário: a tendência do sistema será no sentido de prosseguir na desorganização do setor agrícola e dos remanescentes das atividades semi-artesanais [sic], o que levará o governo a ampliar a massa de subsídios destinados a amparar a população desempregada. (FURTADO, 2008, p. 122)

Percebe-se, então, que o projeto de desenvolvimento elaborado por Chávez foi marcado por diversos entraves, tanto interna quanto externamente, e apesar do esforço político para a ruptura com a condição de país subdesenvolvido e do aumento do preço das *commodities* a partir da estabilização institucional do ex-presidente (que ocorreu, de fato, no ano de 2003), a Venezuela ainda permanece na condição em questão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de um complexo industrial que incorporasse os setores de transformação e de bens de capital poderia fazer com que as estruturas para a alavancagem do desenvolvimento da Venezuela fossem materializadas. A articulação destes fatores (que devem estar em ajuste com as necessidades da classe trabalhadora e das comunidades tradicionais) é, portanto, fundamental para a ruptura com o subdesenvolvimento.

Porém, os interesses dos países imperialistas permanecem latentes nos dias de hoje. Momentos de crise do capitalismo, como a desencadeada no final da primeira década do século XXI, fazem com que a violência do processo de acumulação, que tem como ferramentas a desregulamentação financeira, a abertura de mercados e a superexploração contínua de força de trabalho e da natureza culmine em um processo no qual a relação entre o capital e o trabalho sobrepele o primeiro em detrimento do segundo, sem que as condições subjetivas por conta da falta de clarividência no que tange à disparidade entre as classes possa surgir.

Essa situação pode ser averiguada no agravamento da crise política e econômica que assola a Venezuela até os dias de hoje. Os interesses de diversas nações nas reservas de petróleo do país fazem com que as tentativas de intervenções externas (na forma de sanções econômicas, por exemplo) fossem aumentadas, principalmente, após as eleições estadunidenses do ano de 2016.

Essas sanções econômicas, além de outras restrições comerciais, foram aprofundadas a partir do governo do então presidente americano Donald Trump (2016-2020), fazendo com que a economia venezuelana, profundamente dependente das exportações petrolíferas, chegasse em

um nível tão baixo que resultou numa crise institucional, cujas consequências ainda são perceptíveis: a fome, a destruição da estrutura produtiva do país, a busca por refúgio em outros Estados, dentre outras mazelas. Alguns documentos já trazem as repercussões negativas dessas sanções, como é perceptível no texto “Sanções Econômicas como Punição Coletiva: o caso da Venezuela” (SACHS e WEISBROT, 2019)

As profundas contradições do MPC, demonstradas ao longo da dissertação, também se fizeram presentes durante o governo Chávez, e continuam com o governo atual, chefiado pelo presidente Maduro. A não ruptura com determinadas condições estruturais da Venezuela, como a própria dependência do petróleo, perpetuou o subdesenvolvimento do país.

Nesse sentido, as proposições elaboradas por Celso Furtado, ainda que não visassem romper com as relações de acumulação do capital, são fundamentais para a construção de perspectivas acerca do desenvolvimento do país, não só a nível econômico, mas também social, ao sustentar que

a elaboração de um projeto social – vale dizer, a tomada de posição com respeito a um dos futuros possíveis – é requisito prévio para a formulação de uma autêntica política de desenvolvimento. Sobre um ponto não pode haver ambiguidade: o propósito de extirpar o subdesenvolvimento. Em mais detalhes: reduzir a heterogeneidade tecnológica, satisfazer as necessidades coletivas básicas, garantir o emprego adequadamente remunerado à população, defender o perfil cultural da nação, ampliar o acesso à educação, interiorizar no país o sistema de decisões que comanda a vida econômica e condiciona a promoção da cultura. (FURTADO, 2008, pp. 125-126)

Historicamente, foi criado um exército industrial de reserva na América Latina – levando em consideração todos os projetos de “modernização” –, que, quando associado ao baixo custo da mão de obra, pode trazer consequências desastrosas para a classe trabalhadora, como a superexploração do trabalho e a miséria total. Haja vista que parte considerável da região é abundante em recursos naturais³³, o capital acha na América Latina um ambiente propício para a sua reprodução. A Venezuela, como sustentado ao longo da dissertação, não foge a essa condição.

De acordo com Harvey,

logo, o acesso a insumos mais baratos é tão importante quanto o acesso a mercados em ampliação na manutenção de oportunidades lucrativas. A implicação é que os territórios [...] deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias primas mais baratas, terra de baixo custo e assim

³³ Ver artigo “Recursos naturais podem contribuir para desenvolvimento da América Latina e Caribe, diz CEPAL. Disponível no sítio eletrônico <https://nacoesunidas.org/recursos-naturais-podem-contribuir-paradesenvolvimento-da-america-latina-e-caribe-diz-cepal/>.

por diante. O ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos. (HARVEY, 2005, p. 117)

A pergunta que não se desfez no ar é a seguinte: além do “que fazer”, “como fazer”? As condições para a ruptura com a acumulação do capital foram analisadas historicamente por diversos teóricos anticapitalistas, levando em consideração que este processo está na linha direta para a destruição da humanidade e dos recursos naturais.

Os rumos para a melhoria das condições de vida dependem não somente do desenvolvimento das forças produtivas, mas também da articulação da classe trabalhadora referente à construção de um projeto real de emancipação. No caso da Venezuela, o problema não foi ter utilizado das rendas provenientes da extração petrolífera para sustentar o programa de “Socialismo do Século XXI”, mas não ter ido além³⁴.

³⁴ Frase em referência ao artigo do filósofo esloveno Slavoj Žižek, intitulado “*O problema da revolução na Venezuela é que ela não foi longe o suficiente*”, publicado originalmente no portal *Independent*. Disponível no sítio eletrônico <https://lavrapalavra.com/2017/08/14/o-problema-da-revolucao-na-venezuela-e-que-elanao-foi-longo-o-suficiente/>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Rafael Affonso de Miranda. A centralidade do petróleo e da PDVSA na história recente da Venezuela (1970-2007). In: ARAÚJO, Rafael e SCHURSTER, Karl (org.). A Era Chávez e a Venezuela no tempo presente. Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015.

ARAÚJO, Rafael e SCHURSTER, Karl. A Venezuela entre 1989 e 2013 – crises, rupturas e continuidades. In: ARAÚJO, Rafael e SCHURSTER, Karl (org.). A Era Chávez e a Venezuela no tempo presente. Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015.

ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX – dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BANCO MUNDIAL. Preparandose para el futuro. Washington DC: Banco Mundial, 1992. <http://documents.worldbank.org/curated/pt/330131468762902959/Venezuela-y-el-Banco-Mundial-preparandose-para-el-futuro>.

BERNIS, Gérard de. De la urgência de abandonar da deuda de las periferias. In: GUILLÉN, Arturo R. e VIDAL, Gregório (org.). Repensar la teoria del desarrollo em um contexto de globalización. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000.

BUKHARIN, Nikolai. A economia mundial e o imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

BRICEÑO-LEON, Roberto. A violência na Venezuela: renda petroleira e crise política. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2006, vol.11, supl., pp.1223-1233.

CALLINICOS, Alexis. Imperialism and Global Political Economy. Cambridge: Polity Press, 2009.

CARRILO, Jorge Salazar e PIÑERÚA, Carlos. Productos primários y desarrollo: El caso del petróleo em Venezuela de 1973 a 1985. In: BANCO CENTRAL DE VENEZUELA. Revista de Banco Central de Venezuela. Volumen 2, nº 4. Caracas, 1987.

COSTA, Pierre. A evolução da indústria petrolífera – uma caracterização geral. In: BINSZTOK, Jacob e MONIÉ, Frédéric (org.). Geografia e Geopolítica do Petróleo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

CORONIL, Fernando. El Estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela. Caracas: Editorial Alfa, 2013.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. A nova razão do mundo - ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EGLER, Carlos Antônio Gonçalves e MATTOS, Margarida Maria C. L. Multinacionais do setor petrolífero, geoeconomia e integração regional na América do Sul. In: BINSZTOK, Jacob e MONIÉ, Frédéric (org.). Geografia e Geopolítica do Petróleo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

FREDERICK, Julia e TARVER, Michael. The History of Venezuela. Londres: Greenwood Press, 2005.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. *Rev. Bras. Econ.* [online]. 2000, vol.54, n.3, pp.333-358.

FURTADO, Celso. Ensaio sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

GALA, Paulo. Complexidade Econômica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GARCIA, Ana Saggiore. Hegemonia e Imperialismo: Caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a Segunda Guerra Mundial. *CONTEXTO INTERNACIONAL*, vol. 32, no 1, janeiro/junho 2010, p. 155-177.

HARVEY, David. O novo imperialismo. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. Condição Pós-Moderna – Uma Pesquisa sobre As Origens da Mudança Cultural. 17ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. Loucura da Razão Econômica – Marx e o capital no século XXI. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea. Organizações Internacionais: Histórias e Práticas. Rio de Janeiro. Elsevier, 2004.

HILFERDING, Rudolf. O Capital Financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HIRSCH, Joachim. Processos de transformação da sociedade e do estado. In: Teoria Materialista do Estado. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos – o longo século XX. 2ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

HOBSON, John Atkison. Estudio del Imperialismo. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

LEITE, Leonardo. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 507-534, 2014.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. O imperialismo, etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LOSEKANN, Luciano; PERIARD, Thiago. Petróleo, doença holandesa e dependência da renda petrolífera. In: BINSZTOK, Jacob e MONIÉ, Frédéric (org.). Geografia e Geopolítica do Petróleo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

MARIUTTI, Eduardo. Rosa Luxemburgo: imperialismo, sobreacumulação e crise do capitalismo. *Crítica Marxista*, n. 40, p. 49-61, 2015.

MANTOVANI, Emiliano Terán. El fantasma de la gran Venezuela: um est4údio del mito desarrollo y los dilemas del petro-Estado en la Revolución Bolivariana. Caracas: CELARG, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Subdesenvolvimento e Revolução. 4ª edição. Florianópolis: Insular, 2013.

MARQUES, Bruno e SALVADOR, Regina. Geopolítica do petróleo: de estrabão à(s) guerra(s) do Iraque. *Revista FCSH*, 2003. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/7959>. Acesso em 03/01/2020.

MASCARO, Alysson. Estado e Forma Política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia-política: livro I – o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

_____. O capital: crítica da economia-política: livro II – o processo de circulação do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

_____. O capital: crítica da economia-política: livro III – o processo global da produção capitalista. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017c.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Celso Furtado na Venezuela. In: FURTADO, Celso. Ensaios sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

MÉSZAROS István. Para além do capital – rumo a uma teoria da transição. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Estudo do Método de Marx. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

PREBISCH, Raúl. Problemas teóricos e práticos do desenvolvimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. Venezuela Bolivariana: disputas pelo controle do petróleo em perspectiva. In: ARAÚJO, Rafael e SCHURSTER, Karl (org.). A Era Chávez e a Venezuela no tempo presente. Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015.

SACHS, J; WEISBROT, M. Sanções Econômicas como Punição Coletiva: O Caso da Venezuela. Washington: Center for Economic and Policy Research, 2019.

SALAS, Miguel Tinker. Venezuela – What Everyone Needs to Know. Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.

SILVA, Cristiano Monteiro. Considerações sobre a teoria marxista clássica do imperialismo. AURORA, ano IV, número 6, agosto de 2010.

SOUZA, André Coelho Farias de. Instabilidade política e democracia na Venezuela – de Carlos Andrés Pérez a Hugo Chávez. In: ARAÚJO, Rafael e SCHURSTER, Karl (org.). A Era Chávez e a Venezuela no tempo presente. Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000.

VILARINO, Ramon. Imperialismo e petróleo: a formação dos trustes e do cartel internacionais. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), 2014. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18583>. Acesso em 14/12/2019).

WALLERSTEIN, Immanuel. World-System Analysis – An Introduction. Durham and London: Duke University Press, 2004.

YERGIN, Daniel. The Prize - The Epic Quest for oil, money and power. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1992.

_____. O petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE I: LISTA DE PRESIDENTES DA VENEZUELA, ANOS DE GOVERNO, PARTIDO, PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL E MARCOS GOVERNAMENTAIS

Presidente	Anos de Governo	Partido	Perspectivas de Desenvolvimento Nacional	Marcas do Governo
<i>Carlos Andrés Pérez</i>	1974-1979	AD	X	Criação da PDVSA; desenvolvimento das indústrias de aço e petróleo; fomento à qualificação da força de trabalho
<i>Luís Herrera Campins</i>	1979-1984	COPEI		Política externa associada à Washington; estabelecimento de ajustes macroeconômicos
<i>Jaime Lusinchi</i>	1984-1989	AD		Internacionalização da PDVSA; política econômica vinculada às proposições do FMI
<i>Carlos Andrés Pérez</i>	1989-1993	AD		Política econômica neoliberal; agudização das medidas de ajuste estrutural; crises institucionais (<i>impeachment</i>)
<i>Rafael Caldera</i>	1994-1999	COPEI (até 1993) / Convergência		Estabelecimento de novas medidas de austeridade; ruptura com os princípios constitucionais
<i>Hugo Chávez</i>	1999-2013	MVR (até 2008) /PSUV	X	Modificações na Lei de Hidrocarbonetos; criação de programas assistenciais a partir dos <i>consejos comunales</i> ; crises institucionais (tentativas de golpe de Estado por parte da oposição em articulação com os EUA)